TJMG

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 11

RELATÓRIO Nº 5378052 / 2021 - PRESIDÊNCIA/SUP-ADM/SEPLAG/ASPLAG

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2020

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

LISTA DE SIGLAS

AGIN Assessoria de Gestão da Inovação

ALMG Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

APAC Associação de Proteção e Assistência aos Condenados

ASCOM Assessoria de Comunicação Institucional

CEJUSC Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

CESI Centro de Segurança Institucional

COINJ Coordenadoria da Infância e da Juventude

COMSIV Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

CNJ Conselho Nacional de Justiça

CRP Centro de Reconhecimento de Paternidade

DEARHU Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos

DENGEP Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial

DIRCOR Diretoria Executiva da Atividade Correicional

DIRDEP Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas

DIRFIN Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária

DIRFOR Diretoria Executiva de Informática

DIRSEP Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio

EJEF Escola Judicial Edésio Fernandes

FEAM Fundação Estadual do Meio Ambiente

FEPJ Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

GEREC Gerência de Controle de Receitas e Repasses Especiais

GMF/MG Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas

IEF Instituto Estadual de Florestas

IMA Instituto Mineiro de Agropecuária

IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

JESP Juizado Especial

JPe Processo Eletrônico da 2ª Instância

LGPD Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

LOA Lei de Orçamento Anual

NUPEMEC Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

PACE Posto Avançado de Conciliação Extraprocessual

PAI-PJ Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental

PAPRE Posto de Atendimento Pré-Processual

PLS Plano de Logística Sustentável

PIB Produto Interno Bruto

PJe Processo Judicial Eletrônico

PPAG Plano Plurianual de Ação Governamental

SEEU Sistema Eletrônico de Execução Unificado

SEI Sistema Eletrônico de Informações

SELIC Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SEJUSP-MG Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais

SEPAD Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária

SEPLAG Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional

SEPLAG-MG Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais

SEPLAN Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão de Primeira Instância

SESPRE Secretaria Especial da Presidência e das Comissões Permanentes

SIAFI-MG Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais

SIGPlan Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SISCONDJ-DEPOX Sistema Informatizado para Controle de Depósitos Judiciais

TCE/MG Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

TJMG Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

UO Unidade Orçamentária

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

2. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2020

    2.1. Orçamento da Receita

    2.2. Orçamento da Despesa

    2.3. Créditos Suplementares

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

    3.1. Execução da Receita

    3.2. Execução da Despesa

        3.1.1. Ação 2055 - Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores

        3.1.2. Ação 2025 - Gestão de Serviços de TIC

        3.1.3. Ação 2091 - Obras e Gestão Predial

        3.1.4. Ação 2109 - Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas

        3.1.5. Ação 4395 - Processamento Judiciário

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

    4.1. Agenda Setorial

    4.2. Planejamento Estratégico 2021-2026

5. ATOS DE GESTÃO

1ª VICE-PRESIDÊNCIA – ÁREA JUDICIÁRIA

    DIRSUP – Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional

    SEPAD – Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária

2ª VICE-PRESIDÊNCIA – EJEF

    DIRDEP – Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas

    DIRGED – Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental

3ª VICE-PRESIDÊNCIA

    Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC

APAC – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS

ASCOM – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

CENTRO DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE – CRP

CENTRO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL – CESI

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – COINJ

COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DIRCOR – Diretoria Executiva da Atividade Correicional

SEPLAN – Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância

COTRANS – COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE TRANSPORTES

DENGEP – DIRETORIA EXECUTIVA DE ENGENHARIA E GESTÃO PREDIAL

DIRFOR – DIRETORIA EXECUTIVA DE INFORMÁTICA

DIRSEP – DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

EXECUÇÃO FISCAL EFICIENTE

GMF/MG

INSTALAÇÃO DE VARAS E UNIDADES JUDICIÁRIAS

JUIZADOS ESPECIAIS

JUÍZO 100% DIGITAL

LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

MANUAL DO GESTOR

NÚCLEO DE VOLUNTARIADO

OUVIDORIA

PAINÉIS DE CONTROLE

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – PLS

PONTUALIDADE

PRECATÓRIOS

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJE

PROGRAMA AGILIZAR E VIRTUALIZAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA 2ª INSTÂNCIA

PROGRAMA PAI-PJ

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

PROGRAMA JUSTIÇA EFICIENTE – PROJEF

SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como objetivo apresentar os atos de gestão concernentes ao exercício de 2020, especificamente os referentes à Unidade Orçamentária 4031 – Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais – FEPJ.

Em atendimento aos preceitos da Portaria Conjunta nº 1.064/PR/2020, que dispõe sobre as datas-limite e atividades relativas ao encerramento do exercício financeiro de 2020 e à apresentação e formalização das prestações de contas do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Poder Judiciário, é atribuição da Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional – SEPLAG a produção do documento.

Constitui-se como parte integrante da prestação anual de contas a ser apresentada pelo TJMG, em conformidade com o conjunto normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG.

Além desta apresentação, o relatório divide-se em quatro partes, demonstrando o processo de elaboração do orçamento de 2020 (*2 – Proposta Orçamentária*), a execução orçamentária e das metas estabelecidas, conforme conteúdo programático (*3 – Execução Orçamentária*), os resultados alcançados no âmbito do Planejamento e Gestão Estratégicos (*4 – Planejamento Estratégico*) e os atos de gestão realizados ao longo do ano (*5 – Atos de Gestão*).

A Resolução nº 854/2017 contemplou, dentre outros, o objetivo de garantir a eficiência, a qualidade e a regularidade dos atos de gestão administrativa do TJMG. Nesse sentido, estabeleceu a organização e o funcionamento dos órgãos de deliberação, assessoramento e apoio à gestão institucional e das unidades organizacionais da Secretaria do Tribunal de Justiça diretamente vinculados ou subordinados à Presidência, constituindo como órgãos de assessoramento deliberativo o Comitê Estratégico de Gestão Institucional e o Comitê Executivo

de Gestão Institucional.

O primeiro tem dentre suas atribuições analisar e validar as propostas de políticas e estratégias institucionais, o Plano Estratégico de Gestão Institucional, a programação anual de projetos e atividades a serem desenvolvidas.

O segundo, por sua vez, tem como finalidade planejar e assegurar a implantação de políticas, de diretrizes, do Plano Estratégico de Gestão Institucional e da programação anual de projetos e atividades aprovados pelo Comitê Estratégico de Gestão Institucional, em consonância com a legislação vigente, assim como facilitar o alcance dos resultados, frente às metas estabelecidas para as secretarias e as diretorias executivas que integram a Secretaria do Tribunal.

Por seu turno, a Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças também possui papel relevante no fluxo decisório dos atos de gestão, competindo-lhe, conforme artigo 48 do Regimento Interno do TJMG, emitir parecer sobre as propostas para as leis de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, no âmbito do Poder Judiciário, bem como acompanhar a execução do orçamento mediante o exame dos relatórios periódicos apresentados pela unidade administrativa competente e a elaboração dos estudos relacionados ao orçamento e oferecer sugestões à direção do Tribunal ou ao Órgão Especial.

Também merecem destaque os Comitês Orçamentários de 1º e 2º Graus, instituídos por meio das Resoluções TJMG nº 834/2016 e nº 835/2016, em atendimento à Resolução CNJ nº 195/2014. A sua criação, com composição e atribuições específicas, reflete um modelo gerencial orientado para a gestão compartilhada, buscando tornar mais efetiva a participação de magistrados e servidores na formulação da peça orçamentária.

Todos esses órgãos compuseram o corpo decisório e participativo ao longo de 2020, momento de encerramento da gestão do Exmo. Presidente, Desembargador Nelson Missias de Morais e início da gestão do Exmo. Presidente, Desembargador Gilson Soares Lemes.

O ano de 2020, como é de notório conhecimento, ficou marcado como o do surgimento da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19), ocasionando a perda de um número absurdo de vidas, sendo a maior tragédia vivenciada mundialmente em muitas décadas. Isso tornou o período ainda mais desafiador ao Poder Público, demandando ações rápidas e eficientes no sentido de conter o avanço da doença e buscar manter em níveis satisfatórios a prestação de serviços à população, especialmente os considerados essenciais.

2. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2020

Na UO 4031 – FEPJ foram programadas as despesas correntes e de capital associadas ao Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, criado pela Lei nº 20.802, de 26 de julho de 2013, com o objetivo de assegurar recursos necessários ao desenvolvimento das atividades específicas do Poder Judiciário.

A proposta orçamentária de 2020 foi elaborada conforme os preceitos estabelecidos na Lei Estadual nº 23.364, de 25 de julho de 2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO). Nesse sentido, foram observados, dentre outros, os seguintes parâmetros macroeconômicos, constantes em seu demonstrativo de metas fiscais:

- Crescimento real anual do PIB de 2,7% em 2020, 2,6% em 2021 e de 2,5% em 2022;
- Inflação, medida pelo IPCA Acumulado, de 4,0% para 2020 e 3,7% para 2021 e 2022;
- SELIC de 7,5% em 2020, 8,00% em 2021 e 2022.

Ademais, a proposição orçamentária da UO 4031 para 2020 foi elaborada tendo como base a estimativa de receitas para o período, as diretrizes da Alta Administração e as programações informadas pelas chamadas áreas gestoras de orçamento, estabelecidas com base nas contratações vigentes e nos respectivos planejamentos internos.

Outros fatores tiveram grande importância na construção da proposta, como o Planejamento Estratégico do TJMG e os normativos do CNJ pertinentes ao assunto, especialmente a Resolução CNJ nº 195/2014, que dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus, e a Resolução CNJ nº 198/2014, que trata do Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário.

Após consolidação e validação dos valores, a proposta orçamentária foi submetida à apreciação do Órgão Especial do TJMG, tendo sido aprovada para encaminhamento ao Poder Executivo, em 22/08/2019.

2.1. Orçamento da Receita

O orçamento previsto de receitas para o financiamento das despesas estimadas foi distribuído entre as seguintes fontes de recursos:

- 24 – Convênios, Acordos e Ajustes provenientes da União e suas Entidades;
- 47 – Alienação de Bens de Entidades Estaduais;
- 60 – Recursos Diretamente Arrecadados;
- 61 – Recursos Diretamente Arrecadados com Vinculação Específica;
- 70 – Convênios com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as Instituições Privadas e os Organismos do Exterior;

- 77 – Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais.

Para composição do orçamento do FEPJ, foi considerada a receita orçamentária total prevista para a UO 4031, consignada na Lei Estadual nº. 23.579, de 15 de janeiro de 2020, a Lei Orçamentária Anual – LOA de 2020, montante de R$1.595.196.252 (um bilhão, quinhentos e noventa e cinco milhões, cento noventa e seis mil e duzentos e cinquenta e dois reais). O quadro abaixo demonstra o comparativo dos recursos financeiros estimados para os anos de 2019 e 2020.

Quadro I - Comparativo – Estimativa de Recursos Financeiros 2019 x 2020

Unidade Orçamentária 1031					
Fonte	**Código**	**Especificação**	**2019 (R$)**	**2020 (R$)**	**Variação %**
60	1321.00.1.0.00.000	Remuneração de Depósitos Bancários	12.606.425	18.750.000	48,73%
	1922.99.1.0.00.000	Outras Restituições	6.000	6.000	0,00%
	1990.99.1.0.00.000	Outras Receitas - Primárias	6.000	6.000	0,00%
		Valor Total - UO 1031	**12.618.425**	**18.762.000**	**48,69%**
Unidade Orçamentária 4031					
Fonte	**Código**	**Especificação**	**2019 (R$)**	**2020 (R$)**	**Variação %**
60	1310.02.1.0.00.000	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	535.605	341.310	-36,28%
	1321.00.1.0.00.000	Remuneração de Depósitos Bancários	50.673.962	112.664.623	122,33%
	1360.01.1.0.00.000	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	29.218.750	27.500.000	-5,88%
	1610.01.1.0.00.000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	92.431.744	128.487.729	39,01%
	1610.02.1.0.00.000	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.500.000	4.150.000	176,67%
	1690.99.1.0.00.000	Outros Serviços	6.000	6.000	0,00%
	1910.01.1.0.00.000	Multas Previstas em Legislação Específica	24.000	928.535	3768,90%
	1910.09.1.0.00.000	Multas e Juros Previstos em Contratos	-	6.000	-
	1921.99.1.0.00.000	Outras Indenizações	6.000	6.000	0,00%
	1922.99.1.0.00.000	Outras Restituições	6.000	6.000	0,00%
	1990.99.1.0.00.000	Outras Receitas - Primárias	23.806.165	24.965.996	4,87%
	7310.02.1.0.00.000	Receita Intraorçamentária - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	2.769.748	5.653.835	104,13%
	7610.01.1.0.00.000	Receita Intraorçamentária - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	647.844.311	233.137.937	-64,01%
		Valor Total - Fonte 60	**848.822.285**	**537.853.965**	**-36,64%**
24	1718.10.9.0.00.000	Outras Transferências de Convênios da União	96.000	96.000	0,00%
	1321.00.1.0.00.000	Remuneração de Depósitos Bancários	618	1.272	105,83%
		Valor Total - Fonte 24	**96.618**	**97.272**	**0,68%**
70	1738.10.9.0.00.000	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	1.413.333	1.316.000	-6,89%
	1321.00.1.0.00.000	Remuneração de Depósitos Bancários	9.093	28.824	216,99%
		Valor Total - Fonte 70	**1.422.426**	**1.344.824**	**-5,46%**
77	1121.01.1.0.00.000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	677.312.547	788.254.236	16,38%
	1122.02.1.0.00.000	Emolumentos e Custas Judiciais	230.547.510	228.596.502	-0,85%
	1910.01.1.0.00.000	Multas Previstas em Legislação Específica	12.000	-	-100,00%
	1910.08.1.0.00.000	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	-	148.022	-
	1910.09.1.0.00.000	Multas e Juros Previstos em Contratos	-	860.655	-
	1921.99.1.0.00.000	Outras Indenizações	6.000	6.000	0,00%

	1922.99.1.0.00.000	Outras Restituições	6.000	6.000	0,00%
	1990.99.1.0.00.000	Outras Receitas - Primárias	6.000	6.000	0,00%
		Valor Total - Fonte 77	**907.890.057**	**1.017.877.415**	**12,11%**
47	2213.00.1.0.00.000	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	1.000.000	1.200.000	20,00%
		Valor Total - Fonte 47	**1.000.000**	**1.200.000**	**20,00%**
61	1610.01.1.1.23.003	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Poder Judiciário - Verba Indenizatória de Transporte Custeada pelas Partes	-	17.281.776	-
		Valor Total - Fonte 61	**0**	**17.281.776**	**-**
		Valor Total - UO 4031	**1.759.231.386**	**1.575.655.252**	**-10,44%**
		Recursos Recebidos de Órgãos e Entidades do Orçamento Fiscal	780.000	780.000	0,00%
		Recursos Repassados a Órgãos e Entidades do Orçamento Fiscal	-	1.000	-
		TOTAL GERAL - RECEITAS PREVISTAS	**1.772.629.811**	**1.595.196.252**	**-10,01%**

Fonte: Leis Orçamentárias Anuais de 2019 e 2020.

Importante ressaltar que a receita estimada referente à UO 1031 foi alocada na UO 4031 com o objetivo de custear parte das despesas correntes previstas.

Comparados os valores totais, observa-se uma redução de aproximadamente 10% na previsão de receitas para o exercício de 2020.

Nesse sentido, cumpre destacar a importante retração na estimativa referente à fonte 60 – Recursos Diretamente Arrecadados, motivada, principalmente, pelo fato de que, no ano de 2019, houve a proposição de inclusão dos valores integrais relativos ao não recebimento, por parte do Poder Executivo Estadual, dos repasses previstos na Lei Estadual nº 21.720/2015, não tendo sido adotada tal estratégia em 2020, o que não representou, sob nenhum aspecto, renúncia ao direito de recebimento do montante devido.

Outro ponto a ser observado é a inclusão da fonte de recursos 61 – Recursos Diretamente Arrecadados com Vinculação Específica, destinada ao pagamento das verbas indenizatórias devidas aos Oficiais de Justiça, em processos custeados pelas partes.

O próximo quadro resume os valores da previsão de receitas relativa a 2020 por fonte de recursos, incluídos os repasses da UO 1031 e de órgãos e entidades do orçamento fiscal para composição do FEPJ, considerados no cômputo da fonte 60.

Quadro II - Estimativa de Recursos Financeiros por Fonte

Fonte	Especificação		IPU	Valor (R$)
24	Convênios, Acordos e Ajustes provenientes da União e suas Entidades		1	97.272
47	Alienação de Bens de Entidades Estaduais		1	1.200.000
60	Recursos Diretamente Arrecadados	Receitas UO 4031	1	458.421.202
			7	79.432.763
		Repasse UO 1031	2	18.762.000
		Repasse UO 2091 - FEAM		60.000
		Repasse UO 2101 - IEF		600.000
		Repasse UO 2371 - IMA		120.000
		VALOR TOTAL - FONTE 60		557.395.965
61	Recursos Diretamente Arrecadados com Vinculação Específica		1	17.281.776
70	Convênios, Acordos e Ajustes provenientes dos Municípios, Estados e Organizações Particulares		1	1.344.824
77	Taxa de Fiscalização Judiciária e Taxas e Multas Judiciais*		1	1.017.876.415
VALOR TOTAL				**1.595.196.252**

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2020.

*R$1.000 repassados à UO 1191 - Secretaria de Estado de Fazenda.

2.2. Orçamento da Despesa

O orçamento aprovado para o ano de 2020 referente à Unidade Orçamentária 4031– FEPJ totalizou o montante de R$ 1.595.196.252 (um bilhão, quinhentos e noventa e cinco milhões,

cento e noventa e seis mil e duzentos e cinquenta e dois reais), distribuído em ações orçamentárias e por Grupos de Despesa da forma como se demonstra no quadro seguinte.

Quadro III – UO 4031 por Ação Orçamentária e por Grupo de Despesa

Ação	Descrição	3 - Outras Despesas Correntes (R$)	4 - Investimentos (R$)	TOTAL (R$)
2055	AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	137.225.601	-	137.225.601
2025	GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC	75.222.495	41.716.885	116.939.380
2091	OBRAS E GESTÃO PREDIAL	93.583.619	297.378.711	390.962.330
2109	FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS	5.111.698	-	5.111.698
4395	PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO	832.126.821	112.830.422	944.957.243
TOTAL		**1.143.270.234**	**451.926.018**	**1.595.196.252**

Fonte: Lei Orçamentária Anual de 2020.

Considerando o início do ciclo 2020-2023 do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG, realizou-se, no âmbito do TJMG, estudo sobre a possibilidade de serem feitas alterações do conteúdo programático vigente até então, resultando na redução do número de ações orçamentárias de sete para cinco.

A mudança teve como principais objetivos aprimorar o processo de formulação das programações orçamentárias pelos gestores orçamentários e o acompanhamento da execução do orçamento ao longo do exercício, tornar, em determinadas oportunidades, mais simples o remanejamento orçamentário, dispensando a necessidade de encaminhamento de projeto de lei e agregar valor à atividade finalística do TJMG, com as atividades “meio” diretamente vinculadas à baixa dos processos.

Dessa forma, em relação a 2019, deixaram de existir as ações orçamentárias 1091 – Celeridade na Prestação Jurisdicional e 2050 – Gestão Administrativa de 1ª e 2ª Instâncias, que passaram a integrar a ação 4395 – Processamento Judiciário.

Em comparação ao orçamento inicialmente aprovado para o exercício de 2019, observa-se decréscimo de 10,01% no valor orçamentário de 2020, nos moldes, naturalmente, do que ocorreu com a previsão de receitas.

Importante que se mencione a considerável parcela do orçamento disponibilizada para as despesas de investimento, valor percentual superior a 28% do total, essencialmente em função da continuidade da política de aceleração de obras.

O quadro seguinte confronta os números de 2019 e 2020 por ações orçamentárias. Considerando a supracitada alteração do conteúdo programático para o ciclo 2020- 2023 do PPAG, o valor de 2020 da ação 4395 – Processamento Judiciário está comparado à soma dos valores de 2019 das ações 4395, 1091 e 2050.

Quadro IV - Comparativo – Despesas Orçadas – 2019 x 2020

2019		2020		Variação %
Descrição	Valor (R$)	Descrição	Valor (R$)	
2119 - AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	243.488.329	2055 - AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	137.225.601	-43,64%
2025 - GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC	77.806.865	2025 - GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC	116.939.380	50,29%
2091 - OBRAS E GESTÃO PREDIAL	369.918.863	2091 - OBRAS E GESTÃO PREDIAL	390.962.330	5,69%
2109 - FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS	4.777.234	2109 - FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS	5.111.698	7,00%
1091 - CELERIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	84.412.070	4395 - PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO	944.957.243	-12,23%
2050 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DE 1ª E 2ª INSTÂNCIAS	813.587.787			
4395 - PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO	178.638.663			
SOMA (1091; 2050; 4395)	1.076.638.520			
TOTAL	**1.772.629.811**	**TOTAL**	**1.595.196.252**	**-10,01%**

Fonte: Leis Orçamentárias Anuais de 2019 e 2020.

Da análise comparativa entre os valores orçados para 2019 e 2020, devem ser destacadas a considerável variação positiva identificada para a ação 2025, acima de 50% e a redução de 43,64% no valor da ação relativa ao pagamento dos auxílios.

No caso da ação orçamentária 2025, o aumento observado é resultado da programação dos projetos conduzidos pela Diretoria Executiva de Informática – DIRFOR.

Por seu turno, para a ação 2055 mantém-se a previsão de pagamento dos auxílios, prioritariamente, por meio da UO 1031, nos moldes do que passou a ser feito a partir do segundo semestre de 2018. A diferença, em relação ao exercício de 2019, é relativa ao montante reservado para o eventual pagamento dos benefícios com utilização dos recursos alocados na UO 4031.

2.3. Créditos Suplementares

Identificada a necessidade e oportunidade de aquisição de imóveis para adequação e expansão de setores do TJMG, com o objetivo de proporcionar melhor e mais eficiente atendimento aos jurisdicionados, tornou-se necessário o remanejamento, dentro da UO 4031, Ação Orçamentária 2091 – Obras e Gestão Predial, fonte de recursos 77, entre os Grupos de Despesa *4 – Investimentos* e *5 – Inversões Financeiras* no valor de R$46.243.053 (quarenta e seis milhões, duzentos e quarenta e três mil e cinquenta e três reais).

Assim, foi encaminhado projeto de lei à ALMG, transformado na Lei Estadual nº 23.593, de 09 de março de 2020, por meio da qual foi autorizada a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do FEPJ, conforme demonstra o quadro seguinte.

Quadro V – Suplementação – FEPJ – UO 4031

Programa de Trabalho	Natureza	Fonte/IPU	Suplementação	Anulação	Origem de Crédito
4031.02.061.706.2091.0001	4.5.90	77.1	46.243.053	-	Remanejamento para Inversões Financeiras.
4031.02.061.706.2091.0001	4.4.90	77.1	-	46.243.053	Remanejamento de dotação própria.
		TOTAL	**46.243.053**	**46.243.053**	

Fonte: Lei Estadual nº 23.593, de 09 de março de 2020.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Nesta seção estão demonstrados os resultados apurados referentes à arrecadação de receitas e repasses de recursos financeiros (item 3.1), bem como à execução das despesas, com apresentação de dados relativos aos gastos e análise pormenorizada do realizado em cada ação orçamentária (item 3.2).

Em breve análise do panorama econômico, percebe-se natural variação nas parametrizações macroeconômicas utilizadas para elaboração do projeto de lei orçamentária.

A título de exemplificação, o IPCA acumulado para o ano de 2020 atingiu o percentual de 4,52%, acima do centro da meta de inflação governamental (4,00%), bem como superior ao referencial estabelecido na LDO (4,00%). A taxa SELIC, por seu turno, apresentou queda no período, fechando o exercício em 2,00%, representando o menor patamar histórico.

No que concerne ao cenário fiscal, por mais um ano permaneceu grave a situação das contas públicas do Estado de Minas Gerais.

A supracitada questão da pandemia causada pelo novo coronavírus agravou o quadro, uma vez que a atividade econômica foi severamente afetada e o sistema de saúde sobrecarregado, dentre outros aspectos.

Destarte, grandes esforços foram empreendidos pelo TJMG no sentido de manter a excelência na realização das atividades cotidianas, buscando, mesmo com todas as adversidades, aprimorar o atendimento aos jurisdicionados.

3.1. Execução das Receitas

Os quadros seguintes demonstram as receitas previstas e atualizadas pela Gerência de Controle de Receitas e Repasses Especiais – GEREC, no desempenho de suas atribuições normativas, além do que foi efetivamente arrecadado, respectivamente, por fonte de recursos (Quadro V) e por classificação de receita (Quadro VI).

Quadro VI – Receita Prevista x Arrecadada – 2020 – Por Fonte de Recursos

Unidade Orçamentária 1031					
Fonte	**Especificação**	**Valor Previsto Inicial**	**Valor Previsto Atualizado**	**Valor Arrecadado**	**% Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado**
60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	18.762.000	18.762.000	32.681.110,52	74,19%
TOTAL UO 1031		**18.762.000**	**18.762.000**	**32.681.110,52**	**74,19%**
Unidade Orçamentária 4031					
Fonte	**Especificação**	**Valor Previsto Inicial**	**Valor Previsto Atualizado**	**Valor Arrecadado**	**% Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado**
24	CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES PROVENIENTES DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	97.272	97.272	19.231,91	-80,23%
47	ALIENAÇÃO DE BENS DE ENTIDADES ESTADUAIS	1.200.000	1.200.000	4.240.824,00	253,40%
60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	537.853.965	537.853.965	343.049.610,23	-36,22%
61	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS COM VINCULAÇÃO ESPECÍFICA	17.281.776	17.281.776	24.316.111,43	40,70%
70	CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES PROVENIENTES DOS MUNICÍPIOS, ESTADOS E ORGANIZAÇÕES PARTICULARES	1.344.824	1.344.824	286.153,87	-78,72%
77	TAXA DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA E TAXAS E MULTAS JUDICIAIS	1.017.877.415	1.017.877.415	959.594.128,78	-5,73%
TOTAL UO 4031		**1.575.655.252**	**1.575.655.252**	**1.331.506.060,22**	**-15,50%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

Nota: Os valores arrecadados não contemplam as transferências financeiras feitas pelos Órgãos com os quais o FEPJ firmou convênio (IMA, FEAM e IEF).

Quadro VII – Receita Prevista x Arrecadada – 2020 – Por Classificação de Receita

Unidade Orçamentária 1031						
Fonte	**Código**	**Especificação**	**Valor Previsto Inicial**	**Valor Previsto Atualizado**	**Valor Arrecadado**	**% Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado**
60	1321001101000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	18.750.000	18.750.000	32.500.429,39	73,34%
	1922991199000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL - DEMAIS	6.000	6.000	180.606,90	2910,12%
	1990991199000	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - DEMAIS	6.000	6.000	74,23	-98,76%
		Valor Total - UO 1031	**18.762.000**	**18.762.000**	**32.681.110,52**	**74,19%**
Unidade Orçamentária 4031						
Fonte	**Código**	**Especificação**	**Valor Previsto Inicial**	**Valor Previsto Atualizado**	**Valor Arrecadado**	**% Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado**
	1310021101001	CONCESSAO, PERMISSAO, AUTORIZACAO OU CESSAO DO DIREITO DE USO DE BENS IMOVEIS PUBLICOS - PRINCIPAL - CONCESSAO DE DIREITO REAL DE USO DE AREA PUBLICA	341.310	341.310	219.138,22	-35,79%

	1321001101000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	112.664.623	112.664.623	42.436.990,85	-62,33%
	1360011101000	CESSAO DO DIREITO DE OPERACIONALIZACAO DE PAGAMENTOS - PRINCIPAL - FOLHA DE PESSOAL	27.500.000	27.500.000	31.609.167,34	14,94%
	1610011101000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - ADMINISTRACAO DE DEPOSITOS JUDICIAIS	112.607.249	112.607.249	190.284.264,93	68,98%
	1610011123002	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - PODER JUDICIARIO - DESPESAS PROCESSUAIS	14.626.319	14.626.319	12.095.857,10	-17,30%
	1610011223002	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - MULTAS E JUROS - PODER JUDICIARIO - DESPESAS PROCESSUAIS	211	211	257,34	21,96%
	1610011323002	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - DIVIDA ATIVA - PODER JUDICIARIO - DESPESAS PROCESSUAIS	1.067.551	1.067.551	1.182.468,21	10,76%
	1610011423002	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS - PODER JUDICIARIO - DESPESAS PROCESSUAIS	186.399	186.399	180.248,30	-3,30%
	1610021101000	INSCRICAO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL	4.150.000	4.150.000	0,00	-100,00%
	1690991101000	OUTROS SERVICOS - PRINCIPAL	6.000	6.000	0,00	-100,00%
60	1910011108001	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA - PRINCIPAL - MULTA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR - NOTARIOS E REGISTRADORES - PRINCIPAL	829.110	829.110	648.365,60	-21,80%
	1910011108002	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA - PRINCIPAL - MULTA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR - NOTARIOS E REGISTRADORES - CORRECAO MONETARIA	48.406	48.406	3.776,49	-92,20%
	1910011208001	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLACAO ESPECIFICA - MULTAS E JUROS - MULTA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR - NOTARIOS E REGISTRADORES - PRINCIPAL	51.019	51.019	2.491,26	-95,12%
	1910091101000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - PRINCIPAL	6.000	6.000	1.114.553,60	18475,89%
	1921991101999	OUTRAS INDENIZACOES - PRINCIPAL - OUTROS	6.000	6.000	79.185,17	1219,75%
	1922991199000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL - DEMAIS	6.000	6.000	159.514,91	2558,58%
	1990991109001	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - EXCEDENTE AO TETO DOS INTERINOS - NOTARIOS E REGISTRADORES - PRINCIPAL	24.850.745	24.850.745	59.317.970,80	138,70%
	1990991109002	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - EXCEDENTE AO TETO DOS INTERINOS - NOTARIOS E REGISTRADORES - CORRECAO MONETARIA	14.008	14.008	74.414,45	431,23%
	1990991199000	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - DEMAIS	36.000	36.000	1.241.635,47	3348,99%
	1990991209001	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - MULTAS E JUROS - EXCEDENTE AO TETO DOS INTERINOS - NOTARIOS E REGISTRADORES - PRINCIPAL	65.243	65.243	141.280,32	116,54%
	7310021101001	RECEITA INTRAORCAMENTARIA - CONCESSAO, PERMISSAO, AUTORIZACAO OU CESSAO DO DIREITO DE USO DE BENS IMOVEIS PUBLICOS - PRINCIPAL - CONCESSAO DE DIREITO	5.653.835	5.653.835	2.258.029,87	-60,06%
	7610011101000	RECEITA INTRAORCAMENTARIA - SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - ADMINISTRACAO DE DEPOSITOS JUDICIAIS	233.137.937	233.137.937	0,00	-100,00%
		Valor Total - Fonte 60	**537.853.965**	**537.853.965**	**343.049.610,23**	**-36,22%**
24	1321001101000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	1.272	1.272	0,00	-100,00%
	1718109102001	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS/TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	96.000	96.000	19.231,91	-79,97%
		Valor Total - Fonte 24	**97.272**	**97.272**	**19.231,91**	**-80,23%**
70	1321001101000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	28.824	28.824	0,00	-100,00%
	1738109102001	DIVERSOS MUNICIPIOS/TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.316.000	1.316.000	286.153,87	-78,26%
		Valor Total - Fonte 70	**1.344.824**	**1.344.824**	**286.153,87**	**-78,72%**
	1121011102000	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA - PRINCIPAL	785.070.717	785.070.717	767.546.566,53	-2,23%
	1121011202000	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA - MULTAS E JUROS	2.850.686	2.850.686	2.304.084,47	-19,17%
	1121011302000	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA - DIVIDA ATIVA	182.120	182.120	121.513,10	-33,28%
	1121011402000	TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	150.713	150.713	140.115,15	-7,03%
	1122021101000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	105.756.106	105.756.106	93.193.930,38	-11,88%
	1122021102000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - CUSTAS JUDICIAIS - JUIZADO ESPECIAL	12.387.609	12.387.609	8.377.245,28	-32,37%
	1122021103000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - TAXA JUDICIARIA	101.074.252	101.074.252	77.223.540,41	-23,60%
	1122021201000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - MULTAS E JUROS - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	1.812	1.812	1.102,85	-39,14%
	1122021202000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - MULTAS E JUROS - CUSTAS JUDICIAIS - JUIZADO ESPECIAL	114	114	118,53	3,97%
	1122021203000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - MULTAS E JUROS - TAXA JUDICIARIA	866	866	552,02	-36,26%
77	1122021301000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	4.724.078	4.724.078	4.297.452,47	-9,03%

	1122021302000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - CUSTAS JUDICIAIS - JUIZADO ESPECIAL	625.870	625.870	621.785,00	-0,65%
	1122021303000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - TAXA JUDICIARIA	2.490.032	2.490.032	2.423.451,85	-2,67%
	1122021401000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS - CUSTAS JUDICIAIS - JUSTICA COMUM	964.148	964.148	746.537,40	-22,57%
	1122021402000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS - CUSTAS JUDICIAIS - JUIZADO ESPECIAL	104.170	104.170	87.510,66	-15,99%
	1122021403000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DIVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS - TAXA JUDICIARIA	467.445	467.445	370.978,18	-20,64%
	1910081101000	MULTAS DECORRENTES DE SENTENCAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - MULTAS PECUNIARIAS E JUROS DE MORA FIXADOS EM SENTENCAS JUDICIAIS	148.022	148.022	661.887,68	347,15%
	1910091101000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - PRINCIPAL	860.655	860.655	1.425.776,17	65,66%
	1921991101999	OUTRAS INDENIZACOES - PRINCIPAL - OUTROS	6.000	6.000	0,00	-100,00%
	1922991199000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL - DEMAIS	6.000	6.000	30.015,15	400,25%
	1990991199000	OUTRAS RECEITAS - PRIMARIAS - PRINCIPAL - DEMAIS	6.000	6.000	19.965,50	232,76%
		Valor Total - Fonte 77	**1.017.877.415**	**1.017.877.415**	**959.594.128,78**	**-5,73%**
47	2213001199000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL - DEMAIS	1.200.000	1.200.000	4.240.824,00	253,40%
		Valor Total - Fonte 47	**1.200.000**	**1.200.000**	**4.240.824,00**	**253,40%**
61	1610011123003	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - PODER JUDICIARIO - VERBA INDENIZATORIA DE TRANSPORTE CUSTEADA PELAS PARTES	17.281.776	17.281.776	24.316.111,43	40,70%
		Valor Total - Fonte 61	**17.281.776**	**17.281.776**	**24.316.111,43**	**40,70%**
		Valor Total - UO 4031	**1.575.655.252**	**1.575.655.252**	**1.331.506.060,22**	**-15,50%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG

O próximo quadro apresenta o comparativo entre a arrecadação das receitas dos últimos dois anos, evidenciando redução de 6,14% no valor apurado de 2020 em relação a 2019.

Percebe-se variação negativa no valor arrecadado para todas as fontes de recursos, exceção feita à fonte 47 – Alienação de Bens de Entidades Estaduais, cujo significativo crescimento foi resultado do grande quantitativo de veículos leiloados em 2020.

Quadro VIII – Receita Arrecadada 2019 x 2020

Unidade Orçamentária 1031				
Fonte de Recursos		**Valor Arrecadado**		**% Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado**
Código	**Especificação**	**2019**	**2020**	
60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	49.433.841,20	32.681.110,52	-33,89%
TOTAL UO 1031		**49.433.841,20**	**32.681.110,52**	**-33,89%**
Unidade Orçamentária 4031				
Fonte de Recursos		**Valor Arrecadado**		**% Variação - Arrecadado / Previsto Atualizado**
Código	**Especificação**	**2019**	**2020**	
24	CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES PROVENIENTES DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	23.538,50	19.231,91	-18,30%
47	ALIENAÇÃO DE BENS DE ENTIDADES ESTADUAIS	676.810,00	4.240.824,00	526,59%
60	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	441.966.730,27	343.049.610,23	-22,38%
61	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS COM VINCULAÇÃO ESPECÍFICA	0,00	24.316.111,43	-
70	CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES PROVENIENTES DOS MUNICÍPIOS, ESTADOS E ORGANIZAÇÕES PARTICULARES	618.030,22	286.153,87	-53,70%
77	TAXA DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA E TAXAS E MULTAS JUDICIAIS	975.330.215,97	959.594.128,78	-1,61%
TOTAL UO 4031		**1.418.615.324,96**	**1.331.506.060,22**	**-6,14%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

3.2. Execução da Despesa

As despesas realizadas por meio da UO 4031 totalizaram, em 2020, R$978.473.716,61 (novecentos e setenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e três mil, setecentos e dezesseis reais e sessenta e um centavos), o que representa um percentual de execução de 61,34% em relação ao Crédito Autorizado.

Quadro IX – Despesas Orçadas x Realizadas – 2020

Ação	Grupo	Fonte	Proced.	Crédito Inicial	Suplementação (Remanejamento)	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Execução
2025	3	60	1	10.000.000	0	10.000.000	0,00	0,00%
2025	3	77	1	65.222.495	0	65.222.495	57.013.200,38	87,41%
2025	4	60	1	9.124.729	0	9.124.729	1.377.822,00	15,10%
2025	4	77	1	32.592.156	0	32.592.156	27.680.287,54	84,93%
2055	3	60	1	57.792.838	0	57.792.838	7.792.838,00	13,48%
2055	3	60	7	79.432.763	0	79.432.763	592.611,00	0,75%
2091	3	60	1	8.265.000	0	8.265.000	0,00	0,00%
2091	3	77	1	85.318.619	0	85.318.619	63.020.650,42	73,87%
2091	4	60	1	83.000.000	0	83.000.000	30.621.061,62	36,89%
2091	4	77	1	214.378.711	-46.243.053	168.135.658	165.864.255,74	98,65%
2091	5	77	1	0	46.243.053	46.243.053	45.812.650,00	99,07%
2109	3	77	1	5.111.698	0	5.111.698	1.314.343,43	25,71%
4395	3	24	1	97.272	0	97.272	19.231,91	19,77%
4395	3	60	1	184.258.635	0	184.258.635	0,00	0,00%
4395	3	60	2	19.542.000	0	19.542.000	86.946,76	0,44%
4395	3	61	1	17.281.776	0	17.281.776	17.281.776,00	100,00%
4395	3	70	1	1.344.824	0	1.344.824	286.153,87	21,28%
4395	3	77	1	609.602.314	0	609.602.314	542.386.057,86	88,97%
4395	4	47	1	1.200.000	0	1.200.000	715.760,00	59,65%
4395	4	60	1	105.980.000	0	105.980.000	10.986.995,58	10,37%
4395	4	77	1	5.650.422	0	5.650.422	5.621.074,50	99,48%
TOTAL				**1.595.196.252**	**0**	**1.595.196.252**	**978.473.716,61**	**61,34%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG.

A execução orçamentária de 2020 apresenta redução de 8,80% em relação ao ano anterior, conforme detalhado no quadro abaixo, que destaca a realização da despesa por ação orçamentária.

Quadro X – Despesas Realizadas 2019 x 2020 – Por Ação Orçamentária

2019		2020		Variação %
Descrição	**Valor (R$)**	**Descrição**	**Valor (R$)**	
2119 - AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	142.958.998,55	2055 - AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES	8.385.449,00	-94,13%
2025 - GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC	67.949.995,29	2025 - GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC	86.071.309,92	26,67%
2091 - OBRAS E GESTÃO PREDIAL	260.376.812,96	2091 - OBRAS E GESTÃO PREDIAL	305.318.617,78	17,26%
2109 - FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS	4.376.225,36	2109 - FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS	1.314.343,43	-69,97%
1091 - CELERIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	19.308.375,64	4395 - PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO	577.383.996,48	-3,32%
2050 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DE 1ª E 2ª INSTÂNCIAS	502.847.108,55			
4395 - PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO	75.082.478,56			
SOMA (1091; 2050; 4395)	597.237.962,75			
TOTAL	**1.072.899.994,91**	**TOTAL**	**978.473.716,61**	**-8,80%**

Fonte: Armazém de Informações BO SIAFI/MG

Em uma primeira análise, importante o destaque para o aumento considerável do valor executado nas ações orçamentárias 2091 – Obras e Gestão Predial, próximo a R$40 milhões, variação percentual de 17,26%, denotando o suporte da Alta Administração ao Plano de Aceleração de Obras, e 2025 – Gestão de Serviços de TIC, incremento da despesa de aproximadamente R$18 milhões, oscilação positiva de 26,67%.

Em contrapartida, observa-se substancial redução no valor executado da ação orçamentária 2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores, em função da referenciada política de pagamento dos benefícios por meio das unidades orçamentárias 1031 e 4031, tendo sido priorizada a primeira para a realização das despesas.

Da mesma forma, houve diminuição no dispêndio efetivado por meio da ação orçamentária 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas, especialmente em

função da necessidade de suspensão de diversas atividades inicialmente programadas por conta das restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Observa-se ainda, confrontando os valores de execução de 2019 das ações 1091, 2050 e 4395 e os apurados para a ação 4395 em 2020, pequena redução aproximada de 3 pontos percentuais.

Quando comparada a execução orçamentária de 2019 e de 2020 por Grupo de Despesa, nota-se a redução dos valores realizados em Outras Despesas Correntes, explicada precipuamente pela diminuição das despesas nas ações 2055 e 2109, bem como se percebe estabilidade dos gastos com Investimentos. Além disso, houve, no exercício de 2020, execução de despesas por meio do grupo 5 – Inversões Financeiras, ensejada por situação abordada no subitem 2.3 – Créditos Suplementares.

Quadro XI – Despesas Realizadas 2019 x 2020 – Por Grupo de Despesa

Grupo de Despesa		2019	2020	% Variação
Código	**Descrição**			
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	829.591.784,35	689.793.809,63	-16,85%
4	INVESTIMENTOS	243.308.210,56	242.867.256,98	-0,18%
5	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	45.812.650,00	-
TOTAL		**1.072.899.994,91**	**978.473.716,61**	**-8,80%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG

O próximo quadro ordena as 30 (trinta) maiores despesas apuradas no exercício de 2020 para o Grupo de Despesa 3 – Outras Despesas Correntes, ocupando os primeiros lugares as relativas ao pagamento de locação de mão-de-obra (serviços de apoio administrativo e de conservação e limpeza), de estagiários e da indenização de transporte devida aos oficiais de justiça, de serviços de tecnologia da informação e postal-telegráfico.

Quadro XII – Maiores Despesas de Custeio (Grupo de Despesa 3) – 2019 x 2020

Elemento	Item	Descrição	2019 (R$)	2020 (R$)	% Variação
37	2	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	295.397.754,89	317.408.501,63	7,45%
36	1	ESTAGIARIOS	69.146.678,53	68.224.034,76	-1,33%
93	27	INDENIZACAO DE TRANSPORTE DEVIDA AO OFICIAL DE JUSTICA	65.995.662,82	59.984.000,07	-9,11%
37	1	LOCACAO DE SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	57.505.564,00	57.824.587,97	0,55%
40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	31.802.850,78	40.743.469,42	28,11%
39	15	SERVICO POSTAL-TELEGRAFICO	24.808.669,60	17.101.785,76	-31,07%
39	22	REPAROS DE BENS IMOVEIS	19.167.808,28	17.094.449,32	-10,82%
39	69	CONTRATOS DE ENERGIA ELETRICA	16.560.336,78	16.981.526,31	2,54%
40	4	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	16.568.029,44	16.786.584,21	1,32%
93	23	INDENIZACAO DECORRENTE DE AUXILIO SAUDE	70.373.675,31	7.792.838,00	-88,93%
39	12	TARIFA DE ENERGIA ELETRICA	9.260.933,08	7.055.737,85	-23,81%
49	5	AUXILIO TRANSPORTE PAGO A ESTAGIARIOS PECUNIA	6.922.232,46	6.839.582,16	-1,19%
39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	4.709.820,20	5.013.368,95	6,45%
39	20	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	4.818.772,93	4.184.262,12	-13,17%
39	13	TARIFA DE AGUA E ESGOTO	4.663.310,22	3.991.290,30	-14,41%
36	24	SERVICOS TECNICOS JUDICIAIS - HONORARIOS JUSTICA GRATUITA	3.957.078,83	3.632.912,12	-8,19%
36	11	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	3.175.505,18	2.986.837,93	-5,94%
36	12	DESPESAS MIUDAS DE PRONTO PAGAMENTO	4.231.532,60	2.801.710,54	-33,79%
14	1	DIARIAS - CIVIL	7.381.299,47	2.257.410,50	-69,42%
30	22	FERRAMENTAS, FERRAGENS E UTENSILIOS	1.341.857,91	2.251.969,67	67,82%
93	16	INDENIZACOES DETERMINADAS POR LEI ESPECIFICA	-	2.199.709,16	-
30	5	MATERIAL PARA ESCRITORIO	5.953.421,79	2.043.662,07	-65,67%
39	37	TAXA DE CONDOMINIO	1.540.484,62	1.809.327,98	17,45%
36	27	JUIZES LEIGOS	2.560.443,40	1.675.703,24	-34,55%
30	26	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	2.230.436,66	1.430.588,50	-35,86%
30	8	PRODUTOS ALIMENTICIOS	1.176.978,25	1.115.244,35	-5,25%
39	26	ENCARGOS FINANCEIROS	2.503.509,32	967.664,64	-61,35%
39	10	PREMIOS DE SEGUROS	522.537,94	909.810,90	74,11%
30	10	MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR	36.320,55	895.736,60	2366,20%
47	99	OUTROS - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	986.001,43	853.150,66	-13,47%
Demais itens de despesa			94.292.277,08	14.936.351,94	-84,16%
TOTAL			**829.591.784,35**	**689.793.809,63**	**-16,85%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG

Abaixo, segue o detalhamento das maiores despesas com investimentos apuradas no ano de 2020, destacando-se as afetas à realização de obras (construções e reformas) e instalações e à aquisição de equipamentos de informática, softwares, veículos e mobiliário.

Quadro XIII – Maiores Despesas de Investimento (Grupo de Despesas 4) – 2019 x 2020

Elemento	Item	Descrição	2019 (R$)	2020 (R$)	% Variação
51	3	EXECUCAO DE OBRAS POR CONTRATO DE BENS PATRIMONIAVEIS	162.719.600,66	176.058.665,16	8,20%
52	7	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	22.214.371,33	21.800.319,36	-1,86%
52	14	MOBILIARIO	5.740.584,30	9.319.622,57	62,35%
51	13	INSTALACAO PARA INCORPORACAO A BENS IMOVEIS	1.477.321,92	7.927.974,91	436,65%
52	17	VEICULOS	18.795.414,10	6.814.997,00	-63,74%
40	6	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	1.397.890,62	5.413.797,09	287,28%
51	1	ESTUDOS E PROJETOS DE BENS PATRIMONIAVEIS	2.948.603,39	3.268.177,30	10,84%
61	6	IMOVEIS NECESSARIOS A REALIZACAO DE OBRAS DE BENS PATRIMONIAVEIS	15.699.749,98	3.188.852,80	-79,69%
39	51	SERVICOS DE GERENCIAMENTO, SUPERVISAO E FISCALIZACAO DE OBRAS	2.247.844,33	2.203.129,40	-1,99%
52	12	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	1.192.665,42	1.555.391,21	30,41%
Demais itens de despesa			8.874.164,51	5.316.330,18	-40,09%
TOTAL			**243.308.210,56**	**242.867.256,98**	**-0,18%**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG

Conforme indicado previamente, houve em 2020 execução orçamentária no Grupo de Despesa 5 – Inversões Financeiras, sendo demonstrada no próximo quadro a distribuição dos valores realizados por item de despesa.

Quadro XIV – Grupo de Despesa 5 – Inversões Financeiras – 2020

Item de Despesa	Valor (R$)
EDIFICIOS	41.220.312,14
IMOVEIS NECESSARIOS A REALIZACAO DE OBRAS DE BENS PATRIMONIAVEIS	3.778.491,71
INDENIZACOES DETERMINADAS POR DECISOES JUDICIAIS	813.846,15
TOTAL	**45.812.650,00**

Fonte: Armazém de Informações - BO SIAFI/MG

Os seguintes subitens (3.1.1 a 3.1.5) demonstram os resultados apurados no monitoramento do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG para cada uma das ações orçamentárias componentes da UO 4031, em função das metas físicas e financeiras estabelecidas para o ano de 2020.

Em cada subitem há quadros demonstrativos da execução mensal física e financeira da ação e de sua execução regionalizada.

Previamente, importante que se destaque o que aponta o Manual de Monitoramento do PPAG – 2020, relativamente ao desempenho físico x orçamentário das ações orçamentárias para o período apurado. Dessa forma, a ação orçamentária possui desempenho “satisfatório” quando sua execução física e financeira apresenta um índice de realização igual ou superior a 70% em relação ao programado. Execuções abaixo desse índice recebem o *status* “crítico”; ações cujo percentual de execução for superior a 130% recebem, por sua vez, o *status* “subestimado”.

Ainda segundo o referido manual, com relação à execução física, as ações orçamentárias estão divididas em cumulativas e não cumulativas, estando definido que:

- Se a execução física for cumulativa, os valores lançados mensalmente se somam na totalização anual da ação;
- Se a execução física for não cumulativa, os valores lançados mensalmente não se somam na totalização anual, pois compreendem a execução progressiva de um produto que é preponderantemente o mesmo. Assim, a totalização anual é automaticamente alimentada pelo maior valor mensal executado durante o exercício.

As ações orçamentárias componentes da UO 4031 são todas de caráter cumulativo, exceção feita à ação 2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores.

3.1.1. Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores

A ação orçamentária *2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores* tem por finalidade garantir os recursos necessários ao pagamento de auxílios aos magistrados e servidores da ativa, inativos e pensionistas do TJMG.

Função:	02 - Judiciária
Subfunção:	061 - Ação Judiciária
Programa:	706 - Prestação Jurisdicional
Produto:	Pessoa Beneficiada
Unidade de Medida:	Pessoa
Meta Física:	19.237

Conforme mencionado anteriormente, em 2020, a exemplo do que aconteceu no ano anterior, adotou-se a estratégia de fazer constar no orçamento a previsão de pagamento dos auxílios a magistrados e servidores por meio das Unidades Orçamentárias 1031, prioritariamente, e 4031.

Nesse fato reside a explicação para a execução de somente 6,11% do orçamento aprovado para a ação, representando o não atingimento do nível satisfatório, conforme os critérios determinados pelo manual de monitoramento do PPAG. As despesas pontualmente realizadas por meio da ação 2055 são referentes ao auxílio saúde e auxílio funeral.

Quanto à meta física (não cumulativa), o número apurado, 579 pessoas beneficiadas, representa 3,01% do programado.

Quadro XV – Execução Mensal – Ação Orçamentária 2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	2	2	2	67.466,87	67.466,87	67.466,87
Março	1	1	1	6.400,00	6.400,00	6.400,00
Abril	0	1	1	0,00	30.231,54	30.231,54
Maio	0	2	2	0,00	70.924,44	70.924,44
Junho	0	1	1	0,00	35.462,22	35.462,22
Julho	5	6	6	168.667,00	202.396,19	202.396,19
Agosto	2	1	1	67.466,00	33.689,11	33.689,11
Setembro	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Outubro	2	2	2	67.466,00	78.573,76	78.573,76
Novembro	0	2	2	0,00	67.466,87	67.466,87
Dezembro	19.237	19.237	579	136.848.135,13	136.632.990,00	7.792.838,00
TOTAL	**19.237**	**19.237**	**579**	**137.225.601,00**	**137.225.601,00**	**8.385.449,00**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

Quadro XVI – Execução Territorializada – Ação Orçamentária 2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)
Estadual	0	579	0,00%	0,00%	-	8.385.449,00	0,00%	100,00%
Região Intermediária de Barbacena	512	0	0,00%	0,00%	3.744.720,00	-	0,00%	0,00%
Região Intermediária de Belo Horizonte	9.467	0	0,00%	0,00%	66.462.053,00	-	0,00%	0,00%
Região Intermediária de Divinópolis	941	0	0,00%	0,00%	6.685.599,00	-	0,00%	0,00%
Região Intermediária de Governador Valadares	547	0	0,00%	0,00%	3.881.369,00	-	0,00%	0,00%
Região Intermediária de Ipatinga	534	0	0,00%	0,00%	4.153.827,00	-	0,00%	0,00%
Região Intermediária de Juíz de Fora	1.712	0	0,00%	0,00%	11.832.352,00	-	0,00%	0,00%
Região Intermediária de Montes Claros	719	0	0,00%	0,00%	5.582.201,00	-	0,00%	0,00%
Região Intermediária de Patos de Minas	478	0	0,00%	0,00%	3.528.382,00	-	0,00%	0,00%
Região Intermediária de Pouso Alegre	1.031	0	0,00%	0,00%	7.065.844,00	-	0,00%	0,00%
Região Intermediária de Teófilo Otoni	606	0	0,00%	0,00%	4.278.454,00	-	0,00%	0,00%
Região Intermediária de Uberaba	571	0	0,00%	0,00%	4.415.359,00	-	0,00%	0,00%
Região Intermediária de Uberlândia	768	0	0,00%	0,00%	6.196.250,00	-	0,00%	0,00%
Região Intermediária de Varginha	1.351	0	0,00%	0,00%	9.399.191,00	-	0,00%	0,00%
TOTAL	**19.237**	**579**	**3,01%**	**100,00%**	**137.225.601,00**	**8.385.449,00**	**6,11%**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

3.1.2. Gestão de Serviços de TIC

A ação orçamentária *2025 – Gestão de Serviços de TIC* tem como finalidade promover a integração das ações que envolvem tecnologia para melhoria da gestão dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC do TJMG.

Função:	02 - Judiciária
Subfunção:	061 - Ação Judiciária
Programa:	706 - Prestação Jurisdicional
Produto:	Ativo de TIC Implantado ou Serviço de TIC Prestado, adquirido pelo TJMG.
Unidade de Medida:	Ativo ou Serviço de TIC
Meta Física:	12.197

Os dois próximos quadros destacam as maiores despesas realizadas por meio da ação orçamentária, sendo o primeiro um informativo dos gastos por elemento-item e o segundo um demonstrativo dos valores de desembolso com os maiores credores.

Naturalmente, os dispêndios mais significativos estão relacionados à contratação de serviços de tecnologia da informação e de telecomunicação, à aquisição de equipamentos de informática e de softwares.

Quadro XVII – Maiores Despesas – Ação Orçamentária 2025 – Por Elemento-Item

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R$)	% em relação ao TOTAL
3	40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	40.537.056,89	47,10%
4	52	7	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	21.722.256,36	25,24%
3	40	4	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	15.721.907,80	18,27%
4	40	6	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	5.413.797,09	6,29%
4	40	2	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.375.235,74	1,60%
4	30	16	MATERIAL DE INFORMATICA	523.916,00	0,61%
3	40	3	SERVICO DE INFORMATICA EXECUTADO PELA PRODEMGE	409.329,80	0,48%
3	30	16	MATERIAL DE INFORMATICA	179.453,00	0,21%
3	39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	102.241,44	0,12%
3	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	33.399,45	0,04%
Demais despesas				52.716,35	0,06%
TOTAL				**86.071.309,92**	**100,00%**

Fonte: Armazém de Informações – BO SIAFI/MG.

Quadro XVIII – Maiores Credores – Ação Orçamentária 2025

Credor	Valor (R$)	% em relação ao TOTAL
CLARO S.A.	17.943.378,40	20,85%
LENOVO COMERCIAL E DISTRIBUICAO LIMITADA	17.503.974,00	20,34%
ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	7.081.721,94	8,23%
STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	5.828.515,56	6,77%
WYNTECH SERVICOS EM INFORMATICA EIRELI	5.805.764,88	6,75%
AMC INFORMATICA LTDA	5.736.021,14	6,66%
CIMCORP COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA DE INFORMATICA LTDA.	4.020.497,22	4,67%
INGRAM MICRO BRASIL LTDA	3.320.216,00	3,86%
AMM TECNOLOGIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	2.245.250,00	2,61%
ALTAS NETWORKS & TELECOM LTDA	2.198.005,59	2,55%
CAPGEMINI BRASIL S/A	2.057.057,39	2,39%
IT2B TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA	2.014.066,05	2,34%
TOCCATO TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA	1.098.900,00	1,28%
INOVA TECNOLOGIAS DE INFORMACAO E REPRESENTACOES LTDA	989.655,70	1,15%
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	907.579,13	1,05%
IT-ONE TECNOLOGIA DA INFORMACAO S.A.	902.376,66	1,05%
CAST INFORMATICA S/A	899.439,91	1,04%
CASA DE SOFTWARE S/A	770.000,00	0,89%
WORK LINK INFORMATICA LTDA	596.000,00	0,69%
Demais credores	4.152.890,35	4,82%
TOTAL	**86.071.309,92**	**100,00%**

Fonte: Armazém de Informações – BO SIAFI/MG.

Referentemente ao monitoramento físico da ação, a meta física apurada, 6.303 ativos de TIC implantados ou serviços de TIC prestados, alcançou o percentual de 51,68% do inicialmente estimado, desempenho crítico, portanto. Conforme justificativa de desempenho registrada no SIGPlan pela DIRFOR, área responsável pelo monitoramento da ação, “alguns projetos e contratos da DIRFOR foram bastante impactados pela pandemia, prejudicando, principalmente, o Desempenho Físico, em razão das dificuldades para o recebimento e implantação de novos computadores nas comarcas.”.

A execução orçamentária, por sua vez, atingiu o status satisfatório, uma vez que o percentual foi de 73,60% em relação ao que foi orçado.

Quadro XIX – Execução Mensal – Ação 2025 – Gestão de Serviços de TIC

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	509	509	509	5.679.134,17	1.253.311,84	1.253.311,84
Fevereiro	3.343	3.343	3.343	4.957.807,46	2.445.941,66	2.445.941,66
Março	500	96	96	24.528.178,72	6.184.661,96	6.184.661,96
Abril	500	25	25	6.212.646,70	4.520.049,23	4.520.049,23
Maio	500	112	112	9.521.841,18	22.738.590,42	22.738.590,42
Junho	500	156	156	8.147.417,33	3.841.849,83	3.841.849,83
Julho	1.057	323	323	14.708.799,87	5.836.498,44	5.836.498,44
Agosto	1.057	167	167	11.167.042,95	5.493.341,77	5.493.341,77
Setembro	1.057	177	177	8.689.135,51	4.786.903,27	4.786.903,27
Outubro	1.057	671	671	7.707.486,50	3.857.452,49	3.857.452,49
Novembro	1.057	480	480	10.887.574,39	5.984.631,62	5.984.631,62
Dezembro	1.060	6.138	244	4.732.315,22	49.996.147,47	19.128.077,39
TOTAL	**12.197**	**12.197**	**6.303**	**116.939.380,00**	**116.939.380,00**	**86.071.309,92**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

Quadro XX – Execução Territorializada – Ação 2025 – Gestão de Serviços de TIC

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)
Estadual	12.197	6.303	51,68%	100,00%	116.939.380,00	86.071.309,92	73,60%	100,00%
TOTAL	**12.197,00**	**6.303,00**	**51,68%**	**100,00%**	**116.939.380,00**	**86.071.309,92**	**73,60%**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

3.1.3. Ação 2091 - Obras e Gestão Predial

A ação orçamentária *2091 – Obras e Gestão Predial* tem como finalidade destinar recursos necessários à garantia da infraestrutura física das unidades prediais de 1ª e 2ª Instâncias.

Função:	02 - Judiciária
Subfunção:	061 - Ação Judiciária
Programa:	706 - Prestação Jurisdicional
Produto:	Unidade Construída / Reformada / Ampliada
Unidade de Medida:	Intervenção
Meta Física:	32

Por meio desta ação orçamentária, são processadas as despesas com o desenvolvimento das etapas necessárias para a realização de obras (estudos e projetos, aquisição de terrenos ou imóveis, construção ou reforma), com a manutenção das unidades prediais, com a compra e/ou instalação de equipamentos, com a locação de imóveis, com água, luz, telefonia, dentre outras.

O quadro que segue demonstra a execução por elemento-item de despesa, com a rubrica "Execução de Obras por Contrato de Bens Patrimoniáveis" representando 57,66% do dispêndio total.

Quadro XXI – Maiores Despesas – Ação Orçamentária 2091 – Por Elemento-Item

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R$)	% em relação ao TOTAL
4	51	3	EXECUCAO DE OBRAS POR CONTRATO DE BENS PATRIMONIAVEIS	176.058.665,16	57,66%
5	61	4	EDIFICIOS	41.220.312,14	13,50%
3	39	22	REPAROS DE BENS IMOVEIS	17.086.099,32	5,60%
3	39	69	CONTRATOS DE ENERGIA ELETRICA	16.981.526,31	5,56%
4	51	13	INSTALACAO PARA INCORPORACAO A BENS IMOVEIS	7.927.974,91	2,60%
3	39	12	TARIFA DE ENERGIA ELETRICA	7.055.737,85	2,31%
3	39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	4.437.889,53	1,45%
3	39	20	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	4.184.262,12	1,37%
3	39	13	TARIFA DE AGUA E ESGOTO	3.990.644,97	1,31%
5	61	6	IMOVEIS NECESSARIOS A REALIZACAO DE OBRAS DE BENS PATRIMONIAVEIS	3.778.491,71	1,24%
4	51	1	ESTUDOS E PROJETOS DE BENS PATRIMONIAVEIS	3.268.177,30	1,07%
4	61	6	IMOVEIS NECESSARIOS A REALIZACAO DE OBRAS DE BENS PATRIMONIAVEIS	3.188.852,80	1,04%
3	36	11	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	2.986.837,93	0,98%
4	39	51	SERVICOS DE GERENCIAMENTO, SUPERVISAO E FISCALIZACAO DE OBRAS	2.203.129,40	0,72%
3	39	37	TAXA DE CONDOMINIO	1.809.327,98	0,59%
3	40	4	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	1.063.593,99	0,35%
4	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	887.254,11	0,29%
4	52	12	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	868.740,76	0,28%
5	93	14	INDENIZACOES DETERMINADAS POR DECISOES JUDICIAIS	813.846,15	0,27%
3	39	81	SERVICO DE ELABORACAO DE ESTUDOS PREVIOS	730.709,48	0,24%
Demais despesas				4.776.543,86	1,56%
TOTAL				**305.318.617,78**	**100,00%**

Fonte: Armazém de Informações – BO SIAFI/MG.

O quadro seguinte elenca os vinte maiores credores da ação orçamentária, com destaque para a CEMIG Distribuição S. A., ocupante da "primeira colocação", e para empresas contratadas para a realização de obras.

Quadro XXII – Maiores Credores – Ação Orçamentária 2091

Credor	Valor (R$)	% em relação ao TOTAL
CEMIG DISTRIBUICAO S.A.	22.809.995,79	7,47%
ENDEAL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA.	21.875.800,96	7,16%
FUNDACAO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL	17.403.886,07	5,70%
ALCANCE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA	16.630.283,09	5,45%
CONSPAVI CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA - EPP	13.052.631,10	4,28%
FRANCO SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA - EPP	10.830.871,77	3,55%
OTT CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA	10.683.071,89	3,50%
ENGEMON COMERCIO E SERVICOS TECNICOS LTDA	10.485.753,26	3,43%
REALIZA INVEST LTDA	10.150.131,27	3,32%
REPOL INVEST LTDA	10.150.131,15	3,32%
E F PROJETOS E ENGENHARIA LTDA	7.718.388,61	2,53%
OWNERGY SOLUCOES E INSTALACOES ECO EFICIENTES LTDA	7.561.547,60	2,48%
CONSTRUTORA SINARCO LTDA	7.377.583,31	2,42%
CG ENGENHARIA EIRELI	6.693.655,28	2,19%
CLL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA -EPP	6.066.280,22	1,99%
OROS ENGENHARIA LTDA	5.965.279,30	1,95%
EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS PAULA ASSIS LTDA	5.716.426,07	1,87%
CONSTRUTORA CARMO CRUZ LTDA -ME	5.148.641,84	1,69%
CONSTRUTORA QUEIROZ PARREIRA LTDA - EPP	4.562.592,54	1,49%
ENGENHARTE ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA -EPP	3.822.967,10	1,25%
TERRA E TECNICA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA	3.710.563,33	1,22%
IMPAR CONSTRUCOES LTDA	3.578.531,72	1,17%
PILONE CONSTRUCAO E CONSERVACAO LTDA	3.551.119,42	1,16%
CONSTRAL CONSTRUTORA ARAUJO LTDA -EPP	3.204.762,00	1,05%
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG	3.183.728,86	1,04%
ENGENORTE ENGENHARIA SERVICOS E CONSULTORIA LTDA - EPP	3.073.982,59	1,01%
ELETROCONTROLE ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	3.034.097,61	0,99%
CONSTRUTORA BUENO EIRELI - EPP	2.860.125,84	0,94%
PROJECAO ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - EPP	2.834.413,86	0,93%
FM ENGENHARIA LTDA	2.597.908,00	0,85%
PEREIRA CAMPOS ENGENHARIA LTDA -EPP	2.560.767,66	0,84%
A & R COMERCIO E SERVICOS LTDA	2.465.749,58	0,81%
AKON ENGENHARIA LTDA.	2.269.204,30	0,74%
JEQUITIBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA	2.070.583,82	0,68%
CONSTRUTORA UNICA LTDA	2.070.483,56	0,68%
PLANEAR ENGENHARIA LTDA -EPP	1.990.031,31	0,65%
LIMINE CONSTRUTORA EIRELI -EPP	1.913.836,44	0,63%
PROBANC ENGENHARIA LTDA - EPP	1.773.580,30	0,58%
GUSTAVO HENRIQUE FERNANDES	1.594.426,40	0,52%
RODRIGO VINICIUS FERNANDES	1.594.426,40	0,52%
Demais credores	48.680.376,56	15,94%
TOTAL	**305.318.617,78**	**100,00%**

Fonte: Armazém de Informações – BO SIAFI/MG.

Os próximos quadros demonstram a execução financeira e física da ação, mês a mês, bem como a execução por região do Estado, confrontados os números programados e os realizados.

Quadro XXIII – Execução Mensal – Ação 2091 – Obras e Gestão Predial

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	2	2	2	3.152.885,41	1.738.054,70	1.738.054,70
Fevereiro	4	3	3	12.384.221,33	9.635.008,57	9.635.008,57
Março	4	0	0	37.542.522,32	20.556.904,03	20.556.904,03
Abril	4	0	0	37.542.522,32	19.313.985,88	19.313.985,88
Maio	6	6	6	37.542.522,32	22.516.428,33	22.516.428,33
Junho	7	11	11	37.542.522,32	19.734.566,52	19.734.566,52
Julho	3	0	0	37.542.522,33	26.035.388,95	26.035.388,95
Agosto	0	1	1	37.542.522,33	37.609.317,30	37.609.317,30
Setembro	0	0	0	37.542.522,33	17.795.996,63	17.795.996,63
Outubro	1	0	0	37.542.522,33	16.160.308,15	16.160.308,15
Novembro	0	0	0	37.542.522,33	41.384.297,61	41.384.297,61
Dezembro	1	9	2	37.542.522,33	158.482.073,33	72.838.361,11
TOTAL	**32**	**32**	**25**	**390.962.330,00**	**390.962.330,00**	**305.318.617,78**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

Quadro XXIV – Execução Territorializada – Ação 2091 – Obras e Gestão Predial

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)
Estadual	0	5	0,00%	20,00%	92.205.341,00	73.981.908,59	80,24%	24,23%
Região Intermediária de Barbacena	1	1	100,00%	4,00%	2.741.124,00	269.698,07	9,84%	0,09%
Região Intermediária de Belo Horizonte	3	0	0,00%	0,00%	70.173.874,00	87.765.372,55	125,07%	28,75%
Região Intermediária de Divinópolis	4	3	75,00%	12,00%	40.012.359,00	13.434.037,25	33,57%	4,40%
Região Intermediária de Governador Valadares	2	2	100,00%	8,00%	8.816.990,00	3.845.858,06	43,62%	1,26%
Região Intermediária de Ipatinga	0	0	0,00%	0,00%	-	31.767,50	0,00%	0,01%
Região Intermediária de Juíz de Fora	3	3	100,00%	12,00%	31.492.409,00	24.395.641,94	77,47%	7,99%
Região Intermediária de Montes Claros	2	1	50,00%	4,00%	12.653.983,00	10.294.154,31	81,35%	3,37%
Região Intermediária de Patos de Minas	2	1	50,00%	4,00%	5.633.391,00	2.570.968,48	45,64%	0,84%
Região Intermediária de Pouso Alegre	2	2	100,00%	8,00%	28.243.720,00	11.702.009,41	41,43%	3,83%
Região Intermediária de Teófilo Otoni	1	0	0,00%	0,00%	13.115.117,00	9.586.390,57	73,09%	3,14%
Região Intermediária de Uberaba	3	1	33,33%	4,00%	11.667.983,00	12.185.091,34	104,43%	3,99%
Região Intermediária de Uberlândia	2	0	0,00%	0,00%	18.862.072,00	14.613.017,23	77,47%	4,79%
Região Intermediária de Varginha	7	6	85,71%	24,00%	55.343.967,00	40.642.702,48	73,44%	13,31%
TOTAL	**32**	**25**	**78,13%**	**100,00%**	**390.962.330,00**	**305.318.617,78**	**78,09%**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

Relativamente à meta física, cujo resultado foi de 25 (vinte e cinco) intervenções realizadas, o desempenho é considerado satisfatório, uma vez que foi prevista a finalização de 32 (trinta e duas) obras, percentual de cumprimento de 78,13%.

Da mesma forma, também é satisfatória a execução orçamentária, com realização de pouco mais de 78% do orçamento programado.

Na justificativa de desempenho da ação do SIGPlan, alimentada pela Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial – DENGEP, consta o seguinte relato: “informamos que tivemos 18 obras rescindidas entre 19/20, que impactaram na entrega dos resultados de 2020: Itaúna, Diamantina, Itajubá, Guaranésia, Três Corações e Pará de Minas, que somente foram retomadas dentro do ano de 2020, além disso 12 estão em fase de retomada, sendo: Conceição das Alagoas, Machado, Ibirité, Poços de Caldas, Boa Esperança, Barão de Cocais, Baependi, Pedro Leopoldo, Ouro Preto, Campos Altos, Carmo do Rio Claro e Martinho Campos. Ademais, tivemos obras com percentual de execução abaixo de 60% do valor previsto para o ano sendo elas: Araguari, Juiz de Fora e Nova Lima.”.

O quadro seguinte relaciona as 25 (vinte e cinco) obras concluídas no exercício, conforme

informação prestada pela DENGEP.

Quadro XXV – Obras Concluídas – 2020

Comarca	Descrição	Inauguração
Araxá	Construção do novo prédio do Fórum	29/06/2020
Cambuí	Construção do novo prédio do Fórum	08/06/2020
Candeias	Construção do novo prédio do Fórum	22/05/2020
Carmo da Mata	Construção do novo prédio do Fórum	22/05/2020
Carmo do Rio Claro	Construção do novo prédio do Fórum	02/10/2020
Cássia	Construção do novo prédio do Fórum	22/06/2020
Cláudio	Construção do novo prédio do Fórum	29/06/2020
Ervália	Reforma e Ampliação do Fórum	01/06/2020
Guaranésia	Construção do novo prédio do Fórum	11/12/2020
Grão Mogol	Construção do novo prédio do Fórum	17/02/2020
Itapagipe	Construção do novo prédio do Fórum	14/02/2020
Jaíba	Construção do novo prédio do Fórum	17/01/2020
Janaúba	Reforma e Ampliação do Fórum	26/06/2020
João Pinheiro	Construção do novo prédio do Fórum	25/05/2020
Lagoa da Prata	Construção do novo prédio do Fórum	23/06/2020
Miradouro	Construção do novo prédio do Fórum	11/02/2020
Miraí	Construção do novo prédio do Fórum	15/12/2020
Monte Sião	Construção do novo prédio do Fórum	24/06/2020
Peçanha	Construção do novo prédio do Fórum	29/05/2020
Pirapetinga	Construção do novo prédio do Fórum	24/06/2020
Piumhi	Construção do novo prédio do Fórum	30/06/2020
Prados	Reforma do Fórum	18/05/2020
Pratápolis	Construção do novo prédio do Fórum	23/06/2020
Santa Maria do Suaçuí	Construção do novo prédio do Fórum	29/05/2020
Unaí	Reforma do Fórum	13/01/2020

3.1.4. Ação 2109 - Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas

A ação orçamentária *2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas* tem como finalidade oferecer e aprimorar a formação inicial,continuada e avançada de magistrados, servidores e colaboradores da justiça, com o propósito de contribuir para a efetividade na prestação jurisdicional.

Função:	02 - Judiciária
Subfunção:	128 - Formação de Recursos Humanos
Programa:	706 - Prestação Jurisdicional
Produto:	Certificado Expedido
Unidade de Medida:	Unidade
Meta Física:	65.000

Primeiramente estão relacionadas as maiores despesas por elemento-item e por credor. O desembolso com o pagamento de diárias representa percentual próximo a 45% do gasto total, sendo também relevante que se destaquem as despesas com a realização de cursos e eventos e com a prestação de serviços de consultoria na área educacional.

Quadro XXVI – Maiores Despesas – Ação Orçamentária 2109 – Por Elemento-Item

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R$)	% em relação ao TOTAL
3	14	1	DIARIAS - CIVIL	585.852,00	44,57%
3	39	53	CURSOS DE FORMACAO E CAPACITACAO PROMOVIDOS PELO ESTADO	254.995,29	19,40%
3	35	2	SERVICOS DE CONSULTORIA - PESSOA JURIDICA	156.480,00	11,91%
3	39	55	EVENTOS DE COMUNICACAO INSTITUCIONAL	74.751,70	5,69%
3	92	2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	72.985,92	5,55%
Demais despesas				169.278,52	12,88%
TOTAL				**1.314.343,43**	**100,00%**

Fonte: Armazém de Informações – BO SIAFI/MG.

Quadro XXVII – Maiores Credores – Ação Orçamentária 2109

Credor	Valor (R$)	% em relação ao TOTAL
EPHISTHEME PESQUISA E PLANEJAMENTO EM EDUCACAO LTDA	156.480,00	11,91%
EPICO EVENTOS EIRELI	74.751,70	5,69%
FUNDACAO GETULIO VARGAS	68.000,00	5,17%
JMV TECHNOLOGY EIRELI - ME	53.464,95	4,07%
KEPLER VIAGENS, EVENTOS E TURISMO EIRELI	33.700,00	2,56%
COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS ATUANTES EM CONSULTORIA, INSTRUTORIA E ED	24.000,00	1,83%
INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	20.000,00	1,52%
DE CARVALHO E ARAUJO TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA	18.400,00	1,40%
AOVS SISTEMA DE INFORMATICA LTDA.	16.800,00	1,28%
MULTIPAES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	16.550,00	1,26%
Demais credores	832.196,78	63,32%
TOTAL	**1.314.343,43**	**100,00%**

Fonte: Armazém de Informações – BO SIAFI/MG.

Na sequência são apresentados os quadros com a informação sobre a execução física e orçamentária da ação em comparação com o planejamento realizado. A meta física realizada, 47.623 certificados expedidos, representa 73,27% do inicialmente estabelecido, *status* satisfatório, por conseguinte.

Lado outro, obteve *status* crítico o resultado orçamentário da ação, com a execução de 25,71% do aprovado no orçamento anual.

A Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas – DIRDEP, responsável pelo lançamento dos dados no SIGPlan, apresentou a seguinte justificativa para o desempenho apurado em 2020: “a execução orçamentária da EJEF sofreu grande impacto com a pandemia de COVID-19 em 2020, uma vez que as ações presenciais, responsáveis por mais de 80% das despesas, foram suspensas desde março. Em razão disso, a EJEF apresentou ao Tribunal, em agosto, proposta de reprogramação orçamentária, com redução do total anual necessário para as despesas da Ação 2109 para R$1.874.796,83. Considerando tal valor, teria sido alcançado o percentual de 70,1% de execução orçamentária no ano (meta). A meta física, por sua vez, foi alcançada pela substituição das ações presenciais pelo EaD”.

Quadro XXVIII – Execução Mensal – Ação 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	787	787	787	26.861,00	26.861,00	26.861,00
Fevereiro	1.698	1.698	1.698	368.867,67	368.867,67	368.867,67
Março	4.988	4.957	4.957	345.791,74	345.791,74	345.791,74
Abril	5.200	1.450	1.450	40.000,00	51.871,85	51.871,85
Maio	5.200	5.307	5.307	46.005,28	15.043,19	15.043,19
Junho	6.500	8.215	8.215	51.116,98	52.565,10	52.565,10
Julho	4.225	853	853	102.233,96	44.260,06	44.260,06
Agosto	7.800	3.015	3.015	357.818,86	16.557,85	16.557,85
Setembro	7.800	6.552	6.552	726.701,09	122.481,82	122.481,82
Outubro	7.800	5.090	5.090	823.494,55	90.036,37	90.036,37
Novembro	7.800	6.590	6.590	869.499,83	30.019,16	30.019,16
Dezembro	5.202	0	3.109	1.353.307,04	3.947.342,19	149.987,62
TOTAL	**65.000**	**44.514**	**47.623**	**5.111.698,00**	**5.111.698,00**	**1.314.343,43**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

Quadro XXIX – Execução Territorializada – Ação 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)
Estadual	205	2.485	1212,20%	5,22%	16.112,00	395.728,41	2456,11%	30,11%
Região Intermediária de Barbacena	2.100	1.306	62,19%	2,74%	79.639,00	28.443,77	35,72%	2,16%
Região Intermediária de Belo Horizonte	23.019	20.185	87,69%	42,38%	1.456.266,00	421.936,63	28,97%	32,10%
Região Intermediária de Divinópolis	4.407	2.586	58,68%	5,43%	160.556,00	52.756,07	32,86%	4,01%
Região Intermediária de Governador Valadares	1.779	1.561	87,75%	3,28%	72.373,00	28.710,49	39,67%	2,18%
Região Intermediária de Ipatinga	4.050	1.801	44,47%	3,78%	568.195,00	35.872,98	6,31%	2,73%
Região Intermediária de Juíz de Fora	6.564	4.458	67,92%	9,36%	275.342,00	88.263,79	32,06%	6,72%
Região Intermediária de Montes Claros	2.669	1.253	46,95%	2,63%	451.961,00	25.295,14	5,60%	1,92%
Região Intermediária de Patos de Minas	2.487	1.732	69,64%	3,64%	468.335,00	32.570,09	6,95%	2,48%
Região Intermediária de Pouso Alegre	3.898	2.066	53,00%	4,34%	121.160,00	40.079,91	33,08%	3,05%
Região Intermediária de Teófilo Otoni	2.747	1.392	50,67%	2,92%	1.014.660,00	27.616,84	2,72%	2,10%
Região Intermediária de Uberaba	2.258	1.095	48,49%	2,30%	90.804,00	23.889,80	26,31%	1,82%
Região Intermediária de Uberlândia	3.423	2.295	67,05%	4,82%	142.446,00	45.061,93	31,63%	3,43%
Região Intermediária de Varginha	5.394	3.408	63,18%	7,16%	193.849,00	68.117,58	35,14%	5,18%
TOTAL	**65.000**	**47.623**	**73,27%**	**100,00%**	**5.111.698,00**	**1.314.343,43**	**25,71%**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

3.1.5. Ação 4395 - Processamento Judiciário

A ação orçamentária *4395 – Processamento Judiciário* tem como finalidade destinar recursos para atender às atividades e aos serviços que contribuam para a celeridade da prestação jurisdicional e reduzam a litigiosidade na justiça, inclusive os necessários para cumprimento das atribuições institucionais com atendimento aos feitos amparados pela assistência judiciária (cumprimento de diligências judiciais, exame de ácido desoxirribonucléico – DNA, peritos, tradutores e intérpretes), ações desenvolvidas pela Coordenadoria da Infância e Juventude – COINJ e pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – COMSIV e as relacionadas ao aperfeiçoamento dos Juizados Especiais.

Função:	02 - Judiciária
Subfunção:	061 - Ação Judiciária
Programa:	706 - Prestação Jurisdicional
Produto:	Processo Baixado
Unidade de Medida:	Processo
Meta Física:	1.940.966

Observando os quadros seguintes, que demonstram as maiores despesas por elemento-item e maiores credores, nota-se que cerca de 65% dos gastos são relativos à locação de mão-de-obra (apoio administrativo e conservação e limpeza). Outros destaques são a despesa com estagiários e o pagamento da indenização de transporte devida ao Oficial de Justiça.

Quadro XXX – Maiores Despesas – Ação Orçamentária 4395 – Por Elemento-Item

Grupo	Elemento	Item	Descrição	Valor (R$)	% em relação ao TOTAL
3	37	2	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	317.408.501,63	54,97%
3	36	1	ESTAGIARIOS	68.224.034,76	11,82%
3	93	27	INDENIZACAO DE TRANSPORTE DEVIDA AO OFICIAL DE JUSTICA	59.984.000,07	10,39%
3	37	1	LOCACAO DE SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	57.824.587,97	10,01%
3	39	15	SERVICO POSTAL-TELEGRAFICO	17.101.785,76	2,96%
4	52	14	MOBILIARIO	9.319.622,57	1,61%
3	49	5	AUXILIO TRANSPORTE PAGO A ESTAGIARIOS PECUNIA	6.839.582,16	1,18%
4	52	17	VEICULOS	6.814.997,00	1,18%
3	36	24	SERVICOS TECNICOS JUDICIAIS - HONORARIOS JUSTICA GRATUITA	3.632.912,12	0,63%
3	36	12	DESPESAS MIUDAS DE PRONTO PAGAMENTO	2.801.710,54	0,49%
3	30	22	FERRAMENTAS, FERRAGENS E UTENSILIOS	2.242.107,67	0,39%
3	93	16	INDENIZACOES DETERMINADAS POR LEI ESPECIFICA	2.199.709,16	0,38%
3	30	5	MATERIAL PARA ESCRITORIO	2.043.662,07	0,35%
3	36	27	JUIZES LEIGOS	1.675.703,24	0,29%
3	30	26	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	1.430.588,50	0,25%
3	14	1	DIARIAS - CIVIL	1.304.062,50	0,23%
3	30	8	PRODUTOS ALIMENTICIOS	1.115.244,35	0,19%
3	39	26	ENCARGOS FINANCEIROS	967.664,64	0,17%
3	30	10	MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR	895.736,60	0,16%
3	47	99	OUTROS - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	778.360,10	0,13%
3	39	6	TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DE MATERIAIS	758.504,55	0,13%
3	15	1	DIARIAS - MILITAR	733.908,00	0,13%
4	52	12	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	686.650,45	0,12%
3	39	99	OUTROS SERVICOS PESSOA JURIDICA	646.560,65	0,11%
3	39	10	PREMIOS DE SEGUROS	615.116,17	0,11%
3	30	17	ARTIGOS PARA LIMPEZA E HIGIENE	601.474,00	0,10%
3	39	61	SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	597.022,79	0,10%
3	39	11	ASSINATURAS DE JORNAIS, REVISTAS E PERIODICOS	577.924,35	0,10%
3	49	3	DESPESA DE TRANSPORTE DEVIDA A SERVIDORES DOS PODERES DO ESTADO	500.000,00	0,09%
3	39	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	473.237,98	0,08%
Demais despesas				6.589.024,13	1,14%
TOTAL				**577.383.996,48**	**100,00%**

Fonte: Armazém de Informações – BO SIAFI/MG.

Quadro XXXI – Maiores Credores – Ação Orçamentária 4395

Credor	Valor (R$)	% em relação ao TOTAL
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	170.775.995,68	29,58%
APPA SERVICOS TEMPORARIOS E EFETIVOS LTDA	84.517.318,44	14,64%
BENEFICIARIOS DE ESTAGIOS E BOLSAS DE ESTUDO	75.063.616,92	13,00%
PLANTAO SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA	60.139.668,85	10,42%
VERBA INDENIZATORIA DE TRANSPORTE - OFICIAIS DE JUSTICA	60.034.123,70	10,40%
AGILE EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI	23.389.868,27	4,05%
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT	17.101.785,76	2,96%
ASSOCIACAO PROFISSIONALIZANTE DO MENOR DE BELO HORIZONTE -ASSPROM	12.003.218,66	2,08%
INOVA TECNOLOGIA EM SERVICOS LTDA	10.867.873,13	1,88%
S & M CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA	5.435.847,25	0,94%
CENTRA MOVEIS S/A	4.945.517,58	0,86%
SERVITE EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA	3.606.689,71	0,62%
BANZAI VEICULOS E PECAS LTDA	3.175.000,00	0,55%
FEDERACAO NACIONAL DE EDUCACAO E INTEGRACAO DOS SURDOS	2.296.609,61	0,40%
ESPECIALY TERCEIRIZACAO - EIRELI	2.200.000,00	0,38%
FIANCA(CRIMINAL)	2.199.709,16	0,38%
GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA	2.070.262,00	0,36%
METALURGICA SA EIRELI - EPP	1.441.050,00	0,25%
CCL DISTRIBUIDORA EIRELI	1.318.200,00	0,23%
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A	1.294.738,50	0,22%
TOYOTA DO BRASIL LTDA	965.560,00	0,17%
BANCO DO BRASIL SA	849.301,44	0,15%
W M PORTAS EMPREENDIMENTOS EM MOVEIS PLANEJADOS LTDA - EPP	810.124,19	0,14%
INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	770.000,00	0,13%
CELIN TRANSPORTES LTDA	735.100,20	0,13%
BOLD PARTICIPACOES S.A.	642.475,00	0,11%
NF VEICULOS LTDA	624.175,00	0,11%
CASA DECORACAO LTDA - ME	544.217,88	0,09%
BELLINEA IND. E COM. DE MOVEIS LTDA	514.217,20	0,09%
DIARIAS/REEMBOLSO DE COMBUSTIVEIS/PASSAGENS	505.357,75	0,09%
GP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - ME	474.963,70	0,08%
RESERVA BRASILEIRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - EPP	472.500,00	0,08%
MGS MINAS GERAIS ADMINISTRACAO E SERVICOS S/A	450.749,22	0,08%
BABADOS DECORACOES LTDA -ME	388.061,29	0,07%
PERSI ANIL COMERCIO E SERVICOS EIRELI -ME	380.415,17	0,07%
INSTITUTO HERMES PARDINI S/A	369.204,85	0,06%
RANGAP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA -ME	365.615,94	0,06%
TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	351.263,04	0,06%
PROJETO MAIS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	346.657,90	0,06%
KURIOS MOVEIS EIRELI	346.618,00	0,06%
Demais credores	22.600.325,49	3,91%
TOTAL	**577.383.996,48**	**100,00%**

Fonte: Armazém de Informações – BO SIAFI/MG.

Os próximos quadros dizem respeito à execução física e orçamentária da ação, conforme monitoramento bimestral realizado por meio do SIGPlan, comparados os valores programados e realizados, sendo o primeiro relativo à execução mensal e o seguinte à realização regionalizada.

O valor computado para a meta física, 1.998.176 processos baixados, alcançou o percentual de 102,95% do programado, o que representou o atingimento do status “satisfatório”.

Com relação ao desempenho orçamentário, no entanto, a execução foi de 61,10% do que foi aprovado para o orçamento anual, nível crítico de acordo com a padronização do manual do PPAG. Nesse aspecto, importante destacar que o surgimento da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19) ocasionou a suspensão ou cancelamento de diversas atividades inicialmente programadas, prejudicando sobremaneira, em algumas situações, a execução orçamentária.

Ademais, quando da elaboração da peça orçamentária de 2020, foram alocados na ação orçamentária 4395 os valores referentes ao montante previsto a ser repassado pelo Poder Executivo ao TJMG, em função do que dispõe a Lei Estadual 21.270/2015, o que não se efetivou ao longo do exercício. Dessa forma, os valores foram nominalmente informados sem que houvesse entrada correspondente de recursos financeiros, impossibilitando sua efetiva

disponibilização.

Quadro XXXII – Execução Mensal – Ação 4395 – Processamento Judiciário

Mês	Físico			Orçamentário		
	Programação	Reprogramação	Realizado	Programação	Reprogramação	Realizado
Janeiro	131.772	131.772	131.772	5.324.021,47	5.324.021,47	5.324.021,47
Fevereiro	168.480	168.480	168.480	38.288.656,20	38.288.677,93	38.288.677,93
Março	162.389	161.058	161.058	46.972.656,20	46.972.656,20	46.972.656,20
Abril	162.389	113.685	113.685	53.988.745,00	41.836.626,04	41.836.626,04
Maio	162.389	146.226	146.226	53.988.745,00	39.060.547,36	39.060.547,36
Junho	162.389	268.490	268.490	53.988.745,00	38.069.748,80	38.069.748,80
Julho	162.389	142.527	142.527	66.402.822,00	44.007.853,64	44.007.853,64
Agosto	162.389	147.677	147.677	66.402.822,00	46.965.750,68	46.965.750,68
Setembro	162.389	171.536	171.536	66.402.822,00	53.262.104,33	53.262.104,33
Outubro	162.389	197.171	197.171	66.402.822,00	47.263.811,38	47.263.811,38
Novembro	162.389	211.992	211.992	66.402.822,00	47.659.399,94	47.659.399,94
Dezembro	179.213	179.213	137.562	360.391.564,13	496.246.045,23	128.672.798,71
TOTAL	**1.940.966**	**2.039.827**	**1.998.176**	**944.957.243,00**	**944.957.243,00**	**577.383.996,48**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

Quadro XXXIII – Execução Territorializada – Ação 4395 – Processamento Judiciário

Territórios	Físico				Orçamentário			
	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)	Programado PPAG (A)	Executado Jan/Dez (B)	B/A	Análise Vertical (B)
Estadual	0	300.252	0,00%	15,03%	-	43.612.699,40	0,00%	7,55%
Região Intermediária de Barbacena	54.438	42.522	78,11%	2,13%	26.497.498,00	13.427.463,10	50,67%	2,33%
Região Intermediária de Belo Horizonte	817.656	676.724	82,76%	33,87%	398.186.463,00	212.201.845,82	53,29%	36,75%
Região Intermediária de Divinópolis	107.597	103.818	96,49%	5,20%	52.373.095,00	33.367.248,54	63,71%	5,78%
Região Intermediária de Governador Valadares	55.258	50.611	91,59%	2,53%	26.896.581,00	15.256.569,82	56,72%	2,64%
Região Intermediária de Ipatinga	70.668	69.873	98,88%	3,50%	34.398.358,00	21.171.366,66	61,55%	3,67%
Região Intermediária de Juíz de Fora	179.418	145.605	81,15%	7,29%	87.332.661,00	45.787.047,24	52,43%	7,93%
Região Intermediária de Montes Claros	88.021	88.291	100,31%	4,42%	42.844.270,00	28.552.573,10	66,64%	4,95%
Região Intermediária de Patos de Minas	68.074	71.170	104,55%	3,56%	33.134.918,00	22.250.600,89	67,15%	3,85%
Região Intermediária de Pouso Alegre	104.508	92.536	88,54%	4,63%	50.869.102,00	29.243.514,94	57,49%	5,06%
Região Intermediária de Teófilo Otoni	62.823	61.693	98,20%	3,09%	30.578.637,00	19.615.329,48	64,15%	3,40%
Região Intermediária de Uberaba	70.766	73.874	104,39%	3,70%	34.444.470,00	23.246.247,65	67,49%	4,03%
Região Intermediária de Uberlândia	107.241	95.823	89,35%	4,80%	52.198.852,00	30.118.855,11	57,70%	5,22%
Região Intermediária de Varginha	154.498	125.384	81,16%	6,27%	75.202.338,00	39.532.634,73	52,57%	6,85%
TOTAL	**1.940.966**	**1.998.176**	**102,95%**	**100,00%**	**944.957.243,00**	**577.383.996,48**	**61,10%**	**100,00%**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A Resolução nº 823/2016 dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica, no âmbito do TJMG, para o sexênio 2015-2020, cujos componentes básicos são:

- Identidade Organizacional: composta pela missão, visão e valores da instituição;
- Mapa Estratégico: representa a tradução da missão, visão e valores do TJMG em um conjunto de macrodesafios;
- Painel Estratégico: instrumento que relaciona os macrodesafios traçados pela instituição com os indicadores, metas e iniciativas estabelecidos para o alcance da estratégia;
- Quadro de Iniciativas: consolidação dos programas, projetos e ações definidos para o alcance dos objetivos pretendidos.

No primeiro semestre de 2020, a exemplo dos anos anteriores, foi atualizado o Plano

Estratégico do TJMG, considerando as diretrizes do Comitê Estratégico de Gestão Institucional do TJMG para o ano e as deliberações decorrentes do XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocorrido nos dias 25 e 26 de novembro de 2019, em Maceió/AL, momento no qual foram aprovadas as Metas Nacionais e específicas do Judiciário para 2020.

Visando à superação dos macrodesafios do Poder Judiciário mineiro, a atualização estabeleceu novas metas institucionais, além de incluir novas iniciativas, dentre as quais citamos aquelas voltadas à celeridade da prestação jurisdicional; melhoria da atuação e gestão institucional; e integração do Judiciário Estadual com a sociedade.

Ato contínuo, o novo Painel Estratégico e o novo Quadro de Iniciativas foram validados pelo Comitê Estratégico de Gestão Institucional, em reunião realizada em maio de 2020. Na oportunidade, também ocorreu a Reunião de Análise da Estratégia – RAE, na qual foi demonstrado o histórico de resultados de indicadores e metas nos anos do ciclo de planjeamento.

O quadro a seguir demonstra a estrutura do Plano Estratégico do TJMG em 2020.

Quadro XXXIV – Plano Estratégico – Componentes da Estratégia 2020

Quadro XXXV – Mapa Estratégico TJMG – Ciclo 2015-2020

O Mapa Estratégico do TJMG no ciclo 2015-2020 esteve caracterizado sob três perspectivas (Sociedade, Processos Internos e Recursos) e pelos onze macrodesafios definidos na Resolução nº 823/2016.

Em 2020, a SEPLAG, em conjunto com as áreas da Secretaria do TJMG, realizou o acompanhamento sistemático do Plano Estratégico da Instituição.

A seguir são apresentados os resultados de 2020 das metas nacionais e institucionais que compõem o Painel Estratégico do TJMG, parte integrante do caderno referencial “Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Atualização do Planejamento Estratégico 2020”, disponível no sítio eletrônico. Esses resultados representam os esforços para o alcance da missão institucional.

Na sequência, demonstra-se o Painel Estratégico com os resultados apurados para o ano de 2020.

Quadro XXXVI – Painel Estratégico – Resultados das Metas em 2020

MACRODESAFIOS	INDICADORES	METAS	RESULTADOS 2020
1. Garantia dos direitos à cidadania	**1.1.** Número de pessoas beneficiadas com projetos de responsabilidade social do TJMG	**META TJMG 1:** Beneficiar 500.000 pessoas com projetos de responsabilidade social do TJMG.	290.000 pessoas
	1.2. Taxa de execução do Plano de Logística Sustentável - PLS	**META TJMG 2:** Alcançar 60% das metas previstas no Anexo I da Resolução 201/2015 do CNJ, computando os indicadores mensuráveis.	69,81%
	1.3. Taxa de execução das ações propostas pelos Grupos Executivos do PLS	**META TJMG 3:** Executar 80% das ações propostas pelos Grupos Executivos do PLS.	82%
2. Combate à corrupção e à improbidade administrativa	**2.1.** Taxa de execução do Programa Integridade (Compliance)	**META TJMG 4:** Executar 100% das ações previstas no Programa Integridade até dezembro de 2020.	94%
	2.2. Índice de julgamento das ações de improbidade e combate à corrupção	**META CNJ 4:** Identificar e julgar até 31/12/2020, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2017, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.	Total - 76% 1º grau (JC) - 75% 2º grau - 76% JESP e TR - 119%
3. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	**3.1.** Índice de julgamento de mais processos de conhecimento do que os distribuídos	**META CNJ 1:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos ou sobrestados.	Total - 83% 1º grau (JC) - 75% 2º grau - 109% JESP - 84% TR - 83%
	3.2. Índice de julgamento de processos mais antigos	**META CNJ 2:** Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2016 no 1º grau; 80% dos distribuídos até 31/12/2017 no 2º grau e; 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017 nos Juizados Especiais – JESP e nas Turmas Recursais - TR.	1º grau - 106% 2º grau - 113% JESP e TR - 106%
	3.3. Índice de priorização de ações coletivas	**META CNJ 6:** Identificar e julgar, até 31/12/2020, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018 no 2º grau.	1º grau e JESP - 86% 2º grau - 125%
	3.4. Taxa de julgamentos monocráticos em até 60 dias - 2º Grau	**META TJMG 5:** Julgar 70% dos processos em até 60 dias - julgamentos monocráticos pelo Relator (desconsiderado o tempo de permanência na PGJ) - 2º Grau.	68%
3. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	**3.5.** Taxa de julgamentos colegiados em até 100 dias - 2º Grau	**META TJMG 6:** Julgar 70% dos processos em até 100 dias - julgamentos colegiados (desconsiderado o tempo de permanência na PGJ) - 2º grau.	73%
	3.6. Índice de acórdãos publicados em até 10 dias	**META TJMG 7:** Publicar 100% dos acórdãos no prazo máximo de dez dias após o julgamento dos processos.	96%
	3.7. Taxa de virtualização dos processos recursais	**META TJMG 8:** Alcançar a conversão de processos físicos em eletrônicos para 100% das Comarcas com processos eletrônicos.	SD
	3.8. Número de sentenças, decisões e despachos proferidos em processos criminais de unidades judiciárias selecionadas pelo Projeto Pontualidade	**META TJMG 23:** proferir 5 mil decisões em processos criminais, dentre sentenças, decisões interlocutórias e despachos, de unidades judiciárias selecionadas pelo Projeto Pontualidade.	3.465 decisões
	3.9. Número de sentenças, decisões interlocutórias e despachos proferidos em processos cíveis de unidades judiciárias selecionadas pelo Projeto Pontualidade	**META TJMG 25:** proferir 30 mil decisões em processos cíveis, dentre sentenças, decisões interlocutórias e despachos, de unidades judiciárias selecionadas pelo Projeto Pontualidade.	24.263 decisões
	3.10. Taxa de cumprimento do plano de ação de integração da Agenda 2030, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), à agenda institucional do TJMG	**META CNJ 9:** Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.	80% de cumprimento
	3.11. Índice de impulso dos processos relacionados com obras públicas paralisadas	**META CNJ 12:** Identificar e impulsionar, até 31/12/2020, os processos que versem sobre obras públicas paralisadas, especialmente creches e escolas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019.	SD
4. Adoção de soluções alternativas para os conflitos	**4.1.** Índice de Conciliação	**META CNJ 3:** Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior.	1º, 2º graus, JESP e TR – 65% de cumprimento
	4.2. Índice de acordos obtidos no âmbito de atuação do CEJUSCs	**META TJMG 9:** Aumentar em 100% o número de acordos dos CEJUSCs em relação às sentenças homologatórias proferidas nas unidades jurisdicionais correlatas	-42,87%
	4.3. Número de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC's) instalados	**META TJMG 10:** Instalar 15 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania	43 unidades instaladas
5. Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	**5.1.** Taxa de julgamento de processos vinculados em razão de repercussão geral e repetitividade	**META TJMG 11:** Julgar em até 100 dias 100% dos processos vinculados em razão de repercussão geral e repetitividade de recursos e feitos após trânsito em julgado do tema	67%
6. Impulso às execuções fiscais e cíveis	**6.1.** Taxa de congestionamento das ações de execução fiscal	**META TJMG 12:** Reduzir para 74% a taxa de congestionamento dos processos relativos às ações de execução fiscal municipal	83%
	6.2. Taxa de congestionamento das ações de execução cível (Justiça Comum)	**META TJMG 13:** Reduzir para 82% a taxa de congestionamento dos processos relativos às ações de execução cível (Justiça Comum)	74%
7. Aprimoramento da gestão da justiça criminal	**7.1.** Índice de julgamento dos processos de feminicídio e relacionados à violência doméstica e familiar.	**META CNJ 8:** Identificar e julgar, até 31/12/2020, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019.	Feminicídio: Total – 149% 1º grau – 141% 2º grau – 195% Violência Doméstica: Total – 66% 1º grau – 63% 2º grau – 159%
	7.2. Taxa de congestionamento de processos criminais na fase de conhecimento no 1º grau	**META TJMG 14:** Reduzir para 70% a taxa de congestionamento dos processos criminais na fase de conhecimento	78%
8. Melhoria da gestão de pessoas	**8.1.** Taxa de cumprimento das metas definidas nos Planos Anuais de Desenvolvimento (PAD)	**META TJMG 15:** Alcançar percentual médio de cumprimento de, no mínimo, 70%, com relação às metas previstas no Plano Anual de Desenvolvimento (PAD) do ano considerado.	95%
	8.2. Taxa de execução do Programa de Gestão de Pessoas por Competências	**META TJMG 16:** Efetivar, no mínimo, 70% das etapas do Programa de Gestão de Pessoas por Competências previstas para implantação no ano considerado.	92,86%
9. Aperfeiçoamento da gestão de custos	**9.1.** Taxa de execução do Plano de Aprimoramento da Gestão de Custos - 1º e 2º Graus	**META TJMG 17:** Cumprir 100% das etapas do Plano de Aprimoramento da Gestão de Custos – 1º e 2º Graus previstas para o período.	100%

10. Instituição da governança judiciária	**10.1.** Taxa de eliminação de processos judiciais	**META TJMG 18:** Eliminar 100% dos processos judiciais previstos para o período. (Universo de 1.200.000 processos no ano de 2020)	57,54%
	10.2. Taxa de execução das ações estruturadoras do plano de Gestão de Documentos Eletrônicos	**META TJMG 19:** Cumprir 100% das ações estruturadoras do plano de Gestão de Documentos Eletrônicos até dezembro de 2020.	47,62%
	10.3. Taxa de execução de obras	**META TJMG 20:** Executar 100% das obras previstas no Plano de Aceleração de Obras para o ano de 2020.	83%
	10.4. Taxa de cumprimento do cronograma do Plano de Instalação de Varas e Unidades Jurisdicionais	**META TJMG 21:** Aprovar 100% das varas ou unidades jurisdicionais previstas para 2020. (Universo 9 varas ou unidades jurisdicionais)	156%
	10.5. Taxa de execução do Projeto Sei-PED	**META TJMG 22:** Executar 75% dos projetos definidos no 'Programa de Evolução de Demandas do SEI' para 2020. (Universo de 08 projetos)	75%
	10.6. Número de unidades judiciárias de 1º grau beneficiadas com o desdobramento do Planejamento Estratégico	**META TJMG 26:** Desdobrar o Planejamento Estratégico em 71 Unidades Judiciárias em 2020.	49 unidades
11. Melhoria da infraestrutura e governança de T.I.C	**11.1.** Indice de Governança, Gestão e Infraestrutura em Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – iGov-TIC-Jud.	**META TJMG 24:** Alcançar a pontuação de 0,75 na apuração do iGov-TIC-Jud.	0,84
	11.2. Percentual de Unidades Jurisdicionais com o Sistema de Processo Eletrônico - PJE, módulo criminal implantado	**META CNJ Específica:** Implantar processo eletrônico em 10% das unidades com competência criminal.	Percentual de cumprimento: 123,16%

O quadro a seguir elenca as iniciativas (programas, projetos e ações) executadas pela Instituição em 2020 visando ao cumprimento das metas nacionais e institucionais supramencionadas.

Quadro XXXVII – Iniciativas Estratégicas 2020

MACRODESAFIOS	INICIATIVAS
1. Garantia dos direitos à cidadania	01. Projetos Sociais do TJMG
1. Garantia dos direitos à cidadania	02. Plano de Logística Sustentável (PLS)
2. Combate à corrupção e à improbidade administrativa	03. Programa Integridade
2. Combate à corrupção e à improbidade administrativa 3. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional 5. Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes 7. Aprimoramento criminal da gestão da justiça criminal	04. Programas Agilizar e Virtualizar a Prestação Jurisdicional na 2ª Instância
3. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional 6.Impulso às execuções fiscais e cíveis 7.Aprimoramento da gestão da justiça criminal	05. Esforço concentrado da CGJ para elevar o IPC-Jus do TJMG
3. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	06. Projeto Pontualidade
4. Adoção de soluções alternativas para os conflitos	07. Mutirões de conciliação
4. Adoção de soluções alternativas para os conflitos	08. Instalação de CEJUSCs
6. Impulso às execuções fiscais e cíveis	09. Projeto Execução Fiscal Eficiente
2.Combate à corrupção e à improbidade administrativa 3.Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional 4.Adoção de soluções alternativas para os conflitos 6.Impulso às execuções fiscais e cíveis 7.Aprimoramento da gestão da justiça criminal	10. Projetos de Apoio à Celeridade
2.Combate à corrupção e à improbidade administrativa 3.Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional 7. Aprimoramento da gestão da justiça criminal 10. Instituição da governança judiciária	11. Projeto Aprimorar a Justiça
3. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional 4. Adoção de soluções alternativas para os conflitos	12. Portfólio de projetos e ações da Justiça Especial
7. Aprimoramento da gestão da justiça criminal	13. Projetos e Ações da COMSIV
8. Melhoria da gestão de pessoas	14. Plano Educacional da EJEF
8. Melhoria da gestão de pessoas	15. Programa de Gestão de Pessoas por Competências
9. Aperfeiçoamento da gestão de custos	16. Plano de Aprimoramento da Gestão de Custos – 1º e 2º Graus
3. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	17. Promover a celeridade nos processos relacionados ao assunto "fornecimento de medicamentos"
10. Instituição da governança judiciária	18. Plano de Eliminação Documental
10. Instituição da governança judiciária	19. Gestão de Documentos Eletrônicos
10. Instituição da governança judiciária	20. Plano de Aceleração de Obras
10. Instituição da governança judiciária	21. Plano de Instalação de Varas e Unidades Jurisdicionais
10. Instituição da governança judiciária	22. Programa de Evolução de Demandas do SEI-PED
11. Melhoria da infraestrutura e governança de T.I.C	23. Implantação do Eletrônico – Pje Criminal
11. Melhoria da infraestrutura e governança de T.I.C	24. Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação

4.1. Agenda Setorial

Consiste em um conjunto de ações específicas de determinadas áreas, que buscam aprimorar processos estruturais, administrativos e judiciais.

No quadro abaixo estão relacionadas as ações setoriais definidas para 2020, seus objetivos e benefícios, resultados esperados e alcançados.

Quadro XXXVIII – Agenda Setorial 2020

MACRODESAFIO	ÁREA RESPONSÁVEL	OBJETIVOS	RESULTADO ESPERADO	% CUMPRIMENTO 2020
3	CEINJUR/ DIRSUP (1ª VicePresidência)	Promover a efetividade e a celeridade da prestação jurisdicional na 2ª Instância, por meio da simplificação e automação de rotinas de trabalho, gerando maior economia e segurança para o Judiciário.	SETORIAL 01. 100% dos feitos que dizem respeito às matérias urgentes analisados e distribuídos em até 24 horas.	99,98%
			SETORIAL 02. 100% dos feitos que dizem respeito às matérias não urgentes analisados e distribuídos em até 48 horas após o cadastro e triagem.	96,00%
3, 6 e 7	DIRCOR (Corregedoria Geral de Justiça)	Promover a identificação dos processos que, a priori, já estariam aptos para serem baixados e/ ou julgados e, a partir daí, organizar a atuação das unidades judiciárias para a realização dessas baixas e/ou julgamentos.	SETORIAL 03. Efetuar 100% das baixas dos processos identificados em relatório de inconsistência da CGJ.	SD
			SETORIAL 04. Promover o julgamento de 100% dos processos criminais que estejam aptos ao reconhecimento da extinção da punibilidade, em razão do falecimento do acusado ou imputado como autor do fato, de acordo com lista de eleitores falecidos fornecida pelo TRE-MG.	SD

4.2. Planejamento Estratégico 2021-2026

Em função de 2020 ser o ano de conclusão do ciclo 2015-2020 da Estratégia Nacional do Poder Judiciário estabelecida por meio da Resolução CNJ n° 198/2014, no XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em novembro de 2020, foram aprovados os novos Macrodesafios da Justiça para o sexênio 2021-2026.

O novo ciclo foi inaugurado com a edição da Resolução CNJ nº 325/2020, publicada em 30 de junho de 2020, contendo os novos Macrodesafios para o período de 2021 a 2026, além de diretrizes norteadoras para o Planejamento Estratégico dos órgãos do Poder Judiciário.

À vista disso, a SEPLAG conduziu o processo de elaboração participativa da Estratégia Institucional para o sexênio 2021-2026, por meio das seguintes etapas:

1ª ETAPA – Realização de uma Reunião de Análise da Estratégia - RAE em 27 de julho de 2020, na qual foi validado pelo Comitê Estratégico de Gestão Institucional do TJMG o plano de trabalho para a elaboração da Estratégia do TJMG para o ciclo 2021-2026.

2ª ETAPA – Realização de consulta pública ampla, entre os dias 30 de setembro e 05 de outubro de 2020, em conformidade com a Resolução CNJ Nº 221/2016, com o objetivo de coletar opiniões e sugestões de magistrados, servidores, advogados, entidades de classe, sindicatos, membro de outros órgãos e cidadãos sobre aspectos internos e externos ao TJMG, identidade organizacional (missão, visão e valores) e macrodesafios do TJMG para o sexênio 2021-2026.

3ª ETAPA - Visando apoiar a Alta Direção do TJMG nas escolhas estratégicas, tornando-as menos subjetivas e mais substanciadas em dados e evidências, a SEPLAG, em conjunto com as áreas da Secretaria do TJMG, elaborou o Relatório Diagnóstico do TJMG, contendo:

- informações sobre o perfil da Instituição;
- desempenho do TJMG nos principais indicadores relacionados tanto à prestação jurisdicional quanto às questões administrativas;
- diretrizes nacionais atinentes à Estratégia Nacional do Poder Judiciárias, e
- percepções e sugestões obtidas por meio de processos participativos abrangentes e representativos.

4ª ETAPA - Entre 20 e 23 de outubro de 2020, a SEPLAG realizou processos participativos com Desembargadores, Juízes Auxiliares e Diretores da Instituição, com o objetivo de demonstrar o Relatório Diagnóstico do TJMG e os resultados obtidos na Consulta Pública 2021-2026 e, sobretudo, aprimorar a proposta de Identidade Organizacional (missão, visão e valores) e de Macrodesafios do TJMG para 2021-2026 para apresentação ao Comitê Estratégico de Gestão Institucional.

5ª ETAPA - Em 10 de novembro de 2020, o Comitê Estratégico de Gestão Institucional aprovou minuta de resolução do Planejamento Estratégico para o sexênio 2021-2026. Em 30 de novembro de 2020, após aprovação do Órgão Especial, foi publicada a Resolução nº 952/2020, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégicos, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para os anos de 2021 a 2026.

6ª ETAPA - Subsidiada pela Resolução nº 952/2020, no primeiro trimestre de 2021, a SEPLAG, em conjunto com as áreas da Secretaria do TJMG, definirá os indicadores e metas que irão compor o Painel estratégico do TJMG, bem como as iniciativas que irão compor o Quadro de Inciativas.

5. ATOS DE GESTÃO

Nesta seção são apresentados os atos de gestão realizados e políticas desenvolvidas pela instituição ao longo do exercício de 2020, **ordenados alfabeticamente**.

São ações que envolvem a constante busca pelo aprimoramento da prestação jurisdicional, bem como a materialização do compromisso do TJMG com a sociedade, tendo invariavelmente como norte a missão, a visão e os valores institucionais.

As informações apresentadas têm como fonte o Processo SEI nº 0141209- 22.2020.8.13.0000, por meio do qual o Exmo. Superintendente Administrativo Adjunto, Desembargador José Arthur Pereira de Carvalho Filho, solicita às áreas administrativas do TJMG relacionem os projetos e ações desenvolvidos em 2020, as notícias disponibilizadas no sítio eletrônico do TJMG, além de informações coletadas nas ações de monitoramento do Planejamento Estratégico do TJMG.

Confome mencionado anteriormente, o ano de 2020 está indelevelmente associado ao aparecimento da pandemia originada pelo novo coronavírus (Covid-19). Nesse aspecto, a Alta Administração do TJMG adotou, ao longo do ano, uma série de medidas de forma a evitar a propagação da doença, buscando garantir o desenvolvimento das atividades com segurança aos magistrados, servidores, colaboradores e jurisdicionados.

Em 13 de março, foi publicada a Portaria Conjunta nº 945/2020, dispondo “sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Coronavírus no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais”. Com o objetivo de monitorar as medidas estabelecidas por esse normativo, acompanhar as informações e recomendações, bem como apresentar sugestões, foi constituída Comissão Especial de Prevenção ao Contágio pelo COVID-19, presidida pelo então Superintendente de Saúde, Desembargador Newton Teixeira Carvalho.

No dia 16 de março, o então Presidente do TJMG, Desembargador Nelson Missias de Morais, reuniu-se com os chefes dos outros Poderes para a atuação conjunta e articulada entre todos.

Foram publicadas, no dia seguinte, as Portarias Conjuntas nº 948/2020 e nº 949/2020, que suspenderam, respectivamente, os prazos dos processos físicos e eletrônicos no período de 16 a 27/03/2020, e a realização de audiências de custódia nos processos em curso no TJMG, durante o período de restrição à propagação da pandemia.

Posteriormente, as Portarias Conjuntas nº 950/2020 e nº 951/2020, disponibilizadas no Dje em 19/03/2020, suspenderam até 27/03/2020, nessa ordem, o expediente forense no TJMG e na Justiça de Primeira Instância e nos serviços extrajudiciais.

Por meio da Portaria Conjunta 952/2020, foi estabelecido, a partir do dia 30 de março de 2020, o regime de plantão extraordinário no âmbito do Poder Judiciário de Minas Gerais, enquanto durasse a situação de emergência em Saúde Pública declarada pelo Decreto estadual nº 113, de 12 de março de 2020.

Com publicação em 14 de julho, a Portaria Conjunta 1.025/2020 dispôs sobre o plano de retomada gradual das atividades, observadas as avaliações epidemiológicas emitidas pelas autoridades estaduais e municipais de saúde.

A Portaria Conjunta 1.047/2020, por seu turno, estabeleceu o reinício das atividades presenciais, a partir de 14 de agosto, nas comarcas integradas por municípios classificados como "Grau de Risco Verde e Amarelo", de acordo com os parâmetros do Plano "Minas Consciente - Retomando a economia do jeito certo" do Governo do Estado de Minas Gerais. Desde então essa relação com a classificação das comarcas foi atualizada periodicamente.

1ª VICE-PRESIDÊNCIA - ÁREA JUDICIÁRIA

Estão aqui demonstradas diversas ações empreendidas ao longo de 2020, afetas à área judiciária do TJMG, conforme informações obtidas junto à Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional – DIRSUP e à Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária – SEPAD.

Insta mencionar que outros programas e projetos relacionados à área são destacados em outros momentos deste relatório.

DIRSUP - Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional

- Integração do JPe com o Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU para tramitação dos recursos da classe “Agravo em execução penal” para a 2ª Instância, de forma eletrônica no âmbito do TJMG, promovendo aumento da celeridade, acesso mais fácil e redução de custos.

- Homologação da integração entre PJE Criminal e JPe relacionada às remessas dos recursos criminais pela 1ª Instância para a 2ª Instância, projeto em andamento que proporciona celeridade na tramitação processual, maior acesso ao processo por ser eletrônico e redução dos custos econômicos.

- Digitalização dos recursos físicos oriundos das comarcas com PJe Cível instalado, independentemente da comarca de origem e da classe processual cível, com o objetivo de reduzir o quantitativo de processos físicos em tramitação na 2ª Instância. Novas fases do projeto

serão desenvolvidas em 2021.

- Expansão das classes eletrônicas administrativas. Projeto em andamento, que consiste em ampliar o rol de classes processuais eletrônicas em tramitação na 2ª Instância.

- Intimações pessoais da Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais, tanto de processos eletrônicos quanto físicos, **via sistema SEI**, em substituição ao Oficial de Justiça. Projeto em andamento.

SEPAD - Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária

- Criação, desenvolvimento e geração de **painéis estratégicos e estatísticos dos feitos em tramitação na Segunda Instância**, dos precedentes qualificados, dos processos sobrestados, dos feitos julgados e das metas institucionais e nacionais do Poder Judiciário. Encontra-se em fase de homologação a ferramenta.

- Desenvolvimento de relatórios, planilhas e gráficos que permitem o **acompanhamento dos feitos** que dizem respeito ao assunto **Covid-19**.

- Padronização e suporte à **realização de sessões por videoconferência**, proporcionando celeridade e eficácia na prestação jurisdicional, garantindo aos procuradores das partes a realização de sustentações orais.

- Criação de aba própria, no portal do TJMG, para **pesquisa dos precedentes qualificados**, temas e processos paradigmas oriundos deste Sodalício e dos Tribunais Superiores.

- Lançamento da segunda **Revista de Precedentes Qualificados** do TJMG, distribuída apenas na versão eletrônica.

- Validação dos processos que apresentaram **vício real quanto aos pressupostos de admissibilidade**, total de 3.230.

- Integração dos mandados de prisão expedidos ao Banco Estadual de Mandado de Prisão (BEMP). Em fase de homologação.

- Homologação do **novo sistema de acompanhamento processual da 2ª Instância** (SIAP).

- Automatização da certidão de trânsito das áreas cíveis e criminais.

- Indexação e atualização de **Temas e Paradigmas** dos Tribunais Superiores e TJMG.

- Implementação de **ferramentas de parametrização de decisões** com o objetivo de mensurar a aplicação de teses firmadas em temas.

2ª VICE-PRESIDÊNCIA - EJEF

Esta seção evidencia ações e projetos de destaque desenvolvidos ao longo de 2020, relativos à Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEF, de acordo com as informações fornecidas pela Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas – DIRDEP e pela Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental – DIRGED.

DIRDEP - Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas

Plano Educacional

Conforme anteriormente referenciado, o Plano Educacional da EJEF compôs o Plano Estratégico do TJMG no exercício de 2020, estando relacionado ao Macrodesafio 8 – Melhoria da Gestão de Pessoas.

A Iniciativa Estratégica **14. Plano Educacional da EJEF** esteve vinculada à **Meta TJMG 15** – Alcançar percentual médio de cumprimento de, no mínimo, 70%, com relação às metas previstas no Plano Anual de Desenvolvimento (PAD) do ano considerado. Como resultado, foram realizadas 95% das etapas delineadas, representando o cumprimento de 135% da meta institucional estabelecida.

No ano de 2020, a EJEF realizou 190 (cento e noventa) ações educacionais, desenvolvidas nas modalidades Presencial (41), Semipresencial (02) e Ensino a Distância – EAD (147), devendo ser destacadas as seguintes:

<u>Ciclos de palestras por transmissão ao vivo (“lives”)</u> – desenvolvidos como solução para a manutenção das atividades educacionais durante as restrições impostas pela combate à pandemia. As palestras abordaram grande variedade de temas, dentre os quais: “Direito Privado Emergencial - o regime jurídico transitório nas relações”; “Relações entre o ordenamento Brasileiro e o ordenamento Internacional”; “Questões de Direito Societário”; “Registro de candidatura”; “Alienação fiduciária de imóveis compartilhada - MP 992 - 14/10/2020”; “Desmaterialização e imaterialização dos títulos de crédito”; “A responsabilidade internacional do estado e o Poder Judiciário”; “Mediação empresarial: realidades e desafios”; “Reforma administrativa”; “Antígona e a formação da mulher”; “O impacto da violência doméstica na formação da personalidade de crianças e adolescentes”; “Aspectos Controvertidos do Pacote

anticrime na Execução Penal”.

Cursos Jurídicos e Gerenciais para Magistrados – CJURs – compostos, no mínimo, por 40% de métodos ativos, garantindo a vinculação da teoria à prática e carga horária mínima de 20h/a. Foram realizados os seguintes CJURs durante o ano:

- Administração Judicial Aplicada – AJA – 01 turma para Juízes de Direito e 01 turma para assessores e gerentes de Secretaria;

- NUMOPEDE e o abuso do direito de ação (nome posteriormente alterado para “Abuso do Direito de Ação e seu Enfrentamento no contexto do TJMG”) – 02 turmas;
- Direito da Criança e do Adolescente – 01 turma;
- Direito de Família – 01 turma;
- Novas tecnologias digitais e seus impactos nos processos cíveis e criminais – 02 turmas;
- Processo Civil – 01 turma;
- Violência doméstica e familiar contra a mulher - Reflexões e perspectivas de atuação – 01 turma;
- Encontro de Capacitação de Juízes de Direito Coordenadores de Centros Judiciários de Solução - CEJUSC – 02 turmas;
- Encontro de Capacitação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais – ENCOR – 01 turma.

Curso de Formação Inicial para Juízes Substitutos – CFI – os Juízes de Direito substitutos empossados no ano de 2020 foram contemplados com nova turma do 13º CFI, iniciada em fevereiro de 2020.

Programa Vitaliciar – parte fundamental do processo de vitaliciamento do magistrado, tem por objetivo desenvolver competências profissionais necessárias ao aprimoramento da prestação jurisdicional.

Curso Teoria da Decisão e Teoria do Direito – EJEF/FGV – ofertado a magistrados e servidores no intuito de trazer à discussão as ferramentas conceituais e metodológicas para a estruturação dos processos construção das decisão judiciais.

Violência Doméstica – o tema, de extrema relevância nos tempos atuais, teve tratamento prioritário nas ações educacionais da EJEF no ano de 2020.

Postulantes à Adoção – curso de preparação jurídica e psicossocial, obrigatórios aos postulantes à adoção, disponibilizado continuamente na modalidade à distância.

Programa Nós – realizado entre os meses de novembro e dezembro, o curso Introdução à Formação de Facilitadores do Programa NÓS - Etapa EAD contemplou trinta participantes oriundos da rede estadual de educação.

Lei Geral de Proteção de Dados – ações educacionais realizadas pela EJEF no ano de 2020: “Seminário Lei Geral de Proteção de Dados”; “Programa Reflexões e Debates – Tema: Proteção de Dados no Poder Judiciário”; “Webinar Principais Aspectos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD no Poder Judiciário”.

Programa de Gestão de Pessoas por Competência

A Iniciativa Estratégica **15. Programa de Gestão de Pessoas por Competência (PGC)** esteve, no ano de 2020, atrelada à **Meta TJMG 16** – Efetivar, no mínimo, 70% das etapas do Programa de Gestão de Pessoas por Competências previstas para implantação no ano considerado. Como resultado, foi apurado o cumprimento de 92% dos marcos determinados para o período, o que significou o atingimento de 131% da meta proposta.

Valendo-se do trabalho de mapeamento de competências realizado em anos anteriores, a DIRDEP participou de grupo de trabalho para elaboração de minuta de resolução que dispõe sobre as atribuições e os requisitos para provimento dos cargos em comissão e das funções de confiança dos quadros de pessoal das Justiças de Primeira e Segunda Instâncias do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. Na oportunidade, foi feito o alinhamento das atribuições com as competências mapeadas para os respectivos cargos.

DIRGED - Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental

Gestão de Documentos Eletrônicos

O projeto de implantação e aperfeiçoamento da Gestão de Documentos Eletrônicos integrou o Planejamento Estratégico do TJMG no ano de 2020, **Iniciativa Estratégica nº 19. Gestão de Documentos Eletrônicos**, ligada à **Meta TJMG 19**: Cumprir 100% das ações estruturadoras do plano de Gestão de Documentos Eletrônicos, tendo como resultado o atingimento de 46,15% da meta. Importante a observação de que o cumprimento de parte das ações planejadas foi prejudicado pelo surgimento da pandemia causada pelo novo coronavírus.

Destacam-se as seguintes ações relacionadas ao projeto:

- Realização do I Simpósio de Preservação Digital do TJMG, evento que trouxe visibilidade para o projeto de Gestão de Documentos Eletrônicos, fomentando a pesquisa e interesse

de profissionais para o tema;
- Instalação, em parceria com a ALMG, do software ATOM para viabilizar o acesso a documentos eletrônicos selecionados;
- Encaminhamento de estudos técnicos, realização de contatos com outros órgãos públicos e entidades técnicas para identificação das melhores alternativas para a implementação de um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDCArq) no âmbito do TJMG.

Plano de Eliminação Documental

Parte integrante do Plano Estratégico do TJMG, **Iniciativa nº 18. Plano de Eliminação Documental**, estando a ela relacionada a “**Meta TJMG 18**. Eliminar 100% dos processos judiciais previstos para o período (universo de 1.200.000 processos no ano de 2020)”.

Mesmo com a suspensão das atividades presenciais no período compreendido entre março e setembro de 2020, em decorrência da pandemia, foram eliminados **690.488** processos judiciais, correspondendo a **57,5%** da meta estipulada para o ano de 2020. Consolida-se com a doação à ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte de 145 toneladas de papel, com impacto nas iniciativas dos Núcleos Socioambiental e de Voluntariado do TJMG.

Publicações

- Publicação periódica DECIDIR – PESQUISA TEMÁTICA - Lançada no 2º semestre de 2020, apresenta pesquisa de doutrina, legislação e jurisprudência sobre temas atuais e relevantes escolhidos pelos membros da Comissão de Divulgação da Jurisprudência da EJEF.

- Livro 5 Anos Código de Processo Civil 2015 – Em comemoração aos cinco anos de publicação da Lei nº 13.105, de 16/3/2015, que instituiu novas regras processuais civis no ordenamento jurídico brasileiro, a EJEF organizou e publicou no 1º semestre de 2020 obra reunindo 30 textos produzidos por magistrados e servidores do TJMG.

- Livro eletrônico Constituição Estadual Anotada – Em comemoração aos 30 anos da Constituição do Estado de Minas Gerais, a obra foi lançada no 1º semestre de 2020 e contou com a colaboração de desembargadores do Tribunal especialistas em temática constitucional e ainda com o apoio dos setores de Biblioteca e Pesquisa da EJEF, que conectaram o texto legal às doutrina, legislação e jurisprudência correlatas.

- Publicação periódica Redação em Gotas – Lançada no 2º semestre de 2020, foram elaboradas e publicadas 6 edições do periódico, que promoveu o ensino de técnicas de redação com base na literatura, através de dicas elaboradas pela Dr.ª Daniela de Freitas Marques, juíza do TJMMG.

- Boletim Extraordinário Coronavírus – Entre março e julho de 2020 foram elaboradas 15 (quinze) edições do boletim, que reuniu semanalmente notícias oficiais, doutrina, legislação e jurisprudência relativas à pandemia (Covid-19).

3ª VICE-PRESIDÊNCIA

A presente seção relaciona as ações desenvolvidas pela 3ª Vice-Presidência, por meio da **Assessoria de Gestão da Inovação – AGIN** e do **Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC**.

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC

Os CEJUSCs têm como objetivo a realização de sessões e audiências de conciliação e mediação, processuais e pré-processuais, bem como prestam atendimento e orientação ao cidadão. A sua instalação representa a instrumentalização de mecanismos consensuais de solução de conflitos, por meio da conciliação e da mediação, ampliando as alternativas para o cidadão no enfrentamento de problemas jurídicos e de conflitos de interesse. Ademais, trata-se de diretriz estabelecida pelo CNJ por meio da Resolução nº 125 e regulamentada, no âmbito do TJMG, pela Resolução nº 873/2018.

Parte do Plano Estratégico do TJMG, a iniciativa estratégica **08. Instalação de CEJUSCs** teve como meta para o ano de 2020 a instalação de 15 (quinze) unidades (**Meta TJMG 10**). Efetivamente foram instalados CEJUSCs nas seguintes Comarcas, total de **43 (quarenta e três) unidades**, representando o alcance de 287% do proposto como meta:

- Brasília de Minas;
- Cabo Verde;
- Cambuí;
- Campestre;
- Canápolis;
- Candeias;
- Carmo da Mata;
- Cássia;
- Conquista;
- Conselheiro Pena;
- Cruzília;

- Divino;
- Ervália;
- Grão Mogol;
- Guaranésia;
- Ibiraci;
- Intanhomi;
- Itapagipe;
- Jaíba;
- João Monlevade;
- Lagoa da Prata;
- Mantena;
- Martinho Campos;
- Miradouro;
- Montalvânia;
- Monte Belo;
- Monte Sião;
- Novo Cruzeiro;
- Paraopeba;
- Perdões;
- Pirapetinga;
- Pitangui;
- Piumhi;
- Poço Fundo;
- Prados;
- Raul Soares;
- Resende Costa;
- Rio Novo;
- Santa Maria do Suaçuí;
- Santa Vitória;
- Taiobeiras;
- Três Marias;
- Unaí.

Ao todo foram 38.381 acordos homologados, sendo 13.278 Pré-Processuais e 23.680 Processuais e 942 Mediações Pré-Processuais e 481 Mediações Processuais.

<u>CEJUSC - Brumadinho</u>

Em 2020 o CEJUSC de Brumadinho realizou 423 audiências em seu setor processual, tendo 101 acordos homologados. Também houve, no setor pré-procesual, 38 sessões de conciliação/mediação, resultando em 34 acordos homologados. O CEJUSC ainda homologou 1.303 acordos no âmbito de sua atuação pré-processual, de matérias envolvendo a Vale S/A.

<u>CEJUSCs Especializados</u>

Abaixo estão elencadas as ações desenvolvidas pelos chamados CEJUSCs "especializados" em 2020.

- CEJUSC de 2º Grau:

- Acordo realizado entre a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) e o Município de Belo Horizonte, mediado pelo TJMG, fixando parâmetros para a abertura de bares e restaurantes no período de isolamento social imposto pela pandemia de covid-19.
- Acordo realizado entre o Município de Uberlândia e as empresas de transporte coletivo público da cidade, com fixação de valores para cobrir o déficit de arrecadação durante o período da pandemia de covid-19.
- Procedimento de mediação envolvendo o rompimento da barragem Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho. Foram realizadas 05 audiências e 06 reuniões preparatórias no âmbito do CEJUSC de 2º Grau.

- CEJUSC Social:

- Acordo envolvendo o Município de Contagem e o Estado de Minas Gerais, com definição do aluguel-social e reassentamento definitivo de 432 famílias integrantes da Ocupação "William Rosa" e "Marião".

- Acordo realizado entre o Município de Belo Horizonte, Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (SetraBH), Consórcio BHLESTE, Consórcio Dez, Consórcio Dom Pedro II e Consórcio Pampulha, com fixação de valores para cobrir o déficit de arrecadação das empresas de transporte coletivo público da cidade durante a pandemia.

<u>CEJUSC Virtual</u>

Tem como objetivo atender comarcas que ainda não contam com um CEJUSC, além de auxiliar comarcas com insuficiência de equipamentos de videoconferência ou ausência de conciliadores e/ou mediadores. Durante a XV Semana Nacional de Conciliação, o projeto realizou 13 (treze) acordos, totalizando R$211.040.

<u>Justiça Itinerante</u>

O projeto Justiça Itinerante objetiva a ampliação do acesso à Justiça a populações distantes e é viabilizado por meio de Termos de Convênio firmados com diversas prefeituras. Em 2020 foram firmados convênios com quatro municípios: Delfim Moreira, Divino das Laranjeiras, Piranguçu e Wenceslau Braz.

Mutirões de Conciliação

Em 2020 foram realizados os seguintes mutirões, na forma do Art. 6º, VIII, da Resolução CNJ nº 125/2010:

- 11 (onze) "**Mutirões DPVAT**" realizados junto à Seguradora Líder, contudo, sem êxito em acordos;
- 05 (cinco) mutirões realizados pelo **CEJUSC de 2º Grau** com a construtora Tenda, com 03 (três) acordos que totalizaram R$85.900;
- 01 (um) mutirão realizado pelo **CEJUSC BH** com o Banco Bradesco S/A, com 04 (quatro) acordos que somados totalizaram R$183.500;
- 11 (onze) mutirões realizados pelos **CEJUSCs no interior**, com 260 (duzentos e sessenta) acordos que somados totalizaram R$701.388;
- **Projeto Meu Lar – Mutirões COHAB** – 01 (um) mutirão realizado na Comarca de Santa Luzia, com 09 (nove) acordos realizados, totalizando R$ 131.141.

A **iniciativa estratégica nº 07 – Mutirões de Conciliação** teve como meta estabelecida para 2020 aumentar em 100% o número de acordos dos CEJUSCs em relação às sentenças homologatórias proferidas nas unidades jurisdicionais correlatas (**Meta TJMG 9**).

PACE - Posto Avançado de Conciliação Extraprocessual

Nos Postos Avançados de Conciliação Extraprocessual – PACEs são realizadas sessões de conciliação prévias ao ajuizamento da ação, com posterior homologação judicial dos acordos obtidos, sem ônus para o TJMG. Foram realizados, em 2020, 364 acordos que somados totalizaram o montante de R$ 1.869.310, além de ter sido efetivada a instalação de um PACE na Comarca de Conselheiro Lafaiete.

PAPRE - Posto de Atendimento Pré-Processual

O projeto PAPRE visa aumentar, com um custo mínimo para o TJMG, a rede de atendimento do CEJUSC, ampliando o acesso à justiça e incrementando o Sistema Multiportas de resolução de conflitos.

Em 2020 foram instalados 25 (vinte e cinco) PAPREs, tendo sido realizados 1.935 sessões de mediação/conciliação e 1.851 acordos.

Paternidade para Todos

O objetivo do projeto é a ampliação para as Comarcas do interior, por meio dos CEJUSCs, dos serviços prestados pelo Centro de Reconhecimento de Paternidade - CRP de Belo Horizonte. Tem por atividade precípua, portanto, garantir a todos o nome do pai nos registros de nascimento, desde que a questão possa ser resolvida voluntariamente.

Foram realizados 39 exames, sendo 33 por meio do Serviço de Reconhecimento de Paternidade de Santa Luzia (SRP/SLU) e outros 06 pelos CEJUSCs de Januária (04), Jacinto (01) e Governador Valadares (01). Cabe registrar, ainda, que no SRP/SLU foram instaurados 235 procedimentos envolvendo essa temática.

PJe Pré-Processual

Em 2020, houve a instalação da plataforma em 41 (quarenta e uma) Comarcas, viabilizando um minucioso acompanhamento da demanda pré-processual em todas as unidades dos CEJUSCs e dos PAPREs.

Projeto Conciliação em Domicílio

O Projeto Conciliação em Domicílio possibilita que o Oficial de Justiça atue como um parceiro da mediação/conciliação, quando do cumprimento dos mandados, permitindo às partes firmar acordos sem a necessidade de se deslocarem até o Fórum. Em novembro de 2020, quando da abertura da XV Semana Nacional de Conciliação, foi lançado o projeto-piloto na Comarca de Governador Valadares.

Projeto Justiça Restaurativa

No ano de 2020, foram encaminhados 64 processos para a Justiça Restaurativa no JESP Criminal de Belo Horizonte, com a realização de 20 acordos, e 29 processos para a Justiça Restaurativa no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional - CIA/BH.

Projeto NÓS

Trata-se de uma iniciativa de Justiça Restaurativa desenvolvida pela Comissão de Justiça e Práticas Restaurativas do Fórum Permanente do Sistema Socioeducativo de Belo Horizonte, com adesão do TJMG, por meio do Convênio nº 051/2018, que tem como finalidade a

implantação, nas escolas das redes públicas de ensino municipal e estadual, de política de orientação e solução extrajudicial de conflitos verificados no ambiente escolar, com o objetivo de construir uma cultura de paz.

Em 2020 foi ofertado curso de formação de facilitadores em Justiça Restaurativa e 35 pessoas foram certificadas. O curso foi voltado aos servidores da Secretaria Estadua de Educação – SEE/MG. No mesmo período, foi lançado o site oficial do programa, bem como realizado o “I Webinário do Programa Nós”, com o tema “Práticas Restaurativas na Educação: Desafios e possibilidades no contexto de distanciamento social”.

<u>Projeto Mais Vida</u>

O projeto apresenta-se como uma tentativa de proporcionar aos conflitos de família um tratamento adequado condizente com a complexidade das questões que o envolvem. Em 2020 foram acolhidas mais 05 crianças, totalizando 55 crianças (0 a 17 anos). Os atendimento foram suspensos em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus.

<u>"Quero Conciliar" (Canal)</u>

A ação consiste na triagem e encaminhamento de demandas recebidas pelo canal "Quero Conciliar", disponível no portal do TJMG, por meio do qual é possível registrar um requerimento para a conciliação de conflito judicializado. Em 2020 foram realizados 1.829 encaminhamentos por meio do instrumento.

<u>Semana Nacional de Conciliação</u>

Realizada no período de 30/11/2020 a 04/12/2020, a XV Semana Nacional da Conciliação, apesar das dificuldades impostas pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), atendeu 32.475 pessoas, com 791 ações de cidadania, 15.943 audiências, com a homologação de 5.204 de acordos.

APAC - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS

A seguir, estão elencados os principais eventos relacionados às Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs, ocorridos em 2020, no âmbito estadual:

- Inauguração do novo prédio da APAC na Comarca de Patrocínio;

- Ampliação da unidade APAC da Comarca de Patos de Minas;

- Inauguração de unidade na Comarca de Mantena;

- Alocação das primeiras recuperandas na APAC Feminina de Belo Horizonte;

- Inauguração do novo Centro de Reintegração Social da APAC da Comarca de Itabira;

- Inauguração da unidade de regime fechado da APAC de Ituiutaba;

- Implantação de unidade da APAC na Comarca de Visconde do Rio Branco;

- Instalação de usinas fotovoltaicas nas unidades de Itaúna, Nova Lima, Pouso Alegre e São João del-Rei;

- Estabelecimento de parceria entre o TJMG e o Governo do Estado para implantação da primeira APAC Juvenil, a ser instalada na Comarca de Frutal.

Atualmente 3.634 pessoas ocupam as APACs nos regimes fechado, aberto e semiaberto.

ASCOM - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Assessoria de Comunicação Institucional do TJMG atua no apoio e na divulgação de projetos e ações dando visibilidade as iniciativas que visam aproximar o Judiciário mineiro à sociedade.

Durante o último ano, foram produzidas e publicadas no Portal e na Rede TJMG em torno de 1.800 matérias e quase 1.900 demandas da imprensa atendidas. Foram realizados 92 eventos e solenidades na capital, interior, virtuais, acompanhamentos ao presidente e a desembargadores e receptivo a autoridades.

O conteúdo multimídia incrementou as notícias veiculadas no Portal TJMG, como vídeos e áudios — foram mais 350 *podcasts* inseridos no período. Além disso, foram produzidas três edições do Plural TJMG, publicação multimídia do Tribunal mineiro. O Justiça em Questão (JQ) produziu 53 programas de TV. O JQ é atualmente veiculado na TV Justiça, Rede Minas, TV Horizonte e canais de vários municípios do interior de Minas, além de ser disponibilizado no YouTube.

Foram produzidos ainda 257 vídeos institucionais, grande parte foi publicada nas contas oficiais do TJMG no Facebook e no Twitter. Nessas duas redes sociais, foram publicados 795 e 815 posts, respectivamente.

Foram realizadas 77 campanhas e produzidas em torno de 3.000 peças gráficas virtuais e 1.260 impressas, além da criação de 25 logomarcas e da publicação de 59 livros, relatórios e cartilhas. No período, o Portal TJMG teve um total de mais de 135 milhões de acessos, e a Rede TJMG, quase 13 milhões, no segundo semestre de 2020.

CENTRO DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE – CRP

O Centro de Reconhecimento de Paternidade – CRP foi criado em consonância com o Programa Pai Presente, coordenado pelo CNJ. Atende às demandas para o reconhecimento de paternidade, que pode se dar de forma espontânea ou, no caso de não aceitação por parte do suposto pai, por meio de investigação com a realização de exame de DNA.

Em 2020, 551 pessoas foram beneficiadas pelas ações de reconhecimento de paternidade, seja por meio do exame de DNA (agendados 303 durante o ano), de forma espontânea, reconhecimento socioafetivo ou via “Pai Preso”.

Ocorreram 75 retificações de registros efetuadas nas certidões de casamento de filhos reconhecidos e nas certidões dos filhos, se houver.

CENTRO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL – CESI

Na sequência, estão descritos os principais projetos e ações desenvolvidos pelo Centro de Segurança Institucional – CESI e suas respectivas assessorias ao longo de 2020.

- Acompanhamento junto à Polícia Civil de Minas Gerais dos assuntos de interesse do TJMG, além da produção de relatórios de inteligência, totalizando 69 (sessenta e nove) ações;

- Lavratura e registros pela Assessoria Policial Civil – ASPC/CESI de aproximadamente 55 (cinquenta e cinco) boletins de ocorrências envolvendo magistrados, servidores e o patrimônio do TJMG;

- Assessoramento à DENGEP, por meio da Assessoria de Bombeiros Militares – ASBM/CESI, com a produção de 54 (cinquenta e quatro) pareceres referentes a vistorias e avaliações nos projetos e nos sistemas preventivos de combate a incêndio e pânico, além de possibilitar a emissão de 48 (quarenta e oito) AVCBs para diversas edificações do TJMG, bem como de 26 (vinte e seis) Declarações de Dispensa de Licenciamento (DDL) para edificações com menos de 200 m² de área;

- Formação, pela ASBM/CESI, da brigada de incêndio na edificação que abriga a DIRFOR e na Vara da Infância e Juventude da Capital;

- Atendimentos de segurança institucional a magistrados e servidores, realizados pela Assessoria Militar – AMTJ/CESI, no total de 175 (cento e setenta e cinco), em todas as 6 regiões do Estado, além da lavratura de 126 (cento e vinte e seis) boletins de ocorrência;

- Atendimentos diversos envolvendo a segurança do patrimônio afeto ao TJMG, no total de 137 (cento e trinta e sete) ocorrências com atuação direta da AMTJ/CESI.

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – COINJ

Seguem destacados os principais projetos e ações desenvolvidos pela Coordenadoria da Infância e Juventude – COINJ no exercício de 2020.

Entrega Legal

O programa “Entrega Legal”, sob condução da COINJ, tem por objetivo a conscientização da sociedade sobre a legalidade da entrega voluntária de crianças pelos seus genitores à Justiça para fins de adoção.

A ação foi implementada, inicialmente, em aproximadamente 40 (quarenta) comarcas, e contribuiu para a formação dos profissionais da rede de atendimento, no que se refere aos aspectos jurídicos, psicológicos e sociais e, ainda, sobre as questões operacionais do programa. Durante o ano, houve capacitação dos participantes, apresentação do programa, bem como a divulgação do material disponível para trabalho e o respectivo fluxo local de atendimento às gestantes.

Jovens Parceiros

O projeto Jovens Parceiros atualmente proporciona a 120 (cento e vinte) jovens aprendizes em situação de vulnerabilidade social, na faixa etária de 14 a 24 anos, qualificação profissional e desenvolvimento ético e moral, por meio da celebração de convênios com empresas que necessitem cumprir a cota social estabelecida pela legislação trabalhista e que tenham dificuldade em realizar as contratações com a disponibilização de postos de trabalho dentro de suas dependências. Trata-se portanto de atuação em parceria entre empresas empregadoras, formadoras e o TJMG, como concedente.

Elaboração de caderno da Infância e da Juventude

Compilado de leis denominado “Estatuto da criança e do adolescente e legislação complementar” para auxiliar os magistrados no desempenho das atividades jurisdicionais.

Projetos de Formação da Orquestra Jovem e do Coral Infantojuvenil

O projeto Orquestra Jovem atende a 160 (cento e sessenta) jovens, enquanto o Coral Infantojuvenil abriga 140 (cento e quarenta) crianças e adolescentes em três núcleos: um na própria COINJ e dois no Morro do Papagaio, região centro-sul da Capital. No final do ano foi realizada a **7ª Cantata de Natal**, desta feita em versão virtual, em função das restrições impostas pela pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19).

Cursos e palestras ofertados

- Cursos preparatório para postulantes à adoção, modalidade à distância, oferta permanente;

- Curso “A atuação dos comissários da Infância e Juventude e dos agentes de proteção no TJMG”;

- “Lives” em comemoração dos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Nesta seção estão relacionados os programas, projetos e ações empreendidos para o fortalecimento do combate à violência contra a mulher, ao longo de 2020.

- Veiculação, no canal do YouTube do TJMG, da **websérie “Quando Agir”**, produzida por grupo teatral sob orientação da COMSIV, abordando a violência doméstica contra a mulher.

- 16 dias de ativismo pelo fim da violência doméstica.

- Criação da obra coletiva **“Pontes para a Paz em Casa: Práticas e Reflexões”**, com apresentação de propostas de caráter inovador para o enfrentamento da violência doméstica.

- Projeto Construindo Igualdades, com apresentação de duas palestras direcionadas a trabalhadores da construção civil.

- Intervenções teatrais com distribuição de material em diversos locais da Capital, durante a 15ª Semana da Justiça pela Paz em Casa.

- Unidade de atendimento móvel, ação realizada em março, em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, disponibilizando ônibus para atendimento, na Praça da Liberdade, Belo Horizonte, a vítimas de violência doméstica.

- Realização de três “lives” durante a pandemia, buscando a disseminação de informações sobre a violência doméstica.

- Curso “Unindo Esforços contra a Violência Doméstica”.

- Curso para os servidores dos juizados de violência doméstica e familiar e do CEJUSC de Belo Horizonte.

- Inserção de **“hotsite” da COMSIV** no sítio eletrônico do TJMG.

- Acordo de Cooperação 282/2020 – TJMG e Associação Ambiental Cultivar para implementação do “**Programa de Valorização e Defesa da Mulher**”, ofertando cursos de valorização da auto estima e capacitação profissional.

- Acordo de Cooperação Técnica entre o TJMG e a Associação Propagadora Esdeva para oferecer colaboração jurídica a mulheres vítimas de violência doméstica.

- Relatório SWOT de análise das matrizes (UFJF), entregue a magistrados que atuam em casos de violência doméstica e familiar.

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Destacam-se, nesta seção, os principais projetos e ações desenvolvidos no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça, além dos que estão demonstrados em outras partes deste relatório, conforme informações da Diretoria Executiva da Atividade Correicional – DIRCOR e da Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância – SEPLAN.

Diretoria Executiva da Atividade Correicional – DIRCOR

- Publicação do Provimento Conjunto nº 93, de 22 de junho de 2020, que “institui o **Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais**, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços

notariais e de registro do Estado de Minas Gerais”;

- Monitoramento do percentual de cumprimento das metas CNJ – comunicações automáticas – a automatização dessa tarefa, mediante comunicação automática aos juízos competentes, inclusive com mapas, percentuais, quantitativos e identificação dos processos, por unidade judiciária, busca assegurar melhor gerenciamento da situação da unidade, constituindo-se em meio eficaz para o cumprimento das metas nacionais. O projeto piloto teve início em janeiro de 2020 e há projeto de expansão para outras unidades judiciárias.

- Plano de Fiscalização da Unidades Judiciárias – 183 (cento e oitenta e três) Unidades Judiciárias atendidas (21,05% do total de unidades do Estado), o que representa aumento de 105,6% no número de fiscalizações em comparação ao ano anterior, sendo:

- 21 correições extraordinárias presenciais;
- 4 visitas técnicas presenciais;
- 3 inspeções técnicas presenciais;
- 30 inspeções técnicas remotas;
- 63 inspeções técnicas remotas com foco em morosidade;
- 62 autocorreições;
- 430 inspeções remotas, com levantamento de dados estatísticos para, monitoramentos à distância, de fiscalizações em curso.

- Plano de fiscalização dos serviços notariais e de registro – No ano de 2020 a equipe da CGJ realizou inspeção técnica presencial nos serviços notariais e de registro das comarcas de Cambuí, Belo Horizonte, Lavras, Sete Lagoas, Ervália, Coronel Fabriciano, Abre Campo, Manhuaçu, João Monlevade, Vespasiano, Guaxupé, Cabo Verde, Contagem, Uberaba, Uberlândia, Ibiá, Jacutinga e Santa Rita do Sapucaí. Destaque-se que as inspeções presenciais foram prejudicadas em razão da pandemia, sendo implementado um sistema de fiscalização remota de 76 (setenta e seis) serventias geridas por interinos, conforme Portaria nº 6.498, de 17 de julho de 2020.

- Correição Ordinária Geral – Fiscalização anual obrigatória, para verificar a regularidade dos serviços e para conhecer de denúncia, de reclamação ou de sugestão apresentadas. Em 2020, realizada entre janeiro e março na Comarca de Belo Horizonte;

- Autocorreição – ação inovadora da CGJ, que tem por objetivos, dentre outros, acompanhar a situação das unidades judiciárias, aumentar a qualidade dos lançamentos e do banco de dados estatísticos do TJMG, cumprir as Metas do CNJ, além de melhorar o IPC-Jus do TJMG. A iniciativa do próprio Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Agostinho Gomes de Azevedo, foi apresentada durante o 83º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil – ENCOGE, realizado em 23 de julho de 2020. O modelo de Autocorreição não se confunde com a correição ordinária anual e vai além do preconizado no sexto enunciado da Carta do 83º ENCOGE. Constitui mais uma ferramenta disponibilizada pela CGJ para auxiliar o magistrado no acompanhamento e gestão das principais rotinas de trabalho da unidade judiciária, a fim de manter a regularidade do serviço e a eficiência da prestação jurisdicional. Nesse sentido, foi elaborado formulário eletrônico que permite aferir a situação de diversos processos de trabalho e a propositura de metas para regularização de eventuais inconsistências.

- Saneamento de Inconsistências no SEEU – Nos meses de julho e agosto, por força dos Ofícios-Circulares nº 79/CGJ/2020 e nº 99/CGJ/2020, foi realizada força- tarefa visando ao saneamento das inconsistências de "Critério 1" e "Critério 2" indicadas pelo DMF-CNJ no Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU. No período, foram regularizadas mais de quatro mil inconsistências em 176 (cento e setenta e seis) comarcas. Tal medida possibilitou a efetivação da implantação do SEEU no Estado.

- Revisão do Módulo Receitas e Despesas para prestação de contas dos serviços notariais e de registro – As mais de 1.100 serventias vagas do Estado passaram a utilizar o novo sistema, que permite a geração de relatórios e fiscalização remota das receitas e despesas das serventias vagas, conforme Aviso nº 74/CGJ/2020.

- Implementação do Plano de Contingenciamento dos serviços notariais e de registro vagos – A Portaria nº 6.498/CGJ/2020 determinou a fiscalização dos serviços notariais e de registro vagos permitindo a fiscalização remota de cerca de 80 (oitenta) serventias. Com a implantação do plano de contingenciamento diversas serventias revisaram os contratos vigentes e reduziram as despesas, mantendo a compatibilidade com suas receitas.

- Projeto-Piloto para a recepção de requisições e para a realização de atos notariais e de registro em meio digital - A Portaria 6.405/CGJ/2020 regulamentou o projeto-piloto, permitindo que 129 (cento e vinte e nove) serventias praticassem os atos de forma remota, com destaque para os atos de casamento por videoconferência. A regulamentação estadual foi suprida pelo Provimento nº 100/2020 da Corregedoria Nacional de Justiça, que regulamentou o e-Notariado em âmbito nacional.

Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância – SEPLAN

- Desdobramento do Planejamento Estratégico – DPE – 62 (sessenta e duas) unidades judiciárias tiveram o DPE implantado ou estão em fase de implantação. Ademais, houve o acompanhamento de 86 (oitenta e seis) unidades em que o DPE já foi efetivado, objetivando a

aferição dos resultados e orientações para aprimoramento. Também foi lançado o “Projeto DPE Covid-19” para obtenção de informações sobre as dificuldades enfrentadas em função da pandemia e disponibilização de ferramentas de gestão.

- Aprimoramento do Sistema Auxiliares da Justiça – AJ – cadastramento de 1.225 profissionais para atuarem no Estado e aumento de 10% no número de perícias realizadas, em comparação a 2019, mesmo com as dificuldades trazidas pela pandemia.

- Implantação do PJe no âmbito da competência criminal – implantação na Central de Recepção de Flagrantes da Comarca de Belo Horizonte – CEFLAG para a Comunicação de Prisão em Flagrante Delito - CPFD originária da Polícia Civil do Estado, com expansão para outras 39 (trinta e nove) comarcas. Implantação do Projeto Piloto na 2ª Vara Criminal de Belo Horizonte, nos feitos com denúncia oferecida de Classe Ação Penal – Procedimento Ordinário.

- Implantação do módulo plantão do PJe – construção do fluxo de tramitação do módulo plantão nas competências cível e criminal, bem como sua implantação parcial nas comarcas de Belo Horizonte, Contagem e Betim.

-Expansão do PJe em todas as classes processuais cíveis regidas pela Lei n.º 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente – efetivação em todas as comarcas, com exceção de Pirapora.

- **Expansão da Citação Eletrônica** (Pessoas Jurídicas de Direito Público e de Direito Privado) – cadastramento de 2.144 pessoas jurídicas de direito privado e 68 de direito público, no Sistema PJe, para recebimento de citação eletrônica.

- Capacitação de usuários internos do PJe (Presencial e EAD) - foram capacitados 770 usuários do PJe, dentre Juízes, Assessores e Servidores, sendo 680 virtualmente e 90 presencialmente.

- Gestão e acompanhamento do Projeto Virtualizar – 202.237 processos com virtualização finalizada.

-Integração do RUPE com o Banco Nacional de Mandados de Prisão - BNMP nas 297 comarcas, evitando o retrabalho e tornando mais céleres os registros.

- **Implementação de envio automatizado** de dados das medidas protetivas à polícia civil e militar de todas as varas com **competência de Violência Doméstica** nas 297 comarcas.

-Melhorias no sistema de Custas:

- Adequação do sistema Guias Web para recebimento dos processos judiciais eletrônicos criminais PJe.
- Criação das guias de citação, intimação, cópia eletrônicas e transmissão eletrônica de carta precatória/rogatória/de ordem.
- Disponibilização da guia pré-calculada no Portal do TJMG.
- Desenvolvimento das funcionalidades "Contumácia", "Litigância de má-fé", “Recurso Inominado”, “Apelação Criminal” e "Embargos não providos do devedor" no sistema guias web para processos do Juizado Especial.
- Alteração do sistema de Destinação de Fiança Crime para que seja exibido o valor atualizado da fiança.

- Expansão do Sistema CADEJ – Criação do módulo cível para cálculo automatizado de liquidação de sentenças.

- **Expansão do Sistema SISCONDJ – DEPOX** nas comarcas de Governador Valadares e Resplendor e atuação conjunta com o Banco do Brasil para expansão a todas as comarcas.

- Projeto Central de Mandados – CEMAD – Implantação da 1ª fase em todas as comarcas, com restruturação da arquitetura de custas com a centralização dos saldos de guias e inclusão de funcionalidade no PJe para vinculação automática das guias iniciais ao processo.

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE TRANSPORTES – COTRANS

Seguem os principais projetos desenvolvidos pela Coordenação de Controle de Transportes – COTRANS, Superintendência de Transportes, durante o ano de 2020.

- Implantação do módulo SEI-Frota (ver seção adiante, específica do SEI) – proporcionando o aprimoramento da gestão dos serviços de transportes e o controle das atividades internas, dos condutores, dos solicitantes e dos veículos oficiais.

- Projeto piloto para uso compartilhado de vans de passageiros – buscando atender aos Juízes e as Varas da Infância e da Juventude das Comarcas do Interior do Estado a fim de contribuir para a consecução das finalidades protetivas instaurada pela Lei nº 8.069/90 - ECA.

- Renovação parcial da frota de veículos de serviço – vislumbrando maior segurança na condução de servidores e colaboradores terceirizados, bem como ganhos relativos devido à

redução no consumo de combustível e manutenções corretivas.

- Alienação de veículos oficiais antieconômicos – com o intuito de arrecadar fundos para renovação parcial da frota de veículos de serviços, bem como diminuir os custos com a manutenção, a Superintendência de Transportes optou pela redução da frota por meio da realização de quatro leilões, com a alienação total de 186 (cento e oitenta e seis) veículos e arrecadação de R$ 3.423.118,00 (três milhões, quatrocentos e vinte e três mil e cento e dezoito reais).

DIRETORIA EXECUTIVA DE ENGENHARIA E GESTÃO PREDIAL

Além da atuação diretamente relacionada ao **Plano de Aceleração de Obras** do TJMG, conforme relatado na análise da execução física e orçamentária da ação orçamentária 2091 – Obras e Gestão Predial, a DENGEP desenvolveu, ao longo do ano de 2020, diversas ações, cujas principais estão aqui elencadas.

- Instalação de Energia Fotovoltaica – 45 (quarenta e cinco) edificações atendidas durante o ano, proporcionando o aproveitamento de energia gerada em suas próprias instalações.

- Plano de Acessibilidade – 16 (dezesseis) atendimentos realizados em 2020: Caxambu, Pedralva, Itanhandu, Carmo de Minas, São Loureço, Ferros, Divino, Aimorés, Galiléia, Mesquita, Passa Tempo, Barbacena JESP, Boa Esperança, Guapé, Itamojí e Jacuí.

- Plano de Regularização de AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – elaboração e execução de projeto executivo com a instalação de guarda-corpo, corrimão, alterações no sentido de abertura de portas, instalação de equipamentos de segurança, bem como extintores, luminárias de emergência e adequação da sinalização da edificação, conforme as Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. Ao longo do ano, foram 84 (oitenta e quatro) edificações próprias, locadas ou cedidas com AVCB.

- Plano de Segurança Predial – consiste na instalação de equipamentos de segurança visando à obtenção de maior controle de acesso e aprimoramento da segurança nas edificações utilizadas pelo Tribunal. A relação dos prédios a serem atendidos é definida em conjunto com o CESI. Em 2020 foram 47 (quarenta e sete) equipamentos instalados em todo o Estado.

DIRETORIA EXECUTIVA DE INFORMÁTICA – DIRFOR

Nesta seção estão relacionados os principais projetos e ações em que esteve envolvida a Diretoria Executiva de Informática – DIRFOR no exercício de 2020, sendo alguns também citados em outras partes deste relatório.

PJe - Processo Judicial Eletrônico

- Apoio à implantação do PJe Criminal, na forma de projeto Piloto, na 2ª Vara Criminal de Belo Horizonte.

- Disponibilização do PJe Pré-Processual para utilização nos CEJUSCs.

- Criação do serviço "PJe Docs" para download de documentos do PJe, proporcionando melhor performance e estabilidade ao sistema.

- Contratação do serviço de "conteinerização" do PJe, tornando o ambiente do sistema mais robusto e seguro, além de simplificar os mecanismos de configuração, gerenciamento e monitoramento e reduzir o uso de infraestrutura de TI.

Integração e interoperabilidade

- Entrega da 1ª Fase (Pessoa, Mandado, Contramandado, Cumprimento e Alvará de Soltura) da interoperabilidade entre o TJMG e o BNMP 2.0 (CNJ).

- Piloto da interoperabilidade entre o TJMG e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG, para automatização do recebimento da Comunicação de Prisão em Flagrante Delito – CPFD.

- Interoperabilidade junto à PCMG e à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG para troca de informações sobre as Medidas Protetivas (Programa MG Mulher).

- Integração entre o Banco Estadual de Mandados de Prisão – BEMP e PCNET, dando acesso à FAC diretamente nas secretarias.

- Integração, nas Varas de Execução Penal, do SEEU com os sistemas de apoio ao andamento processual do TJMG, em substituição ao SISCOM VEP.

- Unificação das 296 bases de dados e entrega da aplicação web para Restituição de Fiança da Central Unificada de Mandados e Diligências – CEMAD.

- Desenvolvimento de funcionalidades de integração e melhoria do sistema SEI, resultando na implantação da "Consulta de Precedentes", do "Canal Fale com o TJMG", do formulário de

restituição de custas e do “SEI Frotas”.

Painéis estratégicos (de controle)

- Contratação de serviços de atualização e suporte técnico especializado e aquisição de licenças *Analyser*, para solução de TI Qlik Sense.

- Disponibilização de painéis gerenciais para gestão dos Juizados Especiais e Turmas Recursais e para gestão das atividades realizadas pelos juízes leigos.

- Disponibilização de painéis ao GMF/MG para acompanhamento dos presos provisórios, dos benefícios vencidos em processos de execução penal e das medidas de segurança.

- Disponibilização de dados à Presidência e à CGJ para gestão dos processo virtualizados.

- Disponibilização de painéis de atualização diária para visualização de como o sistema PJe está configurado quanto à vinculação de jurisdição, órgão julgador, competência, classe e assuntos.

Outras ações de destaque

- Contratação de licenciamento do software *Horizon View – Home Office* para ampliação de uso da solução tecnológica necessária para a realização do trabalho remoto.

- Migração das bases de dados para a Nuvem Privada Oracle, com modernização dos equipamentos que suportam os serviços.

- Conversão dos autos físicos (SISCOM), em grau de recurso, para o formato eletrônico (Jpe e PJe).

- Criação de solução informatizada para cálculos de liquidação de sentenças - Entrega do Cálculo Civel.

- Atualização do parque computacional (5.500 equipamentos), aquisição de ilhas de edição para a ASCOM, fornecimento de 600 webcams para realização de videoconferências, audiências e demais transmissões, fornecimento de 10 mil certificados digitais (aproximadamente) e tokens criptográficos.

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO - DIRSEP

Registradas aqui as principais ações e atividades desenvolvidas pela DIRSEP no exercício de 2020.

Covid-19 - Ações Emergenciais

- Redimensionamento dos insumos fornecidos mensalmente nos contratos de conservação e limpeza (terceirização), com reforço da utilização do álcool 70% na desinfecção dos ambientes e redução dos materiais de limpeza disponibilizados, em função da redução do trabalho presencial no TJMG.

- Inclusão, nos contratos de terceirização de mão-de-obra, do fornecimento aos colaboradores de máscaras de proteção e “face shield” como equipamentos de proteção individual – EPI.

- Aquisição de diversos materiais para distribuição em todas as edificações: álcool em gel, protetor de acrílico, “dispenser” para o álcool, totem, fita para demarcação de solo, marcador de distanciamento, máscara “face shield”, luvas e máscaras descartáveis, e máscaras em tecido.

Elaboração do Manual de Orientações para a Gestão Contratual no contexto da pandemia

Prestação de orientação aos gestores da Casa, no sentido de promover a avaliação das contratações sob sua responsabilidade, aferindo enfaticamente a necessidade e viabilidade de sua manutenção (nos exatos termos em que foram celebradas), de alteração (seja por meio de supressão/acréscimo de objeto ou por meio da suspensão da execução contratual) e/ou a necessidade de rescisão dos termos pactuados.

Economia obtida nos procedimentos licitatórios

Considerando os recursos previstos para as 164 licitações homologadas no período de janeiro a dezembro de 2020, total de 326 lotes, **foi economizado o expressivo valor de R$ 100.702.107,87**, o que representa **18,55%** do valor estimado nos orçamentos de referência para os procedimentos licitatórios.

A economia calculada é um somatório da sistemática de disputa dos pregões com as atuações proativas dos Pregoeiros e das Comissões de Licitação do TJMG. Os valores de referência utilizados nos processos licitatórios são criteriosamente estabelecidos e refletem a realidade dos preços praticados no mercado, o que permite a conclusão de os números aqui apresentados refletirem uma economia real. Valores referentes às licitações não concretizadas (desertas, frustradas, revogadas ou desistidas pelos setores requisitantes) não estão inclusos no cálculo de economia apresentado.

Negociações para economia nas contratações

Economia de **R$760.639,31** nas negociações realizadas para renovação ou reajuste contratuais durante o ano. Considerando o total de meses até os términos dos contratos, a economia chega a **R$1.421.680,57**.

Férias de terceirizados durante o recesso (economia)

Economia estimada, em 2020, no valor de **R$16.174.650**, correspondente ao que deixou de ser gasto com substituição de colaboradores, consideradas somente as ocupações que historicamente demandam tal necessidade.

Redução de custos de mensageria (Correios)

Desoneração do contrato firmado com os Correios em R$15.925,22 mensais, perfazendo redução anual de R$191.102,64, sem que houvesse alteração na qualidade dos serviços prestados.

Implantação do processamento integralmente digital para os Pregões Eletrônicos

Iniciado em 2018, o projeto obteve expressivos avanços no ano de 2020, com as novas regras estabelecidas no Decreto Estadual nº 48.012/2020, resultando no processamento integralmente realizado por meio dos sistemas SIAD e SEI, sem necessidade de peticionamento intercorrente.

Utilização do SEI para as licitações da Lei Federal nº 8.666/93

Implantação da utilização do SEI na tramitação dos processos das modalidades licitatórias da Lei Federal nº 8.666/1993 (modalidades Concorrência, Tomada de Preços e Convite), autuados fisicamente em decorrência das determinações legais para entrega, sigilo e abertura dos envelopes (habilitação, técnica e preço).

Coleta seletiva de lixo

Na Capital, cerca de 40% do lixo produzido foi destinado à reciclagem por meio de convênio com a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável – Asmare. No interior, foram firmados 12 (doze) convênios com associações de reciclagem.

Entrega própria dos suprimentos de consumo

Implantação de 21 (vinte e uma) rotas, totalizando entrega mensal a 242 (duzentas e quarenta e duas) comarcas dos suprimentos de consumo com veículo próprio do TJMG, representando economia de 62,80% em comparação com as remessas realizadas pelos Correios ou por transportadora contratada.

EXECUÇÃO FISCAL EFICIENTE

O Programa Execução Fiscal Eficiente tem como objetivo diminuir a entrada de novas ações de execução fiscal de pequeno valor ajuizadas pelos municípios, buscando alternativas de cobrança menos onerosas para os cofres públicos como, a título de exemplo, protesto extrajudicial ou conciliação.

Atualmente, existem 98 (noventa e oito) municípios mineiros vinculados ao programa por meio de celebração de Protocolo de Intenções. Como resultado das ações empreendidas, a quantidade total de execuções fiscais municipais das Comarcas Estado de Minas Gerais passou de 286.544 processos em janeiro de 2020 para 268.362 processos em outubro de 2020.

GMF/MG

Em consonância com magistrados das diversas Comarcas, Corregedoria-Geral de Justiça, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP/MG e outras instituições, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas do Estado de Minas Gerais – GMF/MG empreendeu ações práticas e concretas em busca da efetividade da Justiça Criminal no Estado.

O Grupo monitora continuamente a situação da população carcerária do Estado, acompanhando sua evolução, as condições de cumprimento de pena e de prisão provisória, bem como as condições de cumprimento de medidas de internação de adolescentes em conflito com a lei.

Recebe comunicações de irregularidades de diversos órgãos com atuação no sistema carcerário e socioeducativo que, após análise, são encaminhadas ao órgão/setor competente ou processadas internamente, por meio de solicitações, pedidos de esclarecimentos ou de providências ou, até mesmo, nos casos de maior gravidade, instauração de procedimento administrativo.

A seguir, estão relacionadas as principais ações empreendidas ao longo de 2020.

- **Audiências de Custódia** - considerando as adaptações necessárias em função das medidas

de segurança relativas à pandemia, a Portaria conjunta da Presidência nº. 949/2020 autorizou a realização de audiências de custódia por videoconferência, quando não for possível a realização do ato presencial, em 24 horas, devendo ser observadas as condições previstas no art. 19, da Resolução do CNJ nº 329, de 30 de julho de 2020, com nova redação dada pela Resolução do CNJ nº 357, de 26 de novembro de 2020.

- Conselhos da Comunidade – em cumprimento ao inciso XXIII, do art. 6º, da Resolução do CNJ nº 214/2015, encontra-se em curso no GMF/MG ação voltada para a atualização dos dados relativos ao funcionamento dos Conselhos da Comunidade nas diversas comarcas do Estado.

- Construção e ampliação de estabelecimentos penais – o GMF/MG vem desferindo esforços para que as verbas de prestação pecuniária disponíveis nas contas judiciais das comarcas sejam utilizadas prioritariamente em melhorias no sistema prisional. Dentre as principais destinações, constam o envio de verbas para implementação de projetos aprovados em 21 (vinte e uma) APACs, com o objetivo de aprimorar as unidades existentes e construção de novos Centros de Reintegração Social – CRS.

- Destinação de verbas de prestação pecuniária – o GMF/MG, em função da atribuição prevista no Provimento Conjunto nº. 27/2013, recebe e encaminha para publicação os resumos das prestações de contas das unidades gestoras (Juízos da Execução) de todo o Estado. Cabe ao Grupo, também em função do normativo acima citado, gerir os recursos da Conta Regional de Destinação de Prestação Pecuniária, instituída pelo Provimento Conjunto nº 64/2017, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 totalizava R$8.711.573,22.

- Mutirões – magistrados do GMF-MG foram designados para cooperarem na 1ª Vara Criminal e de Execuções Criminais da Comarca de Barbacena, atuando, em atendimento a demanda apresentada pelo PAI-PJ, no mutirão relativo à análise dos processos referentes aos pacientes judiciários acautelados no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Jorge Vaz (demanda com previsão de encerramento em 2021).

- Painel de acompanhamento de prisões e benefícios – no dia 17/12/2020, o GMF/MG, em parceria com a CGJ, lançou os painéis para o monitoramento de prisões provisórias, internações de pacientes judiciais e benefícios nas execuções penais. Essa importante ferramenta de gestão, atualizada diariamente, exibe dados e gráficos por comarca e unidade judiciária, conforme informações dos sistemas SISCOM e SEEU

SEEU – Sistema Eletrônico de Execução Unificado – o sistema SEEU/CNJ, encontra-se disponível em todas as comarcas do Estado. Em 2020, o GMF/MG acompanhou as informações sobre presos provisórios, fornecidas diretamente pelas unidades judiciárias competentes, tendo em vista o disposto na Portaria Conjunta nº 890/PR/2019.

INSTALAÇÃO DE VARAS OU UNIDADES JURISDICIONAIS

No ano de 2020, foram instaladas 14 (quatorze) Varas ou Unidades Jurisdicionais, conforme relação abaixo:

- Comarca de **Jaíba** (Vara Única) – instalação em 17 de janeiro.

- 3ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude na Comarca de **Santa Luzia** – instalação em 03 de fevereiro.

- 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de **Frutal** – instalação em 07 de fevereiro.

- Vara de Execuções Penais e de Inquéritos Policiais na Comarca de **Montes Claros -** instalação em 03 de junho.

- Vara Criminal, de Execuções Penais e da Infância e Juventude na Comarca de **Lagoa Santa** – instalação em 05 de junho.

- 3ª Vara Criminal e do Tribunal do Júri da Comarca de **Caratinga** – instalação em 24 de junho.

- 3ª Vara Cível da Comarca de **Caratinga** – instalação em 24 de junho.

- 3ª Vara Cível da Comarca de **Ibirité** – instalação em 24 de junho.

- 3ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude na Comarca de **Conselheiro Lafaiete** – instalação em 24 de junho.

- 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude na Comarca de **Araxá** – instalação em 29 de junho.

- Vara da Infância e da Juventude da Comarca de **Divinópolis** – instalação em 30 de junho.

- Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais na Comarca de **Sabará** – instalação em 1º de julho.

- Vara da Fazenda Pública, Empresarial e de Registros Públicos na Comarca de Ribeirão das Neves – instalação em 03 de dezembro.

- 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de **Coromandel -** instalação em 18 de dezembro.

Por meio da **Iniciativa Estratégica nº 21** do Planejamento Estratégico, Plano de instalação de Varas e Unidades Jurisdicionais, acompanha-se o processo de aprovação dessas instalações, sob supervisão da **Secretaria Especial da Presidência e das Comissões Permanentes – SESPRE**, tendo sido estabelecida como meta relacionada aprovar 100% das varas ou unidades jurisdicionais previstas para 2020, considerado o universo de 9 varas ou unidades jurisdicionais (**Meta TJMG 21**). No total, conforme anteriormente mencionado, foram aprovadas a instalação de 14 (quatorze) varas ou unidades jurisdicionais, representado o cumprimento de 156% da meta estabelecida.

Alteração de competência de varas

Em 2020 houve a alteração de competência de varas nas Comarcas de **Belo Horizonte** (Resolução do Órgão Especial nº 956/2020), **Formiga** (Resolução do Órgão Especial nº 942/2020), **João Monlevade** (Resolução do Órgão Especial nº 937/2020), **Manhuaçu** (Resolução do Órgão Especial nº 941/2020) e **Patrocínio** (Resolução do Órgão Especial nº 951/2020).

JUIZADOS ESPECIAIS

Nesta seção estão relacionados os principais projetos e ações afetos à Justiça Especial, desenvolvidos em 2020, conforme informações prestadas pela Diretoria Executiva de Suporte aos Juizados Especiais – DIJESP.

Código de Normas do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais

Consolidação, com edição da Portaria Conjunta nº 1103/PR/2020, dos atos normativos do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, com o intuito de facilitar a consulta por parte dos magistrados, servidores, advogados, gerentes de secretaria, partes e demais interessados às portarias e instruções editadas por aquele Órgão Colegiado, criando, portanto, um Código de Normas dos Juizados Especiais.

Instalação do Posto de Atendimento do JESP de Belo Horizonte no Procon da ALMG

Convênio 135/2020, firmado entre o TJMG e a ALMG, para instalação de Posto de Atendimento dos Juizados Especiais de Belo Horizonte nas dependências do Espaço de Cidadania da ALMG para acolhimento das demandas cujos valores não ultrapassem 20 (vinte) salários-mínimos.

Acréscimo de juízes leigos nas Unidades Jurisdicionais dos Juizados Especiais

Deliberação da Egrégia Presidência desta Casa no sentido de conceder a todos os Magistrados das Unidades Jurisdicionais dos Juizados Especiais uma vaga de juiz leigo, incrementando a força de trabalho nesses Órgãos e proporcionando melhoria na prestação jurisdicional.

Redistribuição dos Processos da Vara Siscom "Sec. Lei 12.153/09"

Ação realizada em conjunto com a DIRFOR e CGJ para a redistribuição de processos equivocadamente distribuídos na Vara Siscom “Sec.Lei 12.153/09”. A ação se justifica no fato de que o erro perpetuado causou uma distorção na estatística dos Juizados Especiais.

No ano de 2020 foram redistribuídos os processos concernentes às Comarcas de Divinópolis, João Monlevade, Mariana, Piumhi, São João Nepomuceno, restando pendentes os feitos relativos às Comarcas de Uberaba, Uberlândia, Matozinhos, Santa Luzia. Foi também aberta demanda junto à DIRFOR, com o intuito de impedir a reativação de feito baixado no tipo de Vara 37 - Lei 12.153, bem como inserida no SISCOM mensagem para alertar o usuário sobre a necessidade de redistribuir o processo para a vara competente, antes de reativá-lo.

Implantação da pré-atermanção "on line"

Projeto desenvolvido em parceria com a ASCOM, possibilitando ao jurisdicionado meio alternativo de acesso aos JESPs, durante o período em que estão em vigor as medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19). Nesse sentido, com a publicação da Portaria nº 1053/PR/2020, foram disponibilizados dois formulários eletrônicos, um para as partes que necessitem realizar alguma solicitação em processo já existente e outro para os interessados em ajuizar uma ação. Na Comarca de Belo Horizonte, entre 18/05 e 18/12/2020, foram recebidos 11.900 documentos de 4.258 processos com a utilização da ferramenta em tela. Ademais, na Comarca de Vespasiano foram recebidas 76 solicitações por meio da plataforma.

Turma Recursal temporária do Grupo Jurisdicional de Governador Valadares na Comarca de Caratinga

A Turma Recursal temporária do Grupo Jurisdicional de Governador Valadares, criada por meio da Portaria Conjunta Nº 827/PR/2019, foi instalada na Comarca de Caratinga com o objetivo de acompanhar o processamento e o julgamento dos recursos oriundos dos Juizados Especiais de Caratinga e Inhapim. Sua criação se fundamentou no acúmulo de processos nas Turmas

Recursais do Grupo Jurisdicional de Governador Valadares. Em 12/05/2020, foi publicada a Portaria Conjunta nº 979/PR/2020 que prorrogou seu funcionamento por um ano. Em 2020 foram distribuídos 846 recursos, tendo sido proferidos 747 votos pelos relatores.

<u>Turma Recursal Temporária das Comarcas de Belo Horizonte, Contagem e Betim</u>

Criada para julgamento, a título de cooperação, dos processos afetos ao Colegiado Exclusivo das Comarcas de Belo Horizonte, Contagem e Betim, tendo em vista o vasto acervo de feitos paralisados. Atualmente tem o seu funcionamento previsto em normativo até maio de 2021. Em 2020 foram distribuídos 1.168 processos e julgados o quantitativo de 789.

<u>Plataforma Pública ''Consumidor.gov.br''</u>

Promoção de utilização da plataforma ''Consumidor.gov.br'' por meio de sua divulgação aos JESPs como caminho para solução de conflitos de consumo e prevenção dos litígios judicializados. Foram realizados, no ano, um total de 267 atendimentos pela plataforma.

<u>Gestão de Contratos</u>

Suporte para atendimento direto ao cidadão, por meio de convênios entre o TJMG e empresas, oferecendo forma alternativa para solução de conflitos de consumo e prevenção dos litígios judicializados. Em 2020 foram realizadas 59 atendimentos, com 36 acordos firmados.

<u>XV Semana Nacional de Conciliação (apoio à AGIN) - 30/11 a 04/12/2020</u>

No que diz respeito às Unidades Jurisdicionais dos Juizados Especiais do interior foram agendadas 3.742 audiências, tendo sido realizadas 2.866, com 755 acordos realizados, representando, portanto, um percentual de 26,34%. Na Capital foram agendadas 1.541 audiências, tendo sido realizadas 1.462, com 226 acordos homologados, representando, portanto, um percentual de 15,46%.

<u>Ações de capacitação (em parceria com a EJEF)</u>

Webinar - Audiências virtuais - capacitação de Magistrados, servidores e juízes leigos na utilização da ferramenta de audiência virtual;

Juízes leigos – capacitação dos classificados no processo seletivo de juízes leigos - 1.288 inscritos e 1.256 aprovados;

Capacitação dos conciliadores dos Juizados Especiais para o exercício da função, atendendo determinação da Resolução nº 125, do CNJ – 04 turmas disponibilizadas, 236 vagas oferecidas, 27 comarcas atendidas.

Capacitação dos atermadores do Sistema de Juizados Especiais – 02 turmas ofertadas, com 485 aprovados.

JUÍZO 100% DIGITAL

A Portaria Conjunta nº 1.088/2020, publicada em 26 de novembro de 2020, implantou o projeto-piloto do “Juízo 100% Digital”, que prevê a opção pela realização de todos os atos processuais exclusivamente por meio eletrônico e de forma remota.

A iniciativa foi lançada pelo CNJ por meio da Resolução nº 345, de 9 de outubro de 2020, estando disponível inicialmente em 110 comarcas, com o número total de 214 unidades judiciárias atendidas.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

No âmbito do TJMG, foram realizadas diversas ações para atendimento ao que determina o normativo:

- Instituição, por meio da Portaria nº 4.962/PR/2020 (com alterações trazidas pela Portaria nº 4.993/PR/2020), do Comitê de Proteção de Dados Pessoais, responsável pela avaliação dos mecanismos de tratamento e proteção de dados pessoais, de encarregado do TJMG e de núcleo de apoio técnico/jurídico;

- Entrega de relatório ao CNJ com as ações estabelecidas para o projeto;

- Realização de webnário sobre o tema;

- Lançamento da página da LGPD e criação de aba no canal “Fale com o TJMG”;

- Elaboração de e-book;

- Mapeamento de processos na DIRSEP (esta foi escolhida como área inicial do projeto);

- Elaboração de formulário de mapeamento de dados.

MANUAL DO GESTOR

Em 2020 a equipe do Centro de Padronização e Qualidade na Gestão – CEPAQ coordenou a revisão e atualização do Manual do Gestor**,** instrumento instituído pela Portaria-Conjunta nº 163/2009 que visa orientar os gestores do TJMG sobre procedimentos e normas, bem como passar instruções em relação às dúvidas recorrentes das áreas administrativas.

O documento passou a totalizar 70 (setenta) assuntos, com procedimentos atualizados, estando disponibilizado na Rede TJMG.

NÚCLEO DE VOLUNTARIADO

Criado pela Portaria Conjunta nº 543/PR/2016, o Núcleo de Voluntariado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – NV/TJMG tem como finalidade contribuir para a consolidação da “Rede de Voluntariado” do Estado, promover a disseminação da cultura do voluntariado no Poder Judiciário mineiro e coordenar as práticas de voluntariado no âmbito do TJMG.

Em 2020 foram realizadas as seguintes campanhas, voltadas à arrecadação de materiais visando o atendimento de grupos vulnerabilizados:

- Campanha de doação de itens de higiene pessoal, produtos de limpeza, roupas e brinquedos para os atingidos pelas chuvas, em parceria com a Cruz Vermelha – janeiro de 2020. Resultado: doação de 3.171 itens e 395 pessoas beneficiadas;

- Campanha de doação de recursos para compra de cobertores e sacos de dormir para pessoas em situação de rua, em parceria com a Associação Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte – maio/junho de 2020. Resultado: valor arrecadado de R$7.390,00 e 321 pessoas beneficiadas;

- Campanha de doação de roupas e itens de higiene pessoal para recuperandas das APACs Femininas de Belo Horizonte, Itaúna e Rio Piracicaba – agosto de 2020. Resultado: doação de 3.114 itens e 177 mulheres beneficiadas;

- Campanha de doação de itens de higiene pessoal para mulheres e crianças da Casa Sempre Viva (Consórcio Mulheres das Gerais) – novembro de 2020. Resultado: 526 itens doados e 60 beneficiados;

- Campanha Papai Noel dos Correios: fomento ao apadrinhamento das cartas enviadas, com doação de brinquedos para o Natal – novembro/dezembro de 2020. Resultado: 578 crianças atendidas.

OUVIDORIA

Regulamentada pela Resolução TJMG nº 862 de 19 de dezembro de 2017, a Ouvidoria tem como principal objetivo o fortalecimento do relacionamento entre o TJMG e a sociedade, desenvolvendo atividades de caráter informativo, educativo, propositivo e de orientação social.

O atendimento é realizado presencialmente, por meio eletrônico, por meio telefônico, e por via postal. Ao longo do ano, foram atendidas 8.218 manifestações.

Importante destacar que a Ouvidoria atua em cooperação com outras áreas no canal de comunicação unificado **Fale com o TJMG**, parte integrante do Programa de Integridade da Casa. As questões ligadas a supostas fraudes e/ou possíveis atos de corrupção, reportadas por meio da opção “Denúncia”, são analisadas preliminarmente pela Ouvidoria, responsável também por encaminhar resposta final ao denunciante.

Abaixo estão elencados outros acontecimentos em que houve a participação da Ouvidoria em 2020:

- Participação no **III Encontro Nacional de Ouvidores Judiciais**, coordenado pela Ouvidoria Regional Eleitoral do Ceará no auditório da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará;

- Participação em videoconferência realizada no mês de setembro de 2020 pelo Colégio de Ouvidores Judiciais – COJUD;

- Participação no **1º Encontro CNJ de Ouvidoria do Poder Judiciário**, nos dias 15 e 16 de dezembro de 2020.

PAINÉIS DE CONTROLE

Estão aqui relacionados os painéis de controle desenvolvidos pelo Centro de Informações para Gestão Institucional – CEINFO no ano de 2020, por meio da ferramenta Qlik Sense, com o objetivo de possibilitar que a Alta Administração e os gestores da Casa possam se valer de instrumentos para embasar o delineamento de estratégias e a tomada de decisões.

<u>Painel comparativo de produtividade durante o trabalho remoto</u>

O painel comparativo de produtividade foi construído para acompanhar a variação de performance dos magistrados e servidores na 1ª e 2ª instâncias, após o início do trabalho remoto em 16 de março de 2020.

O painel permitiu, por exemplo, identificar ganho de produtividade nos processo do PJe, quando se compara o período do trabalho remoto em relação ao período anterior.

<u>Painel do Plano de Retomada das Atividades do TJMG</u>

O Painel do Plano de Retomada das Atividades consolida semanalmente os dados do Plano "Minas Consciente" – Governo de Minas Gerais e do Ministério da Saúde – Governo Federal.

Nesse painel são apresentadas as estatísticas relativas à pandemia de Covid-19 no Estado de Minas Gerais (taxas de incidência e letalidade, curvas de casos e óbitos, etc.), permitindo filtros por regiões, comarcas e municípios, bem como detalhamentos acerca do estado de saúde dos servidores, terceirizados e estagiários do TJMG. Além disso, a partir dos critérios definidos pela Gerência de Saúde no Trabalho – GERSAT, o painel também apresenta a listagem de comarcas que serão/permanecerão abertas ou fechadas.

<u>Painel de virtualização de processos físicos</u>

O TJMG instituiu o Projeto Virtualizar, que consiste na digitalização de feitos físicos, transformando-os em eletrônicos. Para acompanhar o desenvolvimento deste projeto, o CEINFO, em parceria com setores da Corregedoria e da DIRFOR, construiu o Painel de Virtualização de Processos.

Nesse painel é possível monitorar o avanço da virtualização de processos no TJMG: o total de processos com digitalização já iniciada/concluída e o acervo ainda passível de digitalização.

<u>Painel de acompanhamento do Prêmio CNJ de Qualidade</u>

Para facilitar o acompanhamento do Prêmio CNJ de Qualidade de 2020, o CEINFO construiu um painel de monitoramento dos indicadores, permitindo filtros por eixos e comparações com os requisitos do ano anterior.

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS

Compõe o Plano Estratégico do TJMG, tendo sido estabelecidas duas metas vinculadas à **Iniciativa 02. Plano de Logística Sustentável**: "**Meta TJMG 02**. Alcançar 60% das metas previstas no Anexo I da Resolução 201/2015 do CNJ, computando os indicadores mensuráveis" e "**Meta TJMG 03**. Executar 80% das ações propostas pelos Grupos Executivos do PLS".

Seguem abaixo os indicadores apurados para o ano e sua comparação com o exercício de 2019.

Quadro XXXIX - PLS – Indicadores 2019 X 2020

I - MATERIAL DE CONSUMO			
Indicador	**2019**	**2020**	**% variação**
Papel A4 Branco - Consumo	235.184	138.984	-40,90%
Papel A4 Branco - Gasto	R$ 3.117.516	R$ 1.972.183	-36,74%
Papel Reciclado - Consumo	0	0	0,00%
Copos Descartáveis 200ml - Consumo	5.748	3.149	-45,22%
Copos Descartáveis 200 ml - Gasto	R$ 17.014,08	R$ 9.321,04	-45,22%
Copos Descartáveis 50 ml - Consumo	1.512	1.607	6,28%
Copos Descartáveis 50 ml - Gasto	R$ 1.860,81	R$ 2.539,06	36,45%
Água Engarrafada 510 ml (com e sem gás) - Consumo	85.452	56.688	-33,66%
Água Engarrafada 510 ml (com e sem gás) - Gasto	R$ 58.521,96	R$ 46.353,62	-20,79%
Água Engarrafada 20 litros - Consumo	404	161	-60,15%
Água Engarrafada 20 litros - Gasto	R$ 3.563,38	R$ 1.909,56	-46,41%
II - IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS E EQUIPAMENTOS INSTALADOS			
Indicador	**2019**	**2020**	**% variação**
Número de impressões por agente público	5.941	3.858	-35,06%
Número de equipamentos instalados	6.430	6.544	1,77%
Performance dos equipamentos instalados (índice de ociosidade baseado na capacidade máxima de impressão)	25.441	15.133	-40,52%

máxima de impressão)			
Gasto com contratos de outsourcing de impressão (equipamento + manutenção + impressão por folha + suprimento) Valor (R$) gasto com o posto de impressão (ativo impressora)	R$ 1.152,77	R$ 865,43	-24,93%
Percentual de utilização de recurso de impressão em frente e verso	67,00%	64,49%	-3,75%
Valores gastos com suprimentos para impressoras mais antigas do próprio Tribunal (anteriores aos contratos de locação de impressoras)	R$ 20.310,50	R$ 0,00	-100,00%
III – ENERGIA ELÉTRICA			
Indicador	**2019**	**2020**	**% variação**
Consumo de energia elétrica	32.200.301	27.215.245	-15,48%
Consumo de energia elétrica por área construída	42,45	33,9	-20,14%
Gastos com energia elétrica	R$ 21.627.815,09	R$ 20.628.330,27	-4,62%
Gastos com energia elétrica por área construída	R$ 28,51	R$ 25,70	-9,87%
Percentual de contratos de energia analisados	100,00%	100,00%	100,00%
Percentual de contratos de energia adequados	90,00%	87,50%	87,50%
Percentual de contratos de energia ajustados	50,00%	6,25%	6,25%
IV – ÁGUA E ESGOTO			
Indicador	**2019**	**2020**	**% variação**
Volume de água consumido	231.926	186.773	-19,47%
Volume de água por área construída	0,31	0,23	-23,90%
Gastos com água	R$ 3.767.495,60	R$ 3.090.635,41	-17,97%
Gastos com água por área construída	R$ 4,97	R$ 3,85	-22,48%
V – GESTÃO DE RESÍDUOS			
Indicador	**2019**	**2020**	**% variação**
Destinação de lâmpadas para descontaminação	9.118	100%	100,00%
Destinação de pilhas e baterias para descontaminação	8 Edificações	8 Edificações	100%
Destinação de madeiras para reaproveitamento	*	*	0,00%
Destinação de vidros para reciclagem	*	*	0,00%
Destinação de metais para reciclagem	*	*	0,00%
Percentual de resíduos de saúde descartado pelo Tribunal em conformidade com o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde	100%	100%	0,00%
Percentual do resíduo reciclável que é destinado às cooperativas	100%	100%	0,00%
Percentual do papel descartado no TJMG que é destinado à reciclagem	100%	100%	0,00%
Obs.: * Está sendo feito levantamento das quantidades atuais para determinação das metas, uma vez que o controle de encaminhamento destes itens é responsabilidade de terceiros.			
VI – QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO			
Indicador	**2019**	**2020**	**% variação**
Percentual do corpo funcional e da força auxiliar de trabalho que participou de ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho	208,23%	111,83%	-46,29%
Percentual de servidores com deficiência que participou de ações de inclusão	116,67%	352,94%	Não se aplica
Percentual do corpo funcional e da força auxiliar de trabalho que participou de ações solidárias (ex: inclusão digital, alfabetização, campanhas para ações voluntárias)	12,43%	12,26%	-1,34%
VII – TELEFONIA			
Indicador	**2019**	**2020**	**% variação**
Gasto médio com contrato de telefonia fixa	R$ 386,80	R$ 243,34	-37,09%
Gasto médio com contrato de telefonia móvel	R$ 181,17	R$ 125,23	-30,88%
Gasto total do contrato de telefonia fixa	R$ 1.438.502,66	R$ 889.179,66	-38,19%
Gasto total do contrato de telefonia móvel	R$ 125.369,75	R$ 115.465,47	-7,90%
VIII – VIGILÂNCIA			
Indicador	**2019**	**2020**	**% variação**
Valor gasto com serviços de vigilância	R$ 51.917.169,77	R$ 55.457.765,33	6,82%
IX – LIMPEZA			
Indicador	**2019**	**2020**	**% variação**
Valor gasto com limpeza e conservação	R$ 48.536.650,42	R$ 53.238.114,74	9,69%
X – COMBUSTÍVEL			
Indicador	**2019**	**2020**	**% variação**
Consumo de combustível, em litros, pela frota de veículos	1.127,96		-100,00%
Consumo de diesel, em litros, pela frota de veículos	3.659,85	1.076,30	-70,59%
XI – VEÍCULOS			
Indicador	**2019**	**2020**	**% variação**
Gasto com manutenção dos veículos da frota	R$ 1.922,96	R$ 1.031,96	-46,34%
XII – MOBILIZAÇAO E CAPACITAÇAO DO CORPO FUNCIONAL E DA FORÇA DE TRABALHO AUXILIAR EM EDUCAÇAO SOCIOAMBIENTAL E EM PROGRAMAS/PALESTRAS SOBRE QUALIDADE DE VIDA			
Indicador	**2019**	**2020**	**% variação**
Número de ações de formação e aperfeiçoamento, na modalidade presencial, em que foram abordados temas relativos à educação socioambiental e qualidade de vida	14 Ações	12 Ações	12
Número de ações de formação e aperfeiçoamento, na modalidade à distância, em que foram abordados temas relativos à educação socioambiental e qualidade de vida	5,46%	13,33%	13,33%
Número de ações específicas para a sensibilização das práticas sustentáveis destinadas a magistrados, servidores, funcionários terceirizados e estagiários	2	2	200,00%
XIII – CORREIOS			

XIII – CORREIOS			
Indicador	**2019**	**2020**	**% variação**
Valor gasto com Correios	R$ 23.499.859,01	R$ 16.524.655,72	-29,68%
XIV – ALUGUÉIS			
Indicador	**2019**	**2020**	**% variação**
Média de área locada por comarca	196	154	-21,33%

PONTUALIDADE

Instituído e regulamentado por meio da Portaria nº 4299/PR/2018, publicada em 05 de novembro de 2018, o Projeto Pontualidade tem como objetivo dar celeridade à prestação jurisdicional em regime de cooperação nas unidades jurisdicionais da Justiça de Primeiro Grau do Estado de Minas Gerais que apresentem elevado acervo processual pendentes de atos judiciais e de ofício.

Ao longo do ano foram realizadas 77 (setenta e sete) audiências, com atendimento a 127 (cento e vinte e sete) unidades judiciárias.

O projeto compõe o Painel Estratégico do TJMG, **Iniciativa 06. Projeto Pontualidade**, vinculado em 2020 às metas:

- TJMG 23: Proferir 5 mil decisões em processos criminais, dentre sentenças, decisões interlocutórias e despachos, de unidades judiciárias selecionadas pelo Projeto Pontualidade. Resultado obtido: 3.465 decisões.

- TJMG 25: proferir 30 mil decisões em processos cíveis, dentre sentenças, decisões interlocutórias e despachos, de unidades judiciárias selecionadas pelo Projeto Pontualidade. Resultado obtido: 24.263 decisões.

PRECATÓRIOS

Na sequência estão relacionadas as principais ações desenvolvidas pelos setores de precatórios do TJMG ao longo de 2020.

Ofício Precatório - SEI

Consiste na expedição eletrônica de ofício precatório pelo juízo da execução ao Presidente do TJMG para formação de precatório a partir do Sistema Eletrônico de Informações - SEI Ambiente Administrativo.

Esta funcionalidade permitiu a transição entre os ofícios precatórios físicos para o ambiente eletrônico como medida de enfrentamento à pandemia do Covid-19 e ampliação da sinergia organizacional, principalmente com o advento da faculdade de atuação do advogado no carregamento de peças e documentos essenciais.

Além disso, houve a supressão do envio de documentos físicos mediante a seleção das peças a serem enviadas no formato digital pelo usuário.

Ofício Requisitório em face da Fazenda Pública - SEI

Consiste na expedição eletrônica de ofício requisitório pelo SGP e comunicação à Fazenda Pública por intermédio de intimação do SEI Ambiente Administrativo.

Esta funcionalidade permitiu a transição entre os ofícios requisitórios físicos para o ambiente eletrônico como medida de enfrentamento à pandemia do Covid-19 e ampliação da sinergia organizacional.

Além disso, houve a supressão do envio de documentos físicos mediante a disponibilização de documentos a serem enviados no formato digital no SEI.

Acordos diretos em precatórios por meio virtual

Consiste na ampliação da modalidade de acordos diretos em precatórios pela adoção do ambiente virtual, no Portal do TJMG, de modo a abranger mais entes públicos e credores pelo oferecimento da faculdade de antecipação no recebimento de crédito de precatórios aos credores mediante deságio (art. 102 do ADCT).

Esta modalidade em ambiente virtual permitiu o alinhamento às medidas de enfrentamento à pandemia do Covid-19 e ampliação da interação com os jurisdicionados (entes públicos e respectivos beneficiários). Além disso, houve o aproveitamento das informações apresentadas em meio virtual para os trâmites internos inerentes à análise e apuração dos selecionados para os pagamentos.

A dimensão do volume de serviços que a ação envolveu pode ser ilustrada por números relativos a 2020, em que foram pagos na modalidade de acordos diretos R$ 481.098.475,07.

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJE

A **Iniciativa Estratégica 23. Implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe, componente do Plano Estratégico do TJMG**, estabelecida com os objetivos de modernizar a administração da Justiça Mineira com a utilização dos recursos da tecnologia da informação por meio da implantação do Pje e melhorar a prestação jurisdicional na área criminal, a exemplo da área cível que já possui os processos em tramitação por meio do PJe, teve como relacionada a **Meta CNJ Específica**: implantar processo eletrônico em 10% das unidades com competência criminal.

Ao todo foram atendidas 62 (sessenta e duas) unidades jurisdicionais com a implantação do Piloto PJe na 2ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte, da Comunicação da Prisão em Flagrante Delito – CPFD em 53 (cinquenta e duas) unidades da 1º Instância e do PJe em 8 (oito) Câmaras Criminais da 2ª Instância, perfazendo o cumprimento de 123,16% da meta estabelecida.

PROGRAMA AGILIZAR E VIRTUALIZAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA 2ª INSTÂNCIA

Parte integrante do Plano Estratégico do TJMG, **Iniciativa Estratégica nº 04**, tem como objetivo reduzir o estoque processual por meio da modernização e atualização dos procedimentos cartorários e judiciais, promover a simplificação e automação de rotinas de trabalho e priorizar o julgamento dos feitos contemplados nas Metas Nacionais.

Tal iniciativa está vinculada aos Macrodesafios 02 – Combate à corrupção e à improbidade administrativa, 03 – Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, 05 – Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes e 07 – Aprimoramento da gestão da justiça criminal.

Está também relacionada às seguintes metas (resultados disponíveis no Capítulo 4 Planejamento Estratégico):

- **CNJ 1**: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos ou sobrestados.

- CNJ 2: Identificar e julgar até 31/12/2020, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2016 no 1º grau 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais Estaduais.

- CNJ 4: Identificar e julgar até 31/12/2020, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2017, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

- CNJ 6: Identificar e julgar até 31/12/2020, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2018 no 2º grau.

- CNJ 8: Identificar e julgar, até 31/12/2020, 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados ao feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019.

- CNJ 9: Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

- CNJ 12: Identificar e impulsionar, até 31/12/2020, os processos que versem sobre obras públicas paralisadas, especialmente creches e escolas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019.

- **TJMG 5**: Julgar 70% dos processos em até 60 dias - julgamentos monocráticos pelo Relator (desconsiderado o tempo de permanência na PGJ) - 2º Grau.

- **TJMG 6**: Julgar 70% dos processos em até 100 dias - julgamentos colegiados (desconsiderado o tempo de permanência na PGJ) - 2º grau.

- **TJMG 7**: Publicar 100% dos acórdãos no prazo máximo de dez dias após o julgamento dos processos.

- TJMG 8: Alcançar a conversão de processos físicos em eletrônicos para 100% das Comarcas com processos eletrônicos.

- TJMG 11: Julgar em até 100 dias 100% dos processos vinculados em razão de repercussão geral e repetitividade de recursos e feitos após trânsito em julgado do tema.

PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO PORTADOR DE SOFRIMENTO MENTAL – PAI-PJ

O Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental – PAI-PJ é parte integrante do Programa Novos Rumos, estando a frente de diversas propostas inovadoras para fortalecer a dignidade, a cidadania e a reinserção das pessoas que cumprem penas (os semi imputáveis) e os que cumprem medidas de segurança (inimputáveis).

O PAI-PJ acompanhou, em 2020, ano em que completou 20 anos de existência, 1.251 pacientes judiciários.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Ato contínuo ao aprimoramento das medidas de combate à corrupção, o TJMG, de forma pioneira, iniciou a implantação de seu programa de integridade, por meio de um conjunto de ferramentas, políticas e ações que busca a continuidade do estado de conformidade da organização com os padrões éticos e com a legislação vigente.

A consolidação do programa passa pela permanente gestão dos riscos, pelo estabelecimento de um código de conduta e de um canal de denúncias, bem como pelo treinamento e monitoramento contínuos.

A sua estruturação se deu a partir dos parâmetros estabelecidos no artigo 41 da Resolução TJMG nº 880/2018 – normativo que regulamenta a Lei Federal nº 12.846/2013 – resultando na definição de 07 (sete) mecanismos, que são a base de um programa de integridade:

- Comprometimento da Alta Direção;
- Código de Conduta;
- Canal de Comunicação – Fale com o TJMG;
- Gestão Periódica de Riscos;
- Treinamentos Periódicos;
- Comunicação;
- Monitoramento Contínuo.

A seguir estão relacionadas as principais ações realizadas no exercício de 2020.

<u>Evento de lançamento do Programa de Integridade</u>

O evento ocorreu no dia 10 de fevereiro de 2020, na sede da instituição, com o objetivo de apresentar ao público interno e externo os mecanismos e ações que compõem o Programa de Integridade do TJMG.

No mesmo dia foi disponibilizada, no sítio eletrônico institucional, a página dedicada ao Programa, bem como passou a funcionar o canal de comunicação "Fale com TJMG".

<u>Curso EAD sobre o Código de Conduta do TJMG</u>

Curso desenvolvido pelos membros do Comitê de Integridade, conjuntamente com a EJEF, destinado à capacitação de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores do TJMG a respeito das disposições do seu Código de Conduta, além de uma visão geral sobre o Programa de Integridade.

O curso foi disponibilizado, também, aos terceirizados contratados por meio de disponibilização do conteúdo na comunidade virtual da EJEF.

Ao longo do ano de 2020 foram oferecidas três turmas do curso, somando o total de 3.637 participantes.

<u>Política de Integridade das Contratações do TJMG - Portaria nº 4.717/PR/2020</u>

A Política de Integridade das Contratações do TJMG tem por finalidade estabelecer as condutas a serem observadas pelas unidades responsáveis pelos processos licitatórios, contratos, bem como pelos demandantes e contratados, com o propósito de assegurar negociações públicas pautadas na ética, boa-fé, isonomia e moralidade.

<u>Elaboração da Cartilha de Integridade para Licitantes e Contratados</u>

Este documento foi produzido em consonância com o que dispõe a Portaria nº 4.717/PR/2020 - Política de Integridade das Contratações do TJMG - integrando, assim, os mecanismos do Programa de Integridade. Tem por finalidade apresentar recomendações e orientações a serem observadas na participação das licitações e execução dos contratos, enfatizando o respeito à integridade corporativa nas relações negociais. A disponibilização deste documento ao público interno e externo está prevista para março de 2021.

<u>1º Seminário Mineiro de Integridade Pública e criação da Rede Mineira de Integridade</u>

O 1º Seminário Mineiro de Integridade Pública ocorreu nos dias 28 e 29 de setembro de 2020, cuja organização foi conjunta entre o Governo do Estado (representado pela Controladoria-Geral do Estado), a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública de Minas Gerais e o Ministério Público de Minas Gerais, com apoio do Projeto Integridade nos

Estados Brasileiros da Transparência Internacional Brasil.

Durante o evento foi formalmente criada a Rede Mineira de Integridade, cujos partícipes são o Governo do Estado de Minas Gerais, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Contas do Estado e a Defensoria Pública Estadual. A formalização se deu por meio da assinatura de um Protocolo de Intenções, que estabelece os princípios, as diretrizes e os objetivos a serem observados pelos órgãos signatários.

Os partícipes reunir-se-ão semestralmente para tratar de assuntos comuns à rede, tendo como principal objetivo atuar conjuntamente em ações de integridade, prevenção e combate à corrupção, promoção da transparência e da ética pública.

PROGRAMA JUSTIÇA EFICIENTE – PROJEF

Por meio da Portaria Conjunta 1024/PR/2020, foi instituído o Programa Justiça Eficiente – PROJEF como instrumento norteador do aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, para assegurar a razoável duração do processo e os meios que promovam a celeridade de sua tramitação.

O PROJEF, cuja direção está a cargo do Comitê Estratégico de Gestão Institucional, integra as seguintes ações, correspondendo a cada ação pelo menos um projeto:

I - implantação do Processo Judicial Eletrônico Criminal em todas as comarcas do Estado;

II - virtualização de todo o acervo de processos físicos, cíveis e criminais;

III - implantação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs em todas as comarcas do Estado;

IV - mutirão de solução adequada dos conflitos de interesses;

V - mutirão para prolação de sentenças em processos físicos;

VI - mutirão de baixa de processos;

VII - mutirão para realização de sessões do Tribunal do Júri;

VIII - ampliação e aperfeiçoamento do "Projeto Pontualidade";

IX - ampliação e aperfeiçoamento do "Projeto Execução Fiscal Eficiente";

X - cooperação recíproca entre magistrados;

XI - intervenções localizadas para alinhamento da gestão das unidades judiciárias, preferencialmente com a utilização de meios telemáticos;

XII - uniformização da gestão administrativa e da governança judiciária das Primeira e Segunda Instâncias do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG;

XIII - incremento dos serviços notariais e de registro prestados ao cidadão;

XIV - especialização de unidades judiciárias nas Primeira e Segunda Instâncias;

XV - outras medidas que contribuam com a consecução dos macrodesafios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Durante o ano de 2020, foram desenvolvidas diversas ações no sentido de promover a saúde ocupacional, otimizar a segurança no trabalho e favorecer a melhoria da qualidade de vida no trabalho, conforme demonstrado a seguir:

- Ações diferenciadas em relação à pandemia:

- Monitoramento dos casos de COVID-19 no TJMG;

- Elaboração de protocolos e notas técnicas para o desenvolvimento das atividades laborativas no âmbito do TJMG de forma a prevenir a transmissão do novo coronavírus entre os trabalhadores;

- Divulgação de campanhas informativas nos meios de comunicação sobre os cuidados com a saúde bucal , mental e ergonomia.

- Campanha de vacinação contra a gripe – imunização de magistrados, servidores, familiares e colaboradores do TJMG com a aplicação de 3.360 doses da vacina.

- Campanhas “Maio Roxo”, “Setembro Amarelo”, “Outubro Rosa”, “Novembro Azul” e “Dezembro Laranja”.

- Destacam-se também a realização, ao longo do ano, dos exames periódicos de saúde, do acompanhamento psicossocial, da ginástica laboral, da avaliação ergonômica de postos e setores de trabalho, da eliminação de focos do mosquito *Aedes Aegypti* em diversas unidades.

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI

O Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sistema oficial de processamento eletrônico de documentos, processos e expedientes administrativos no âmbito do TJMG, foi instituído pela Portaria Conjunta da Presidência nº 573, de 30/09/2016, e teve sua implantação regulamentada pela Portaria Conjunta da Presidência nº 593, de 01/12/2016.

A iniciativa **22. Programa de Evolução de Demandas do SEI-PED**, integrante do Plano Estratégico do TJMG, reuniu os oito projetos programados para 2020, tendo sido estabelecida como meta a realização de 75% do que foi planejado. Como resultado, apurou-se o cumprimento de 75% da meta estabelecida.

A seguir, o resumo das principais atividades desenvolvidas em 2020:

- Peticionamento Eletrônico para envio de documentos de instituições que manifestem interesse quanto ao **financiamento de Projetos Sociais oriundos de Penas Pecuniárias** na Comarca de Belo Horizonte. Implantação realizada no mês de janeiro, tendo sido gerados 46 processos desde então.

- Peticionamento Eletrônico para solicitação de **informações sobre precatórios** pelos municípios e Estado. Total de 33 processos gerados desde março.

- **Peticionamento Eletrônico intercorrente**, possibilitando ao **arrematante de processos licitatórios** o encaminhamento eletrônico de documentos (março/2020).

- Peticionamento Eletrônico para aprimoramento do fluxo do processo de **admissão de estagiários**, possibilitando que todas as etapas sejam realizadas por meio eletrônico. Desde o início de efetivação do projeto, em dezembro, foram gerados 805 processos.

- Canal Fale com TJMG: plataforma integrada ao SEI que possibilita o recebimento, de forma automática, de manifestações de cidadãos e tramitação das informações entre as áreas do Tribunal. Desde fevereiro, foram geradas 6.672 manifestações por meio da ferramenta.

- **Guia prático para Gestão e Fiscalização de Contratos por meio do SEI**: Instrução de trabalho elaborada para apoiar as atividades do gestor e fiscal de contratos, padronizando e unificando os ritos relacionados. Disponibilizado em março de 2020.

- SEI Processos: apoio para a **tramitação de processos judiciais físicos relativos à medidas urgentes, durante o plantação extraordinário**. Os usuários poderão realizar o envio, por meio do SEI, de petições iniciais e intermediárias, visando à continuidade dos autos físicos ou instauração de novos feitos ainda não migrados para o PJe. Gerados 52.941 processos desde março de 2020.

- SEI Processos: possibilita a **emissão de alvará para levantamento de valores no Banco do Brasil**, por meio de formulário eletrônico, nas comarcas que não possuem o sistema SISCONDJ-DEPOX, permitindo a continuidade da prestação jurisdicional, durante o plantão extraordinário. Foram 19.771 processos iniciados desde abril.

- Ferramenta de Importação HTML de documentos produzidos no sistema de RH para o SEI, otimizando os processos de trabalho, promovendo maior celeridade no atendimento das solicitações.

- Plataforma de consulta de precedentes: ferramenta que impulsiona a gestão e o compartilhamento do conhecimento produzido no SEI, com o objetivo de eliminar a produção de estudos e pareceres dissonantes, em especial os elaborados pelas assessorias jurídicas.

- Formulário digital para pedido de restituição de custas judiciais: plataforma integrada ao SEI que possibilita que a parte solicite a restituição dos valores recolhidos como custas ou taxas judiciárias. 874 processos originados desde junho de 2020.

- Barramento entre TJMG e a ALMG, realizado em junho, permitindo a correspondência de processos eletrônicos entre os dois órgãos.

- SEI Frota: ferramenta de administração dos serviços de transporte da COTRANS, possibilitando a requisição de veículos, além da gestão dos atendimentos, dos motoristas e veículos. Foram geradas 5.920 requisições desde sua implantação, em agosto.

- Novo App SEI: Módulo que oferece as mesmas funcionalidades da versão do SEI para computador, permitindo a utilização do sistema por meio de dispositivo móvel com acesso à internet, de forma ágil e intuitiva. Lançamento em outubro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **João Victor Silveira Rezende**, **Diretor(a)**

Executivo(a), em 11/05/2021, às 17:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Soraya Maria de Oliveira Shinzato**, **Gerente**, em 11/05/2021, às 17:53, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Camarota**, **Assessor(a) Técnico(a)**, em 11/05/2021, às 18:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade informando o código verificador **5378052** e o código CRC **FFE3159B**.

Relatório Atos de Gestão SEI-UA 5378052 MG (5498701) 0003263-71.2021.8.13.0000 / pg. 57

TJMG

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG

Comunicação Interna - CI nº 14596 / 2020 - PRESIDÊNCIA/SUP-ADM/SEPLAG/CECOEX

Belo Horizonte, 29 de julho de 2020.

À SECAUD

Assunto: Diligência de Auditoria nº 25

Senhora Auditora,

Com nossos cordiais cumprimentos, em atendimento à Diligência de Auditoria nº 25, seguem informações relativas às ações orçamentárias com baixa execução observada no primeiro semestre de 2020, considerados os créditos autorizados e a despesa realizada.

Previamente à análise da questão, oportuno enfatizarmos que a SEPLAG, por meio do Processo SEI 0007649-81.2020.8.13.0000, consultou as áreas gestoras de orçamento do FEPJ, instando-as a se pronunciarem sobre a programação de despesas para o restante do ano, tendo sido estabelecido prazo de resposta até o dia 30/06/2020. Nosso intuito foi o de identificar a eventual necessidade de suplementação ou remanejamento de recursos, em função do que havia sido realizado até o momento, bem como subsidiar a análise das perspectivas para o segundo semestre. Trata-se de ação empreendida no sentido de procurar garantir o melhor aproveitamento dos recursos orçamentários disponíveis.

Nesse diapasão, o monitoramento bimestral do cumprimento das metas físicas e orçamentárias, realizado no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan, também se apresenta como importante instrumento de verificação do comportamento da execução das despesas ao longo do exercício, uma vez que compara mensalmente o valor programado e o realizado.

Importante o destaque, inclusive, de que no desempenho consolidado do primeiro semestre, as ações 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas e 4395 – Processamento Judiciário apresentaram nível satisfatório de cumprimento das metas físicas e orçamentárias, atingindo o índice de eficiência também satisfatório, segundo os critérios adotados.

Pois bem.

Referentemente às ações 2091 – Obras e Gestão Predial e 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas, entendemos como pertinente a consulta às áreas responsáveis pela programação e realização de suas despesas, DENGEP e DIRDEP, respectivamente.

Em resposta, as referidas diretorias apresentam, por meio dos eventos 4084671 (DENGEP) e 4093754 (DIRDEP), os motivos que ocasionaram o não atingimento do percentual considerado

ideal para o período (35%).

Na sequência, seguem nossos apontamentos a respeito do desempenho orçamentário das ações 2055 e 4395.

2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores – o pagamento dos auxílios a magistrados e servidores tem sido realizado prioritariamente por meio da Unidade Orçamentária 1031, com utilização de recursos do tesouro, reflexo de política adotada pelo TJMG no sentido de direcionar os recursos do Fundo Especial do Poder Judiciário – FEPJ para a realização de despesas referentes ao custeio (outras despesas correntes), a investimentos e a inversões financeiras. A despesa executada até o momento é relativa ao pagamento de auxílio-funeral.

4395 – Processamento Judiciário – relativamente a esta ação, destacamos três pontos:

- Primeiramente, a pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19) tornou necessária a interrupção ou redução no ritmo de execução de diversas atividades, refletindo, por conseguinte, na realização orçamentária, conforme se pode notar na referenciada consulta feita pelo Processo SEI 0007649-81.2020.8.13.0000, ou no monitoramento periódico realizado pela SEPLAG das metas e iniciativas constantes do nosso Planejamento Estratégico.

- Parte considerável do programado para o ano considerou as receitas provenientes da remuneração de depósitos judiciais, conforme Lei Estadual nº 21.720/2015, montante de R$233.137.937 (duzentos e trinta e três milhões, cento e trinta e sete mil, novecentos e trinta e sete reais), fonte de recursos 60, classificação 7610011101000. No entanto, até o momento não houve qualquer repasse por parte do Poder Executivo, o que reforça a tendência de não realização desses valores. Assim, torna-se sobremaneira prejudicada a execução orçamentária, uma vez que não podem ser alocados esses recursos.

- Alguns itens passaram a ter execução significativa a partir do mês de fevereiro, uma vez que parte das despesas pagas em janeiro são da competência de 2019, inscritas em restos a pagar. Da mesma forma, serão pagas no segundo semestre despesas com competência anterior a julho.

Sendo a nossa manifestação para o momento, permanecemos à disposição para os esclarecimentos porventura necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Camarota**, **Assessor Técnico**, em 29/07/2020, às 13:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Soraya Maria de Oliveira Shinzato**, **Gerente**, em 29/07/2020, às 14:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto da Silva Coutinho**, **Oficial Judiciário**, em 29/07/2020, às 15:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **João Victor Silveira Rezende**, **Diretor Executivo**, em 30/07/2020, às 09:10, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade informando o código verificador **4108381** e o código CRC **B4EC39F1**.

Comunicação Interna - CI nº 2045 / 2021 - PRESIDÊNCIA/SUP-ADM/SEPLAG/CECOEX

SECAUD

Assunto: Diligência de Auditoria Nº 001/2021

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2021.

Senhora Auditora,

Com as saudações de estilo, em atendimento à Diligência de Auditoria nº 1/2021, seguem informações relativas às ações orçamentárias que, no exercício de 2020, apresentaram execução abaixo de 70%, tendo por base o confronto dos créditos autorizados com as despesas realizadas, nível de desempenho considerado crítico, conforme os critérios estabelecidos pelo Manual de Monitoramento do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2020-2023.

Objetivamente em relação à ação 2109 – Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas, entendemos como pertinente a consulta à DIRDEP enquanto área responsável pela programação e realização de suas despesas, adotando padrão moldado para resposta à Diligência de Auditoria Nº 25/2020.

Em resposta, a DIRDEP apresentou, por meio da Comunicação Interna - CI 2215 (evento 4999294), os motivos que impediram o atingimento do percentual considerado satisfatório para o período (70%).

Na sequência, seguem nossas considerações a respeito do desempenho orçamentário das ações 2055 e 4395:

2055 – Auxílios Concedidos a Magistrados e Servidores – o pagamento dos auxílios a magistrados e servidores foi realizado prioritariamente por meio da Unidade Orçamentária 1.03.1- TJMG, com utilização de recursos oriundos do tesouro estadual, vez que a política adotada pelo TJMG buscou direcionar os recursos da Unidade 4.03.1- Fundo Especial do Poder Judiciário/FEPJ para a realização de despesas referentes ao custeio (outras despesas correntes), a investimentos e a inversões financeiras. Esclarecemos, ainda, que a despesa anual executada foi relativa aos pagamentos de auxílios funeral e saúde.

4395 – Processamento Judiciário – relativamente a esta ação, destacamos dois pontos importantes, quais sejam:

- o surgimento da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 (Covid-19) resultou na suspensão ou cancelamento de diversas atividades inicialmente programadas, prejudicando sobremaneira a execução orçamentária. Noutro norte, o acompanhamento das execuções orçamentárias por parte dos gestores do TJMG e a expectativa de correções podem ser verificados em consulta ao Processo SEI 0007649-81.2020.8.13.0000 ou no monitoramento periódico realizado pela SEPLAG das metas e iniciativas constantes do nosso Planejamento Estratégico, e

- que foram fixadas nesta ação, quando da elaboração da peça orçamentária de 2020, as despesas de Fonte Procedência 60.1 a serem custeadas com as receitas provenientes da remuneração de depósitos judiciais conforme dispõe a Lei Estadual Nº 21.270/2015. No entanto, os repasses financeiros do Poder Executivo Estadual previstos para o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais não se

efetivaram, fato este que prejudicou a execução orçamentária no exercício de 2020.

Neste comenos, eis nossa manifestação, permanecendo à disposição para esclarecimentos adicionais porventura necessários.

Cordialmente,

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto da Silva Coutinho**, **Gerente em Exercício**, em 05/02/2021, às 10:56, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Soraya Maria de Oliveira Shinzato**, **Gerente**, em 05/02/2021, às 11:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Camarota**, **Assessor(a) Técnico(a)**, em 05/02/2021, às 11:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **João Victor Silveira Rezende**, **Diretor(a) Executivo(a)**, em 05/02/2021, às 12:53, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade informando o código verificador **4987317** e o código CRC **139A2300**.

Comunicação Interna - CI nº 2215 / 2021 - EJEF/DIRDEP/Apoio Técnico da DIRDEP

Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2021.

Destinatários: CECOEX e SEPLAG

Assunto: Diligência de Auditoria 1/2021 - ação orçamentária 2109

Senhores Assessor e Gerente,

Em resposta ao Despacho juntado ao evento nº 4930680, cumpre-nos informar, com relação à execução orçamentária na ação 2109 - Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas, o que se segue:

1) Os resultados do ano de 2020 da ação orçamentária em comento, conforme monitoramento realizado junto ao Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento - SIGPLAN, foram:

Monitoramento	Programação do ano	Execução no ano	% Exec.	Meta anual (%)
Orçamentário	R$ 5.111.698,00	R$ 1.314.343,43	**25,71%**	70%
Físico	65.000 certificados	47.623 certificados	**73,27%**	70%

2) Verifica-se que houve cumprimento da meta física estabelecida para o ano, que, todavia, não foi replicado com relação à meta orçamentária.

3) Conforme já informado anteriormente por esta Diretoria da Escola Judicial, seja no próprio SIGPLAN, em relatório de atos de gestão apresentado (evento 4976471 do processo SEI 0141209-22.2020.8.13.0000), bem como em resposta a questionamento anterior da CEAUD (evento 4093754 do processo SEI 0074624-85.2020.8.13.0000), a baixa execução orçamentária apresentada na ação 2109, completamente destoante do desempenho apresentado nos anos anteriores, foi ocasionada pela **suspensão das atividades educacionais presenciais desde março/2020, em ocasião das medidas de enfrentamento da pandemia de COVID-19**, as quais envolveram a necessidade de imposição do isolamento social e a proibição de agrupamento de pessoas em recintos fechados, tais como as salas de aula.

4) Cabe ressaltar que, nos últimos anos, as despesas da DIRDEP/EJEF exclusivas com as ações educacionais na modalidade presencial têm respondido por mais de 80% do orçamento da ação 2109, correspondentes ao custeio de diárias de participantes e de colaboradores eventuais (itens 14.1 e

36.4), de empresas responsáveis pela logística dos eventos educacionais (item 39.55), pelo fornecimento de lanches (item 39.3) e pelo agenciamento de hospedagens (item 39.50).

5) Sendo assim, do original planejado para 2020 na ação em comento (R$ 5.111.698,00), 83% (R$ 4.236.988,00) haviam sido programados para as despesas exclusivas com atividades presenciais.

6) Entretanto, com a pandemia, todas as atividades educacionais realizadas na sede da Escola ou nos prédios do Tribunal foram suspensas a partir de março/2020, em razão da Portaria da 2ª Vice-Presidência nº 125/2020, bem como da Portaria Conjunta da Presidência nº 952/2020 e normativos posteriores acerca das medidas de enfrentamento à pandemia adotadas no TJMG.

7) Sendo assim, em um primeiro momento, considerando os cenários que iam se desenhando com relação à evolução da pandemia, as áreas de formação da DRIDEP/EJEF elaboraram novas programações, tendo em vista a adaptação de algumas ações educacionais à modalidade a distância, bem como o adiamento de ações presenciais para o final do ano, quando, na época, havia previsão de melhora na situação pandêmica com o retorno das atividades presenciais. Esses exercícios de replanejamento culminaram na reprogramação orçamentária encaminhada em agosto/2020, à SEPLAG, no âmbito do Processo SEI 0007649-81.2020.8.13.0000 (evento 4154312), definindo novo valor total de R$ 1.874.796,83 para as despesas com ações educacionais no ano de 2020.

8) Ressalte-se que o valor reprogramado tinha como base um cenário de retorno de ações presenciais até o final do ano, com destaque para a previsão de realização de um Encontro de Capacitação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - ENCOR presencial, o que, todavia, não ocorreu. Entretanto, considerando o valor reprogramado e a execução constante do SIGPLAN, os resultados orçamentários de 2020 seriam de:

Reprogramação (06/08/2020) - ação 2109	Execução SIGPLAN	% Exec.
R$ 1.874.796,83	R$ 1.314.343,43	**70,10%**

9) Essa execução com relação ao valor reprogramado, bem como a execução física alcançada pela EJEF no ano de 2020, foram frutos dos esforços desta Diretoria e de suas áreas subordinadas na adaptação ao novo paradigma imposto pela pandemia, com a reformulação de ações presenciais originalmente previstas, para a sua realização a distância, bem como com a elaboração de novas soluções educacionais mais adequadas às medidas de isolamento social.

10) Com isso, o foco orçamentário nas despesas exclusivas de atividades presenciais foi substituído, na medida do possível, pelo foco nas contratações de docentes externos, treinamentos externos e de cursos *in company* a distância. Nesse sentido, as despesas com diárias, lanches, eventos e hospedagem responderam por 54% da execução (contando, em especial, as despesas referentes a ações realizadas até março/2020), enquanto que as despesas com contratações de docentes e cursos (itens 36.19, 39.24 e 39.53) passaram a responder por 26% da execução apresentada.

11) Cabe ressaltar que as ações educacionais a distância, por sua própria natureza, apresentam custeio muito menor em relação às ações educacionais presenciais, considerando tanto a quantidade de despesas necessárias, quanto o seu montante.

São estas, portanto, as informações que entendemos necessárias à demanda apresentada, mantendo-nos à disposição para esclarecimentos que ainda se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Thiago Kamon Macedo Monteiro de Castro Hyodo
Assessoria Técnico-Jurídica para o Desenvolvimento de Pessoa - Escritório de Projetos
ASDEP-Projetos / DIRDEP

Thelma Regina Cardoso
Diretora Executiva de Desenvolvimento de Pessoas
DIRDEP / EJEF

Documento assinado eletronicamente por **Thiago Kamon Macedo Monteiro de Castro Hyodo**, **Assessor(a) Técnico(a)**, em 03/02/2021, às 17:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Thelma Regina Cardoso**, **Diretor(a) Executivo(a)**, em 03/02/2021, às 18:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade informando o código verificador **4999294** e o código CRC **3957CB29**.

MANIFESTAÇÃO

À SEPLAG

Senhor Secretário,

Vimos por meio desta apresentar as informações solicitadas para compor a resposta à Secretaria de Controle Interno e Auditoria / SECAUD na Diligência de Auditoria 25, relacionadas ao baixo percentual de execução orçamentária de despesa do período de janeiro à junho de 2020 para a ação 2091, de responsabilidade da DENGEP. Sabemos que o crédito autorizado na LOA/2020 para a ação 2091 foi de R$ 390.962.330,00, distribuído em 03 planos : Plano de Obras (incluí o valor previsto de inversão financeira), Plano de Equipamentos e Plano de Custeio, conforme tabela abaixo:

	Valor Aprovado LOA/2020
Plano de Obras	R$ 247.610.179,00
Inversão Financeira	R$ 46.243.053,00
Plano de Equip.	R$ 3.525.479,00
Plano de Custeio	R$ 93.583.619,00
TOTAL	**R$ 390.962.330,00**

Podemos destacar 04 principais pontos que justificam os baixos índices indicados no SIGPLAN:

1- Alteração da metodologia de pagamento das medições de obras/serviços feitas na transição do exercício financeiro.

No final do ano de 2019, por meio do processo SEI 0114851-54.2019.8.13.0000, foi proposta pelo Diretor da DENGEP, Dr. Marcelo Junqueira Santos e aceita pela Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária – DIRFIN, a exclusão das cláusulas contratuais que determinavam o processamento de medição parcial no último dia do ano e outra medição complementar, referente ao restante do período, sendo que essa última deveria ser liquidada com recursos de 2020.

A alteração contratual consiste em estabelecer apenas uma medição no período que inicia em dezembro e termina em janeiro, eliminando a medição do dia 31 de dezembro estabelecida em contrato. Desta forma, a medição foi totalmente liquidada com orçamento de 2019. De maneira geral, a alteração ocorreu nos contratos relativos a execução de obras, o que gerou um impacto na execução orçamentária de 2020, de modo que para o período de Janeiro a Junho foram processadas 05 medições.

Para este ano o processamento das medições ocorrerá da mesma maneira, sendo assim prevê que serão geradas 12 medições para execução no orçamento de 2020.

2- Obras rescindidas

Durante o 1º semestre de 2020, tivemos 14 obra paralisadas que geraram impacto referente a execução orçamentária proposta para o período.

	Comarca	**Valor LOA/2020**
1	Campos Altos	R$ 1.105.157,97
2	Carmo do Rio Claro	R$ 1.629.462,41
3	Conceição da Alagoas	R$ -
4	Ituiutaba	R$ 11.525.537,04
5	Machado	R$ 5.627.058,37
6	Martinho Campos	R$ 978.178,20
7	Pedro Leopoldo	R$ 1.700.755,23
8	Itaúna	R$ 2.978.401,94
9	Pará de Minas	R$ 4.009.805,40
10	Três Corações	R$ 4.541.890,15
11	Diamantina	R$ 1.534.694,23
12	Itajubá	R$ 4.195.761,55
13	Guaranésia	R$ -
14	Ouro Preto	R$ 4.304.066,91
	Total	R$ 44.130.769,40
	15,02 % DO VALOR TOTAL LOA/2020 PARA O PLANO DE OBRAS	

3- Valor pago x Valor executado

Conforme indicado no Relatório Gerencial de Execução Contratual LOA 2020 4068632, emitido no dia 21/07/2020, foi apurado uma execução contratual para o período de Janeiro a Junho de R$ **R$ 108.283.804**, que representa 27,70% do valor aprovado na LOA.

A diferença do valor apurado pela DENGEP (R$ 108.283.804) para o valor indicado no SIGPLAN (R$ 93.494.948,03) acontece em razão do prazo necessário para o processamento da medição, emissão de nota fiscal e seu efetivo pagamento.

4- Impacto do COVID- 19

Diante da declaração emitida pela Organização Mundial da Saúde, da pandemia relacionada ao Coronavírus, diversas medidas foram adotadas pelas autoridades competentes, em especial houve a suspensão do expediente administrativo e judicial a partir do dia 19 de março de 2020, nos termos da Portaria Conjunta n.º 951/PR/2020. Diante disso, devido a baixa ocupação dos prédios utilizados pelo Tribunal de Justiça, houve redução dos custos que envolvem a ocupação e manutenção dos prédios.

4.1 Houve também diminuição do número de chamados por parte das comarcas para possíveis manutenções;

Contratos de Manutenção Predial (07 regiões)	
Valor Aprovado da LOA/2020	R$ 17.500.000,00
1º semestre (6/12 da LOA/2020)	R$ 8.750.000,00
Executado no período de Jan a jun	R$ 2.817.947,45
Percentual de redução	67,79%

4.2 Custos relacionados ao consumo de energia elétrica, água e telefonia.

Objeto Contratado / Comarca	**VALOR APROVADO NA LOA/2020**		**DEA**	**JANEIRO**	**FEVEREIRO**	**MARÇO**	**ABRIL**	**MAIO**	**JUNHO**	**JULHO**	**AGOSTO**	**SETEMBRO**	**OUTUBRO**	**NOVEMBRO**	**DEZEMBRO**	**TOTAL 2020**	**PERCENTUAL EXECUTADO EM RELAÇÃO AO PREVISTO NO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO**
Custo com Energia Elétrica de Baixa Tensão	R$ 9.622.800,00	PREVISTO		R$ 801.900,00	R$ 801.900,00	R$ 801.900,00	R$ 801.900,00	R$ 801.900,00	R$ 801.900,00	R$ 801.900,00	R$ 801.900,00	R$ 801.900,00	R$ 801.900,00	R$ 801.900,00	R$ 801.900,00	R$ 9.622.800,00	77,30%
		EXECUTADO	R$ 54.661,84	R$ 737.492,38	R$ 902.217,27	R$ 757.432,06	R$ 530.812,98	R$ 382.318,03	R$ 354.252,03	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ 3.719.186,59	
Custo de Energia Elétrica em Média Tensão	R$ 20.266.653,00	PREVISTO		R$ 1.607.400,00	R$ 1.607.400,00	R$ 1.633.873,27	R$ 1.633.873,27	R$ 1.633.873,27	R$ 1.633.873,27	R$ 1.633.873,27	R$ 1.765.631,48	R$ 1.765.631,48	R$ 1.783.741,23	R$ 1.783.741,23	R$ 1.783.741,23	R$ 20.266.653,00	75,40%
		EXECUTADO	R$ 5.319,13	R$ 1.404.234,41	R$ 1.194.999,62	R$ 1.453.316,27	R$ 1.328.141,67	R$ 989.948,48	R$ 975.954,69							R$ 7.351.914,27	

Custo com Telefonia	R$ 2.635.451,00	PREVISTO		R$ 235.120,92	R$ 235.120,92	R$ 227.120,92	R$ 217.120,92	R$ 215.120,92	R$ 215.120,92	R$ 215.120,92	R$ 215.120,92	R$ 215.120,92	R$ 215.120,92	R$ 215.120,92	R$ 215.120,92	R$ 2.635.451,00	38,12%
		EXECUTADO	R$ 7.116,31	R$ 95.791,71	R$ 96.663,46	R$ 91.483,11	R$ 77.037,01	R$ 76.009,38	R$ 68.447,26							R$ 512.548,24	
Custo de Àgua e Esgoto	R$ 5.950.400,00	PREVISTO		R$ 495.866,67	R$ 495.866,67	R$ 495.866,67	R$ 495.866,67	R$ 495.866,67	R$ 495.866,67	R$ 495.866,67	R$ 495.866,67	R$ 495.866,67	R$ 495.866,67	R$ 495.866,67	R$ 495.866,67	R$ 5.950.400,00	70,76%
		EXECUTADO	R$ 1.388,77	R$ 375.331,10	R$ 426.263,28	R$ 356.748,73	R$ 390.591,17	R$ 298.550,18	R$ 256.290,60							R$ 2.105.163,83	

**Informamos que a redução dos valores executados em relação ao previsto no caso de serviços de telefonia, além do aspecto de redução das ligações devido relacionada ao número de servidores e funcionários presenciais nas edificações do TJMG, ressaltamos que a previsão aprovada na LOA/2020 visava uma estimativa de custos dos futuros Contratos de telefonia fixa local e de longa distância nacional na qual foram formalizados no segundo semestre de 2019 por meio de licitação (Contratos n° 181/2019, n° 182/2019 e n° 345/2019) que resultaram em preços unitários abaixo do esperado, ou seja, os valores contratuais tiveram uma redução significativa em relação aos contratos vencidos na qual foram substituídos.

Sendo o que nos cabe para o momento.

Colocamo-nos à disposição para outros esclarecimento que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Sergio Luiz Alves**, **Assessor Técnico**, em 27/07/2020, às 20:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Junqueira Santos**, **Diretor Executivo**, em 29/07/2020, às 11:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade informando o código verificador **4084671** e o código CRC **93D8D0AE**.

MANIFESTAÇÃO

À CECOV:

Senhora Gerente,

Em resposta à CI de V.Sa., juntada ao evento nº 4071354, cumpre-nos informar o que se segue:

Ação orçamentária 2109:

1) Com efeito, para o ano de 2020 foi programado e aprovado o valor total de R$ 5.111.698,00 para a ação orçamentária 2109 (Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Contínuo de Pessoas), gerida pela DIRDEP / EJEF e utilizada para o custeio de ações educacionais e demais atividades voltadas à área de formação desta Escola Judicial. Todavia, ao fim do 1º semestre do presente ano, a execução da referida ação orçamentária não passou de R$ 861.000,55, equivalente a 16,84% do valor orçado;

2) Preliminarmente, cabe ressaltar que a maior parte dos valores orçados na mencionada ação destina-se às ações educacionais na modalidade presencial, em especial, para o custeio das diárias dos participantes convocados para tais capacitações, no sentido de abranger a grande extensão territorial do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, para o elemento-item 14.1 ("Diárias-Civil"), considerando as ações educacionais presenciais inicialmente previstas para o ano e a média de execução dos dois últimos anos, foi programado o valor de R$ 3.290.000,00, equivalente a 64% do valor total orçado, próxima, portanto, da média histórica de 74% de execução orçamentária no item considerado;

3) Ocorre que, em razão da "Declaração de Emergência em Saúde Pública de importância Nacional em decorrência da Infeccção Humana pelo novo Coronavírus" (ESPIN/2019-nCoV), foi estabelecido regime de plantão extraordinário no âmbito do Poder Judiciário de Minas Gerais (Portaria Conjunta da Presidência nº 952, de 23 de março de 2020), sendo que o Tribunal contava com medidas preventivas já definidas em normativos anteriores, a começar da Portaria Conjunta nº 945, de 12 de março de 2020), a qual, por sua vez, embasou o adiamento ou a suspensão de ações educacionais e demais atividades presenciais da EJEF no decorrer do regime estabelecido (Portaria da 2ª Vice-Presidência nº 125, de 13 de março de 2020);

4) Sendo assim, todas as atividades educacionais presenciais com realização prevista a partir do dia 16 de março do presente ano foram adiadas, suspensas ou alteradas para a modalidade a distância, incluindo ações educacionais de maior porte, que envolvem volumoso custeio relacionado a diárias, tais como a 2ª Turma do 13º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos - CFI, para o qual não puderam ser realizadas as práticas jurisdicionais supervisionadas, realizadas pelos novos

juízes nas diversas comarcas do interior do Estado, sob a supervisão de juízes orientadores locais. As atividades restantes do curso foram alteradas para a modalidade a distância, permitindo a finalização da ação educacional em 26 de junho, porém, reduzindo drasticamente o seu impacto orçamentário. A mesma coisa ocorreu com outros cursos de grande impacto orçamentário (em razão do custeio de diárias), como:

- as diversas **turmas previstas para o Curso de Mediação Judicial**, com extensa carga horária na modalidade presencial, cujo plano foi alterado para a modalidade a distância durante o período de pandemia, pelo Conselho Nacional de Justiça; e
- as **turmas previstas dos Cursos de Aperfeiçoamento Jurídico e Gerencial para Magistrados - CJUR**, em especial os módulos dos grandes Encontros de Capacitação: a) da Corregedoria-Geral de Justiça - **ENCOR** (adiado); e b) dos Juízes de Direito Coordenadores de **CEJUSC**, entre outros módulos, alterados para a modalidade a distância, a qual reduz significativamente o impacto orçamentário de tais ações, por não envolver o custeio de diárias da grande quantidade de magistrados que participa de tais cursos.

5) Da mesma forma, foi adiada a realização do Curso de pós-graduação (Especialização) em "Design de Sistemas Aplicado à Resolução de Conflitos e Gestão Processual", contratado junto à UFMG/IPEAD (Ct. nº 288/2019 - 2868311) e originalmente previsto para realização a partir de março do presente ano. Em ultima reunião realizada e, considerando o cronograma de retorno das aulas daquela instituição de ensino, o início do curso será adiado para o próximo ano;

6) Com a suspensão, adiamento ou alteração para o ensino a distância das ações presenciais previstas para o ano considerado, em especial as com realização prevista nas comarcas do interior do estado, há considerável impacto não só nos valores orçamentários previstos para o elemento-item de diárias, mas também para os referentes à: a) operacionalização de eventos externos ao Tribunal (39.55); b) fornecimento de alimentação para os participantes de cursos (39.3); c) custeio de despesas de hospedagem de docentes convidados (39.50) e de diárias a colaboradores eventuais (36.4). Tais elementos, em conjunto, respondem por 83% do valor total orçado para o ano;

7) Cabe ressaltar que, considerando o informado, bem como a então previsão de retorno presencial do Tribunal, esta Escola Judicial apresentou reprogramação orçamentária, juntada no processo SEI nº 0007649-81.2020.8.13.0000 (evento 3964222), com redução de 27% no valor originalmente orçado. Ademais, a DIRDEP está realizando novos estudos, considerando novas diretrizes e previsões de retorno, para a apresentação de nova reprogramação, com previsão de redução ainda maior.

Ação orçamentária 4395 (elementos-item geridos pela DIRDEP):

Com relação aos elementos-item geridos pela DIRDEP na ação orçamentária 4395, referentes, principalmente, ao custeio da operacionalização de concursos e da administração dos estagiários do Tribunal, cumpre informar que a programação original previa a realização de concursos que não serão iniciados neste ano. Além disso, o regime extraordinário em razão da pandemia de COVID-19 também levou à suspensão/adiamento das atividades presenciais dos concursos em andamento. Sendo assim, a DIRDEP/EJEF, no processo e eventos SEI já referidos, também realizou a reprogramação orçamentária de tal ação, com diminuição de 19% do valor originalmente orçado.

Sendo estas as considerações cabíveis que ora submetemos à consideração de V.Sa., para as devidas providências, mantemo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos que ainda se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Thiago Kamon Macedo Monteiro de Castro Hyodo
Assessoria Técnico-Jurídica para o Desenvolvimento de Pessoas - Escritório de Projetos

Thelma Regina Cardoso
Diretora Executiva de Desenvolvimento de Pessoas
Escola Judicial Desembargador

Documento assinado eletronicamente por **Thelma Regina Cardoso**, **Diretor Executivo**, em 27/07/2020, às 15:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Thiago Kamon Macedo Monteiro de Castro Hyodo**, **Assessor**, em 27/07/2020, às 15:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade informando o código verificador **4093754** e o código CRC **29B69D1B**.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Avenida Afonso Pena , Nº 4001 - Bairro Serra - CEP 30130-008 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 12

Ofício nº 41752 / 2020 - PRESIDÊNCIA/SUP-ADM

Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2020.

Prezado(a) Magistrado(a),

Prezado(a) Gestor(a),

Assunto: Solicitação de informações para elaboração da Prestação de Contas – Relatório de Atos de Gestão de 2020.

Para a elaboração do Relatório de Atos de Gestão, constante da Prestação de Contas deste TJMG, referente ao exercício de 2020, solicito-lhe informações sobre os projetos e ações desenvolvidos, neste período, na área sob sua responsabilidade.

As respostas devem ser encaminhadas, de forma sucinta, impreterivelmente, até o dia **29 DE JANEIRO DE 2021**, por meio deste processo SEI.

Sugere-se que sejam apresentadas à luz dos seguintes tópicos:

- Ação ou Projeto desenvolvido;
- Público atendido;
- Resultados alcançados.

Em caso de dúvidas, fineza entrar em contato com a Secretaria de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional – SEPLAG, pelo e-mail asplag@tjmg.jus.br ou telefones (31) 3079-9802 e (31) 3079-9804.

Finalmente, informo que o acompanhamento do envio das informações e a consolidação do relatório também são de responsabilidade da SEPLAG.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho**, **Superintendente Administrativo Adjunto**, em 10/12/2020, às 17:34,

eletrônica conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade informando o código verificador **4779225** e o código CRC **F4012D84**.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 10

RELATÓRIO Nº 5154849 / 2021 - PRESIDÊNCIA/SUP-ADM/DIRFIN/GECON

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS				
FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO - FEPJ				
EXERCÍCIO: 2020				
ANEXO V - Item III - e)				
Art. 5º, Inciso IV, Decisão Normativa Nº 001/2021 - TCEMG				
INSTRUMENTO NORMATIVO	DATA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	VALOR SUPLEMENTADO	VALOR ANULADO
Lei -23.593 de 09/03/2020. Decreto NE Nº112,DE 11 DE MARÇO DE 2020 REGISTRADO NO SIAFI SOB O Nº21. (doc.2253)	11/03/2020	4031.02061706-2.091-0001-4590-0-77.1	46.243.053,00	
Lei -23.593 de 09/03/2020. Decreto NE Nº112,DE 11 DE MARÇO DE 2020 REGISTRADO NO SIAFI SOB O Nº21. (doc.2254)	11/03/2020	4031.02061706-2.091-0001-4490-0-77.1	0,00	46.243.053,00
		TOTAL	R$ 46.243.053,00	
FONTE: SIAFI/MG				

Contadora: Roxana Emília Nazaré Pereira de Carvalho - CRCMG 072.052/O

Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Antônio Codo Santos**, **Diretor(a) Executivo(a)**, em 20/05/2021, às 14:09, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Roxana Emilia Nazare Pereira de Carvalho**, **Gerente**, em 20/05/2021, às 14:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Gilson Soares Lemes**, **Presidente**, em 20/05/2021, às 14:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade informando o código verificador **5154849** e o código CRC **301F6DA0**.

RELATÓRIO Nº 5156419 / 2021 - PRESIDÊNCIA/SUP-ADM/DIRFIN/GECON

ANEXO V - ITEM III. f)

Art. 5º, Inciso IV, Decisão Normativa Nº 001/2021 - TCEMG

ÓRGÃO: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO

EXERCÍCIO: 2020

COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DO TOTAL DA DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Unidade Orçamentária - Código	Unidade Executora - Código	Funcional Programática - Formatado	Projeto_Atividade - Descrição	Natureza Item Despesa - Código Form	Fonte Recurso - Código	Procedência - Código	Valor Despesa Realizada 2018	Valor Despesa Realizada 2019	Evolução 2018 X2019	Valor Despesa Realizada 2020	Evolução 2019 X2020
4031	1030002	02.061.706.1091.0001	CELERIDADE NA PRESTACAO JURISDICIONAL	3.3.90.92.02	77	1	4.177,92	32.528,89	679%	-	-100%
4031	1030002	02.061.706.2025.0001	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	3.3.90.92.02	77	1	64.813,11	215.645,62	233%	33.399,45	-85%
4031	1030002			4.4.90.92.02	77	1	175.241,97	-	-100%	-	
4031	1030002	02.061.706.2050.0001	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	3.3.90.92.02	77	1	917.490,67	272.760,78	-70%	-	-100%
4031	1030002			3.3.91.92.02	77	1	241,07	312,36	30%	-	-100%
4031	1030002	02.061.706.2091.0001	OBRAS E GESTAO PREDIAL	3.3.90.92.02	77	1	104.316,73	160.749,57	54%	194.130,67	21%
4031	1030002			4.4.90.92.02	77	1	11.250,00	635.473,41	5549%	887.254,11	40%
4031	1030002	02.061.706.4395.0001	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	3.3.90.92.02	70	1	193,14	-	-100%	50.123,63	
4031	1030002			3.3.90.92.02	60	2	-	948,75		-	-100%
4031	1030002			3.3.90.92.02	77	1	133.767,78	665,83	-100%	263.694,00	39504%
4031	1030002			3.3.91.92.02	77	1	-	-		547,13	
4031	1030002	02.128.706.2109.0001	FORMACAO, APERFEICOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTINUO DE PESSOAS	3.3.90.92.02	77	1	211.219,20	46.292,56	-78%	72.985,92	58%
						TOTAIS	1.622.711,59	1.365.377,77	-16%	1.502.134,91	10%

Fonte: BO Armazém SIAFI/MG

Nota: A execução das despesas de exercícios anteriores no ano 2020 apresentou aumento de 10% em comparação 2019. As informações quanto a variação desta despesa podem verificadas juntos aos gestores contratuais e Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG.

Contadora: Roxana Emília Nazaré Pereira de Carvalho - CRCMG 072.052/O

Documento assinado eletronicamente por **Roxana Emilia Nazare Pereira de Carvalho**, **Gerente**, em 20/05/2021, às 14:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Antônio Codo Santos**, **Diretor(a) Executivo(a)**, em 20/05/2021, às 14:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Gilson Soares Lemes**, **Presidente**, em 20/05/2021, às 14:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade informando o código verificador **5156419** e o código CRC **8D01BE2B**.

Tribunal de Justiça do Estado Minas Gerais

SISORÇA

Data/Hora da Geração:
05/05/2021 16:50

Relatório DEA 2019 -

Consolidado - Ref: 04/05/2021

Ano: 2019 **Grupo: 1;3;4** **Elemento: 92**

Item: 1;2;3

Especificação	Ação	Classificação	Emp. Siafi	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS												
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			R$ 869.262.150,14	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 472.733,48	R$ 3.799.830,16	R$ 42.795.705,07	R$ 19.160.540,40	R$ 16.525.953,19	R$ 22.382.365,44	R$ 19.711.957,07
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	2453	3.1.90.92.01	R$ 193.798.014,13	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 444.198,14	R$ 3.381.624,49
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	7006	3.1.90.92.01	R$ 504.847.784,98	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 42.332.773,30	R$ 16.496.851,70	R$ 16.091.073,75	R$ 19.719.210,72	R$ 15.917.472,80
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	2456	3.1.90.92.01	R$ 158.476.545,27	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	7006	3.1.91.92.03	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	2453	3.1.91.92.03	R$ 16.718,96	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 881,26	R$ 670,44	R$ 15.167,26	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	2456	3.1.91.92.03	R$ 12.123.086,80	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 471.852,22	R$ 3.799.159,72	R$ 447.764,51	R$ 2.663.688,70	R$ 434.879,44	R$ 2.218.956,58	R$ 412.859,78
Total PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			**R$ 869.262.150,14**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 472.733,48**	**R$ 3.799.830,16**	**R$ 42.795.705,07**	**R$ 19.160.540,40**	**R$ 16.525.953,19**	**R$ 22.382.365,44**	**R$ 19.711.957,07**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES												
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			R$ 729.904,37	R$ 75.367,56	R$ 425.970,05	R$ 93.334,00	R$ 8.639,83	R$ 46.643,71	R$ 2.691,56	R$ 5.340,13	R$ 32.421,49	R$ 4.359,10
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2025	3.3.90.92.02	R$ 215.645,62	R$ 47.530,38	R$ 134.031,47	R$ 270,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 31.915,11	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	4395	3.3.90.92.02	R$ 1.614,58	R$ 0,00	R$ 1.614,58	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2109	3.3.90.92.02	R$ 46.292,56	R$ 0,00	R$ 29.226,24	R$ 15.226,36	R$ 1.839,96	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2091	3.3.90.92.02	R$ 160.749,57	R$ 22.766,33	R$ 81.691,84	R$ 298,14	R$ 1.164,79	R$ 13.745,06	R$ 1.030,46	R$ 3.631,57	R$ 14,56	R$ 4.359,10
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2050	3.3.90.92.02	R$ 272.760,79	R$ 4.758,49	R$ 163.611,92	R$ 60.804,61	R$ 5.635,08	R$ 32.898,65	R$ 1.661,10	R$ 1.708,56	R$ 491,82	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	1091	3.3.90.92.02	R$ 32.528,89	R$ 0,00	R$ 15.794,00	R$ 16.734,89	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2050	3.3.91.92.02	R$ 312,36	R$ 312,36	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Especificação	Ação	Classificação	Emp. Siafi	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	4395	3.3.91.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Total OUTRAS DESPESAS CORRENTES			**R$ 729.904,37**	**R$ 75.367,56**	**R$ 425.970,05**	**R$ 93.334,00**	**R$ 8.639,83**	**R$ 46.643,71**	**R$ 2.691,56**	**R$ 5.340,13**	**R$ 32.421,49**	**R$ 4.359,10**
INVESTIMENTOS												
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			R$ 635.473,41	R$ 343.357,57	R$ 189.813,07	R$ 2.635,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2091	4.4.90.92.02	R$ 635.473,41	R$ 343.357,57	R$ 189.813,07	R$ 2.635,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Total INVESTIMENTOS			**R$ 635.473,41**	**R$ 343.357,57**	**R$ 189.813,07**	**R$ 2.635,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
Total Geral			**R$ 870.627.527,92**	**R$ 418.725,13**	**R$ 615.783,12**	**R$ 568.702,48**	**R$ 3.808.469,99**	**R$ 42.842.348,78**	**R$ 19.163.231,96**	**R$ 16.531.293,32**	**R$ 22.414.786,93**	**R$ 19.716.316,17**

Relatório 2019 - Consolidado (5458483)   SEI 0054553-28.2021.8.13.0000 / pg. 2

Tribunal de Justiça do Estado Minas Gerais

SISORÇA

Data/Hora da Geração:
05/05/2021 16:50

Consolidado

Ano: 2019 **Grupo: 1;3;4** **Elemento: 92**

Item: 1;2;3

Especificação	Ação	Classificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Prov. em Aberto	Despesa Realizada Restos a Pagar	Desp. Real. Total	Saldo Liberado	Saldo Final	% Exec.
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS											
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			R$ 90.597.169,43	R$ 27.478.289,19	R$ 626.337.606,72	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 869.262.150,14	R$ 583.696.195,00	-R$ 285.565.955,14	148.92%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	2453	3.1.90.92.01	R$ 23.021.064,77	R$ 3.238.745,08	R$ 163.712.381,65	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 193.798.014,13	R$ 102.024.000,00	-R$ 91.774.014,13	189.95%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	7006	3.1.90.92.01	R$ 67.177.333,86	R$ 16.975.830,26	R$ 310.137.238,59	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 504.847.784,98	R$ 454.872.195,00	-R$ 49.975.589,98	110.99%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	2456	3.1.90.92.01	R$ 0,00	R$ 6.146.152,97	R$ 152.330.392,30	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 158.476.545,27	R$ 26.800.000,00	-R$ 131.676.545,27	591.33%
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	7006	3.1.91.92.03	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	-
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	2453	3.1.91.92.03	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 16.718,96	R$ 0,00	-R$ 16.718,96	-
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	2456	3.1.91.92.03	R$ 398.770,80	R$ 1.117.560,88	R$ 157.594,18	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 12.123.086,80	R$ 0,00	-R$ 12.123.086,80	-
Total PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			**R$ 90.597.169,43**	**R$ 27.478.289,19**	**R$ 626.337.606,72**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 869.262.150,14**	**R$ 583.696.195,00**	**-R$ 285.565.955,14**	**148.92%**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES											
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			R$ 33.482,56	R$ 1.654,38	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 729.904,37	R$ 100.000,00	-R$ 629.904,37	729.90%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2025	3.3.90.92.02	R$ 1.898,66	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215.645,62	R$ 0,00	-R$ 215.645,62	-
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	4395	3.3.90.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.614,58	R$ 0,00	-R$ 1.614,58	-
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2109	3.3.90.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 46.292,56	R$ 0,00	-R$ 46.292,56	-
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2091	3.3.90.92.02	R$ 32.047,72	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 160.749,57	R$ 0,00	-R$ 160.749,57	-
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2050	3.3.90.92.02	-R$ 463,82	R$ 1.654,38	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 272.760,79	R$ 50.000,00	-R$ 222.760,79	545.52%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	1091	3.3.90.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 32.528,89	R$ 0,00	-R$ 32.528,89	-
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2050	3.3.91.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 312,36	R$ 50.000,00	R$ 49.687,64	0.62%

Relatório DEA 2019 - Consolidado (5458483) SEI 0054538-28.2021.8.13.0000 / pg. 3

Especificação	Ação	Classificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Prov. em Aberto	Despesa Realizada Restos a Pagar	Desp. Real. Total	Saldo Liberado	Saldo Final	% Exec.
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	4395	3.3.91.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	-
Total OUTRAS DESPESAS CORRENTES			**R$ 33.482,56**	**R$ 1.654,38**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 729.904,37**	**R$ 100.000,00**	**-R$ 629.904,37**	**729.90%**
INVESTIMENTOS											
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			R$ 0,00	R$ 99.667,77	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 635.473,41	R$ 0,00	-R$ 635.473,41	-
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2091	4.4.90.92.02	R$ 0,00	R$ 99.667,77	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 635.473,41	R$ 0,00	-R$ 635.473,41	-
Total INVESTIMENTOS			**R$ 0,00**	**R$ 99.667,77**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 635.473,41**	**R$ 0,00**	**-R$ 635.473,41**	**-**
Total Geral			**R$ 90.630.651,99**	**R$ 27.579.611,34**	**R$ 626.337.606,72**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 870.627.527,92**	**R$ 583.796.195,00**	**-R$ 286.831.332,92**	**149.13%**

Especificação	Ação	Classificação	Inscrito Restos Pagar	Cancelamento Restos Siafi
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	2453	3.1.90.92.01	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	7006	3.1.90.92.01	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	2456	3.1.90.92.01	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	7006	3.1.91.92.03	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	2453	3.1.91.92.03	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	2456	3.1.91.92.03	R$ 0,00	R$ 0,00
Total PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2025	3.3.90.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	4395	3.3.90.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2109	3.3.90.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2091	3.3.90.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2050	3.3.90.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	1091	3.3.90.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2050	3.3.91.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	4395	3.3.91.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00
Total OUTRAS DESPESAS CORRENTES			**R$ 0,00**	**R$ 0,00**

Especificação	Ação	Classificação	Inscrito Restos Pagar	Cancelamento Restos Siafi
INVESTIMENTOS				
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2091	4.4.90.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00
Total INVESTIMENTOS			**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
Total Geral			**R$ 0,00**	**R$ 0,00**

rio DEA 2019 - Consolidado (5458483)

SEI 0054553-28.2021.8.13.0000 / pg. 5

Tribunal de Justiça do Estado Minas Gerais

SISORÇA

Data/Hora da Geração:
05/05/2021 16:49

Relatório DEA 2020 -

Consolidado - Ref: 04/05/2021

Ano: 2020 **Grupo:** 1;3;4;5 **Elemento:** 92

Item: 1;2;3

Especificação	Ação	Classificação	Emp. Siafi	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS												
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			R$ 1.157.725.870,46	R$ 188.806,54	R$ 720.623,22	R$ 1.321.646,52	R$ 27.444,82	R$ 27.781,34	R$ 8.290.538,74	R$ 68.749,82	R$ 1.397.774,02	R$ 1.521.053,18
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	2053	3.1.90.92.01	R$ 243.707.253,35	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	7006	3.1.90.92.01	R$ 559.614.981,43	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	2054	3.1.90.92.01	R$ 329.527.982,42	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	2054	3.1.90.92.03	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	2053	3.1.90.92.03	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	2053	3.1.91.92.03	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	2054	3.1.91.92.03	R$ 24.875.653,26	R$ 188.806,54	R$ 720.623,22	R$ 1.321.646,52	R$ 27.444,82	R$ 27.781,34	R$ 8.290.538,74	R$ 68.749,82	R$ 1.397.774,02	R$ 1.521.053,18
Total PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			**R$ 1.157.725.870,46**	**R$ 188.806,54**	**R$ 720.623,22**	**R$ 1.321.646,52**	**R$ 27.444,82**	**R$ 27.781,34**	**R$ 8.290.538,74**	**R$ 68.749,82**	**R$ 1.397.774,02**	**R$ 1.521.053,18**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES												
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			R$ 614.880,82	R$ 139.763,39	R$ 333.979,50	R$ 51.747,70	R$ 43.728,27	R$ 9.550,29	R$ 2.388,75	R$ 11.977,52	R$ 13.671,64	R$ 698,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	4395	3.3.90.92.01	R$ 0,00	R$ 3.740,00	-R$ 3.740,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2109	3.3.90.92.02	R$ 72.985,92	R$ 11.621,00	R$ 38.579,32	R$ 7.727,14	R$ 7.378,50	R$ 1.664,00	R$ 216,00	R$ 5.799,96	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2025	3.3.90.92.02	R$ 33.399,46	R$ 0,00	R$ 20.281,63	R$ 11.030,18	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 2.087,65	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2091	3.3.90.92.02	R$ 194.130,67	R$ 63.000,28	R$ 109.487,68	R$ 5.976,96	R$ 142,44	R$ 1.544,29	R$ 776,75	R$ 2.174,13	R$ 4.730,93	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	4395	3.3.90.92.02	R$ 313.817,64	R$ 60.854,98	R$ 169.370,87	R$ 27.013,42	R$ 36.207,33	R$ 6.342,00	R$ 1.396,00	R$ 1.915,78	R$ 8.940,71	R$ 698,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	4395	3.3.91.92.02	R$ 547,13	R$ 547,13	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Especificação	Ação	Classificação	Emp. Siafi	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Total OUTRAS DESPESAS CORRENTES			**R$ 614.880,82**	**R$ 139.763,39**	**R$ 333.979,50**	**R$ 51.747,70**	**R$ 43.728,27**	**R$ 9.550,29**	**R$ 2.388,75**	**R$ 11.977,52**	**R$ 13.671,64**	**R$ 698,00**
INVESTIMENTOS												
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			R$ 887.254,11	R$ 199.707,27	R$ 484.365,76	R$ 176.547,44	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 5.782,14	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2091	4.4.90.92.02	R$ 887.254,11	R$ 199.707,27	R$ 484.365,76	R$ 176.547,44	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 5.782,14	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Total INVESTIMENTOS			**R$ 887.254,11**	**R$ 199.707,27**	**R$ 484.365,76**	**R$ 176.547,44**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 5.782,14**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
Total Geral			**R$ 1.159.228.005,39**	**R$ 528.277,20**	**R$ 1.538.968,48**	**R$ 1.549.941,66**	**R$ 71.173,09**	**R$ 37.331,63**	**R$ 8.298.709,63**	**R$ 80.727,34**	**R$ 1.411.445,66**	**R$ 1.521.751,18**

SEI 0054553-28.2021.8.13.0000 / pg. 7
DEA 2020 - Consolidado (5458471)

Tribunal de Justiça do Estado Minas Gerais | SISORÇA | **Data/Hora da Geração:** 05/05/2021 16:49

Relatório DEA 2020 -

Consolidado

Ano: 2020 **Grupo: 1;3;4;5** **Elemento: 92**

Item: 1;2;3

Especificação	Ação	Classificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Prov. em Aberto	Despesa Realizada Restos a Pagar	Desp. Real. Total	Saldo Liberado	Saldo Final	% Exec.
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS											
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			R$ 8.180.367,72	R$ 13.629.231,56	R$ 1.122.351.852,98	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.157.725.870,46	R$ 952.952.964,59	-R$ 204.772.905,87	121.49%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	2053	3.1.90.92.01	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 243.707.253,35	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 243.707.253,35	R$ 168.688.438,82	-R$ 75.018.814,53	144.47%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	7006	3.1.90.92.01	R$ 0,00	R$ 12.238.181,54	R$ 547.376.799,89	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 559.614.981,43	R$ 464.329.931,77	-R$ 95.285.049,66	120.52%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	2054	3.1.90.92.01	R$ 0,00	R$ 6.155,02	R$ 329.521.827,40	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 329.527.982,42	R$ 314.321.948,00	-R$ 15.206.034,42	104.84%
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	2054	3.1.90.92.03	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	-
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	2053	3.1.90.92.03	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 11.544,00	R$ 11.544,00	0.00%
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	2053	3.1.91.92.03	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	-
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	2054	3.1.91.92.03	R$ 8.180.367,72	R$ 1.384.895,00	R$ 1.745.972,34	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 24.875.653,26	R$ 5.601.102,00	-R$ 19.274.551,26	444.12%
Total PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			**R$ 8.180.367,72**	**R$ 13.629.231,56**	**R$ 1.122.351.852,98**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 1.157.725.870,46**	**R$ 952.952.964,59**	**-R$ 204.772.905,87**	**121.49%**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES											
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			R$ 67,71	R$ 1.078,55	R$ 6.229,50	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 614.880,82	R$ 52.000,00	-R$ 562.880,82	1182.46%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	4395	3.3.90.92.01	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	-
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2109	3.3.90.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 72.985,92	R$ 47.000,00	-R$ 25.985,92	155.29%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2025	3.3.90.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 33.399,46	R$ 0,00	-R$ 33.399,46	-
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2091	3.3.90.92.02	R$ 67,71	R$ 0,00	R$ 6.229,50	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 194.130,67	R$ 0,00	-R$ 194.130,67	-
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	4395	3.3.90.92.02	R$ 0,00	R$ 1.078,55	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 313.817,64	R$ 5.000,00	-R$ 308.817,64	6276.35%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	4395	3.3.91.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 547,13	R$ 0,00	-R$ 547,13	-

Especificação	Ação	Classificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Prov. em Aberto	Despesa Realizada Restos a Pagar	Desp. Real. Total	Saldo Liberado	Saldo Final	% Exec.
Total OUTRAS DESPESAS CORRENTES			**R$ 67,71**	**R$ 1.078,55**	**R$ 6.229,50**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 614.880,82**	**R$ 52.000,00**	**-R$ 562.880,82**	**1182.46%**
INVESTIMENTOS											
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			R$ 20.851,50	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 887.254,11	R$ 0,00	-R$ 887.254,11	-
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2091	4.4.90.92.02	R$ 20.851,50	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 887.254,11	R$ 0,00	-R$ 887.254,11	-
Total INVESTIMENTOS			**R$ 20.851,50**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 887.254,11**	**R$ 0,00**	**-R$ 887.254,11**	**-**
Total Geral			**R$ 8.201.286,93**	**R$ 13.630.310,11**	**R$ 1.122.358.082,48**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 1.159.228.005,39**	**R$ 953.004.964,59**	**-R$ 206.223.040,80**	**121.64%**

Especificação	Ação	Classificação	Inscrito Restos Pagar	Cancelamento Restos Siafi
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	2053	3.1.90.92.01	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	7006	3.1.90.92.01	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	2054	3.1.90.92.01	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	2054	3.1.90.92.03	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	2053	3.1.90.92.03	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	2053	3.1.91.92.03	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA DE EXERCICIOS ANTERIORES - OBRIGACOES PATRONAIS	2054	3.1.91.92.03	R$ 0,00	R$ 0,00
Total PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	4395	3.3.90.92.01	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2109	3.3.90.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2025	3.3.90.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2091	3.3.90.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	4395	3.3.90.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	4395	3.3.91.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00
Total OUTRAS DESPESAS CORRENTES			**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
INVESTIMENTOS				
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	2091	4.4.90.92.02	R$ 0,00	R$ 0,00

Especificação	Ação	Classificação	Inscrito Restos Pagar	Cancelamento Restos Siafi
Total INVESTIMENTOS			**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
Total Geral			**R$ 0,00**	**R$ 0,00**

Relatório DEA 2020 - Consolidado (5458471)

SEI 0054553-28.2021.8.13.0000 / pg. 10

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 2019 x 2020

UO	2019	2020	Variação %
1031	869.262.150,14	1.157.725.870,46	33,18%
4031	1.365.377,77	1.502.134,91	10,02%
TOTAL	**870.627.527,91**	**1.159.228.005,37**	**33,15%**

Despesas de Execícios Anteriores - 2019

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 4031

Ano	UO	Ação	Ação - Descrição	Elemento	Item	Item - Descrição	Credor	Despesa (R$)
2019	4031	1091	CELERIDADE NA PRESTACAO JURISDICIONAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ANNE PENA DE OLIVEIRA	2.823,10
2019	4031	1091	CELERIDADE NA PRESTACAO JURISDICIONAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	16.734,89
2019	4031	1091	CELERIDADE NA PRESTACAO JURISDICIONAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCELO VIEIRA BOREL	2.823,10
2019	4031	1091	CELERIDADE NA PRESTACAO JURISDICIONAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PATRICIA NARCISO ALVARENGA	5.005,60
2019	4031	1091	CELERIDADE NA PRESTACAO JURISDICIONAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	VANILDA BRAGA DE AQUINO	2.571,10
2019	4031	1091	CELERIDADE NA PRESTACAO JURISDICIONAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	VIVIANE SANTOS DE ARAUJO	2.571,10
2019	4031	2025	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	AMC INFORMATICA LTDA	47.530,38
2019	4031	2025	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PRODEMGE	713,88
2019	4031	2025	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	IT2B TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA	31.915,11
2019	4031	2025	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	55.678,08
2019	4031	2025	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	77.909,51
2019	4031	2025	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	TELEMAR NORTE LESTE S/A	1.898,66
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	3E COMERCIAL LTDA - ME	182,24
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ADRIANE APARECIDA DE BESSA	903,28
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ADRIANO CONTADINI NASCIMENTOQ	840,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ALINE CARLA DA CRUZ MONTEIRO	931,28
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ALINE GOMES DOS SANTOS	225,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ALISSANDRA RAMOS MACHADO DE MATOS	1.886,92
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ALTAIR RESENDE DE ALVARENGA	451,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ANA MARIA LAMMOGLIA JABOUR	451,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ANA PAULA GUERRA LAGES SANTOS	1.179,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ANESIO DE SOUZA VIEIRA	1.260,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ANGELO DE ALMEIDA	2.935,66
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ANTONIO DA SILVA REIS CRUZ	252,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ANTONIO GODINHO	1.129,10
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ANTONIO MARCOS RESENDE FARIA	1.099,28
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	BARBARA LIVIO	1.922,14
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CARLOS ALBERTO DE FARIA	491,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CARLOS EDUARDO VIEIRA GONCALVES	720,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CARLOS RODRIGUES PEREIRA	168,00

2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CAROLINE DIAS LOPES BELA	225,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CASSIO HARLEY RESENDE DE SOUZA	756,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CECILIA NATSUKO MIAHIRA GOYA	451,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CHARLES MIRANDA PINTO	127,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CHRISTIANO DE OLIVEIRA CESARINO	677,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CLAUDIO ALVES DE SOUZA	451,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CLAUDIO CESAR DUARTE	1.260,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CLAUDIO HENRIQUE CARDOSO BRAS.	1.580,74
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CLAUDIO RIBEIRO	1.139,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CLAYTON ROBSON DE SOUZA	504,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CLEITON LUIS CHIODI	677,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CRISTIANE NUNES VIEIRA DE SOUZA	1.270,92
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DALMO LUIZ SILVA BUENO	677,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DANIELA RIBEIRO CAZELLI	1.895,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DANIELE VIANA DA SILVA	451,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DANIEL TEODORO MATTOS DA SILVA	3.628,38
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DAVID PINTER CARDOSO	225,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DAYSE MARA SILVEIRA BALTAZAR	225,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DEIVID DE SOUZA LIMA ANTONIO	168,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DENES FERREIRA MENDES	6.047,30
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DENES MARCOS VIEIRA	451,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DER/MG	312,36
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DESIGN CARIMBOS LTDA - ME	1.662,20
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DIRCE DOS SANTOS FARIA	635,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EDIBERTO BENEDITO REIS	903,28
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EDINA PINTO	225,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EDSON GOMES DIAS	1.139,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EDUARDO ALEXANDRE CASTANHEIRA SILVA	127,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EDUARDO MONCAO NASCIMENTO	451,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EDUARDO PIMENTA PEDRO	1.680,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ELAINE OLIVEIRA MOTA MELGACO	675,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ELISEU SILVA LEITE FONSECA	1.435,28
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EMILIA ALMEIDA MESQUITA	423,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EPAMINONDAS COSTA NETO	423,64

2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ESTEVAO JOSE DAMAZO	903,28
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EVALDO ELIAS PENNA GAVAZZA	3.003,10
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EVANDRO CANGUSSU MELO	1.922,14
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EZIO JOSE GOMES DUQUE JUNIOR	2.772,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FABIANA CRISTINA CUNHA DE LIMA BRUM	225,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FABIO GARCIA MACEDO FILHO	1.129,10
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FABIO HENRIQUE VIEIRA	1.209,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FABIO TORRES DE SOUSA	225,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FELIPE ALEXANDRE VIEIRA RODRIGUES	4.878,02
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FELIPE MANZANARES TONON	451,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FERNANDA CHAVES CARREIRA MACHADO	225,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FERNANDO ANTONIO JUNQUEIRA	943,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FILMA VIDEO LTDA -ME	4.909,25
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FLAVIO BOTELHO EUCLIDES DE CASTRO	1.260,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FRANCISCO LACERDA DE FIGUEIREDO	3.467,66
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FREDERICO VASCONCELOS DE CARVALHO	717,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GABRIELA RODRIGUES MANSUR DE CASTRO	127,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GERALDO ANDERSEN DE QUADROS FERNANDES	1.354,92
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GERALDO ANTONIO DA SILVA	847,28
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GETULIO BESSA LEAL	2.772,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GILSON SOARES LEMES	1.519,28
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GLAUBER CLAYTON FAVATO	1.344,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GLAYSON ALVES DE AMORIM.	168,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GUSTAVO ELEUTERIO ALCALDE	225,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GUSTAVO HENRIQUE MOREIRA DO VALLE	903,28
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GUSTAVO VARGAS DE MENDONCA	451,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	HEBERTH GOMES FRANCA -ME	718,47
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	HELIO MARCOS MIOTO	2.152,92
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	IRENE JOSE DE SOUZA	927,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ISAIAS CALDEIRA VELOSO	717,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	IVANETE JOTA DE ALMEIDA	6.950,58
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	IVONE CAMPOS GUILARDUCCI CERQUEIRA	1.580,74
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JACSON H OLIVEIRA RUAS	2.772,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JANERSON SAMUEL DE JESUS	2.520,00

2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JAQUELINE CHAVES SENA SANTANA	127,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOAO BATISTA MENDES FILHO	2.258,20
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOAO PAULO COMUNE DA COSTA	127,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOSE ALEXANDRE MARSON GUIDI	225,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOSE ANTONIO MACIEL	717,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOSE EDMILSON DA SILVA	1.139,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOSE HENRIQUE MALLMANN	903,28
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOSE SINVAL DA SILVA	168,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JULIANO CARNEIRO VEIGA	1.967,28
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	KAREN CRISTINA LAVOURA LIMA	1.580,74
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LEONARDO CURTY BERGAMINI	5.490,38
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LOURENCO MIGLIORINI FONSECA RIBEIRO	1.927,10
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LUCAS MOL CABRAL	766,92
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MANOEL FLORIANO SANCHES VIEIRA	4.704,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCELA OLIVEIRA DECAT DE MOURA	1.129,10
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCELO ALEXANDRE DO VALLE THOMAZ	2.152,92
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCELO APRIGIO FERREIRA	1.139,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCELO GERALDO LEMOS	4.280,74
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCELO GUIMARAES RODRIGUES	519,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCELO PORTELLA LIMA	3.709,06
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCIO BARBOSA DOS SANTOS	2.772,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCIO JOSE TRICOTE	1.129,10
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCOS MEMENTO	2.278,92
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARIA CRISTINA DE SOUZA TRULIO	1.395,10
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARIA DE LOURDES ROCHA	127,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARIA LUCIA CABRAL CARUSO	451,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARIA LUCIA CASSIA DE MELLO	127,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARIO PAULO DE MOURA CAMPOS MONTORO	7.748,58
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARISTELA DE ALMEIDA PIRES	847,28
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MAXIMILIANO GABRIEL SAAD SILVA	168,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MGS MINAS GERAIS ADMINISTRACAO E SERVICOS S/A	24.962,61
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MICHEL CRISTIAN DE FREITAS	3.322,20
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MINISTERIO DA JUSTICA	68,10
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MONIKA ALESSANDRA MACHADO GOMES ALVES	225,82

2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	NALBERNARD DE OLIVEIRA BICHARA	225,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	NEWTON DE MOURA MELO PARA	1.008,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	OTAVIO PINHEIRO DA SILVA	225,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PATRICIA NARCISO ALVARENGA	451,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PAULA GRAZIELLA CORREA ARAUJO	887,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PAULO EDUARDO NEVES	903,28
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PAULO GILBERTO PEREIRA JUNIOR	168,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PAULO ROBERTO MAIA ALVES FERREIRA	717,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PAULO SERGIO VIDAL	1.435,28
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	1.479,94
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PM BELO HORIZONTE	573,69
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PM GOVERNADOR VALADARES	260,31
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	16.617,25
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PRISCILLA PAIVA RODRIGUES	3.177,30
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTECAO S/S LTDA	571,12
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RACHEL CRISTINA SILVA	2.564,38
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RAFAEL BARBOZA DA SILVA	943,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RAONI DIAS ALVIM	252,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	REGINALDO CUSTODIO DA SILVA	127,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	REGINALDO MIKIO NAKAJIMA	6.047,30
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RENATA ABRANCHES PERDIGAO	225,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RICARDO ALVES CAVALCANTE	225,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RICARDO BASTOS MACHADO	2.870,56
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RICARDO RODRIGUES DE LIMA	677,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RICCI DIARIOS, PUBLICACOES E AGENCIAMENTO LTDA - EPP	1.441,36
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RIZA APARECIDA NERY	225,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ROBERTA DE VILHENA CARVALHO PINTO	843,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ROBERT LOPES DE ALMEIDA	2.032,38
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ROBERTO CARLOS DE MENEZES	2.935,66
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ROBERTO TROSTER RODRIGUES ALVEZ	677,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RODRIGO BRAGA RAMOS	903,28
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RODRIGO DA FONSECA CARISSIMO	717,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RODRIGO MARCIO DE SOUSA REZENDE	677,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RODRIGO MELO OLIVEIRA	903,28

2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ROGER GALINO	1.561,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ROMULO ELIAS CAMARA	719,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RONALDO RIBAS DA CRUZ	677,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RONALDO SOARES CAMPOS	1.260,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ROSINEY MENDES FERREIRA GOMES	927,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SALOME CRISTINA RIBEIRO TEIXEIRA GUIMARAES	211,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA	797,50
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SERGIO LUIZ MAIA	3.387,30
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SERGIO SANCHES AMBROGI	1.806,56
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SERRA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA - ME	5.350,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SIBELE CRISTINA LOPES DE SA DUARTE	1.129,10
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SORAYA APARECIDA FRANCISCA	756,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	TAUNIER CRISTIAN MALHEIROS LIMA	2.418,92
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	THALES EMILIO PIMENTA MODESTO	383,46
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	THALES MARCELO DOS SANTOS RABELO JUNIOR	2.520,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	THIAGO GRAZZIANE GANDRA	225,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	TULIO MARCIO LEMOS MOTA NAVES	1.129,10
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	TWW DO BRASIL S/A	820,93
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	UALACE ALELUIA FERNANDES	295,82
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	UNIDATA AUTOMACAO LTDA	6,11
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	VALERIA POSSA DORNELLAS	451,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	VALTENCIR DE SOUZA ALCEBIADES	168,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	VENICY MARTINS DE ARAUJO	675,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	VICTOR BITARELLO ALVES	675,64
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	WELLINGTHON CAPUTO	1.008,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	WEVERSON VIEIRA DOS SANTOS	1.260,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	WILSON WANDER ROCHA	756,00
2019	4031	2050	GESTAO ADMINISTRATIVA DE 1A E 2A INSTANCIAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	WSTANIA BARBOSA GONCALVES	717,64
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ADOCLECINO ROSENVAL	132,45
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	AGNALDO VITOR RODRIGUES	67,06
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ALCIDES BATISTA ALVES SOBRINHO	14,56
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ALEX LIGUORI GOYATA	42,85
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ALVO SEGURANCA LTDA	500,00
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	APOIO CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA	10.983,22

2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	BEM ENGENHARIA EIRELI	445,04
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	BENETTI AGROPECUARIA LTDA -ME	878,88
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	BX ENGENHARIA E INCORPORADORA EIRELI	342.857,57
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CASANOVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP	2.586,78
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CEMIG DISTRIBUICAO S.A.	39.913,87
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CLESIO ALVES GONCALVES	1.062,67
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CONCESSIONARIA AEROPORTO INTERNACIONAL CONFINS S/A	3.402,38
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CONTROLE ENGENHARIA EIRELI	12.113,80
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DAE - JOAO MONLEVADE	681,55
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DENISE RACHEL MAURICIO DE OLIVEIRA ELLER	217,35
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DMAE - NOVA PONTE	10,00
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EDUARDO ANTONIO FERNANDES	127,82
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ENDEAL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA.	21.625,23
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	690,59
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ENGETRONIC COMERCIAL LTDA	17.255,25
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ESPOLIO DE RENATO VELLOSO BRANT	69,87
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FELICIANO LIMA SANTOS	1.887,85
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GALICIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	1.816,70
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GERALDO MAGELA LUZIA DA SILVA	127,82
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GERSON SOARES SANTOS	1.240,46
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JEFFERSON FERREIRA DOS REIS	3,33
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JF IMOVEIS LTDA	782,31
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOAO BATISTA FERREIRA	127,82
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOSMAR BARBOSA LEMOS	44,07
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOZIMAR BARBOSA	44,07
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LEIDA DOS REIS OLIVEIRA	9,99
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MAFRA ARQUITETOS ASSOC. JUIZ DE FORA LTDA	75.796,10
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCIO DA COSTA BORGES	423,64
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MDH2 ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO S.A.	31.800,00
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MINAS SUL EXTINTORES LTDA -EPP	2.980,08
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MULTI CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA	1.030,46
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	NELLY CONCEICAO ROSA VELLOSO	20,67
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	OROS ENGENHARIA LTDA	17.693,31
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PM DIAMANTINA	1.478,14

2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PM SAO JOAO DEL REI	210,00
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PROJETA - CONSULTORIA E SERVICOS LTDA	5.270,00
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	REAL CAMPOS IMOBILIARIA LTDA -ME	1.608,80
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ROBERTO SANTOS ROSA NETO	169,47
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ROGERIO FERREIRA OLIVEIRA	3,33
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ROSILANE CASTRO CAETITE	338,01
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SERVICO AUTONOMO AGUA E ESGOTO - CAMBUI	32,62
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SERVICO AGUA ESGOTO-CONSELHEIRO PENA	952,13
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SELMA DE SOUZA SOARES NOVAES	187,08
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SK TEC ENERGIA E SISTEMAS ELETRO ELETRONICOS EIRELI	11.988,88
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SOUZA E LISBOA COM. E SERV. TOLDOS - EIRELI	6.750,00
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SUELENA FERREIRA DOS REIS	3,33
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	TELEMAR NORTE LESTE S/A	1.942,44
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A	167.616,20
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	TOLDOS ARAXA LTDA -ME	2.635,00
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	UNIPART CENTRO COPIAS E LOCACAO LTDA -ME	2.398,58
2019	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	VIDROMIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - ME	1.131,50
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ADALGETE APARECIDA GONCALVES MAIA	2.571,10
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ALINE DA SILVA FERREIRA DINIZ	211,82
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ANA LUIZA DE OLIVEIRA SILVA	2.571,10
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ANA MARIA CORDEIRO DE SOUZA	1.015,28
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ANDERSON CANUTO DE ALMEIDA	2.067,10
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CARLA ALEXANDRA PEREIRA	463,82
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CLEIDE ROCHA DE ANDRADE	1.815,10
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FLAVIA GENEROSO DE MATTOS	1.161,32
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FLAVIA GROSSI ARAUJO	2.067,10
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GILDA MARIA BARBOSA	1.015,28
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOSE ALEXANDRE MARSON GUIDI	2.682,96
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOSE ALUISIO NEVES DA SILVA	1.161,32
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOSE LEAO SANTIAGO CAMPOS	360,32
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JULIA DELFINO DE ALBUQUERQUE	5.858,02
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	KARLA DOLABELA IRRTHUM	2.642,78
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LUIZA STARLING DE CARVALHO	3.443,78
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LUIZ OTAVIO ALVARES DE ALMEIDA	2.067,10

2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MULTIPAES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	255,00
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	NAYLE DE SOUSA CAMARGOS	887,46
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RENATO ZOUAIN ZUPO	2.682,96
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ROBSON JOSE DA SILVA CAMPOS	1.643,46
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RODRIGO MARTINS FARIA	1.922,14
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	TIAGO FERREIRA BARBOSA	1.121,14
2019	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	VINICIUS DE AVILA LEITE	4.605,10
2019	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PAULO EMILIO GONCALVES HILARIO - ME	665,83
2019	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	VERBA INDENIZ. TRANSPORTE OFICIAIS JUSTICA	948,75

Despesas de Execícios Anteriores - 2020

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 4031

Ano	UO	Ação	Ação - Descrição	Elemento	Item	Item - Descrição	Credor	Despesa (R$)
2020	4031	2025	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ALGAR TELECOM S/A	2.087,65
2020	4031	2025	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CLARO S.A.	11.527,47
2020	4031	2025	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GARTNER DO BRASIL SERVICOS DE PESQUISAS LTDA.	8.754,16
2020	4031	2025	GESTAO DE SERVICOS DE TIC	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	HITACHI DATA SYSTEMS DO BRASIL LTDA	11.030,17
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ADOCLECINO ROSENVAL	45,40
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	AGNALDO VITOR RODRIGUES	56,00
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	AGUAS DE PARA DE MINAS S/A	78,42
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ALVO SEGURANCA LTDA	231,60
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ANTONIO ROBERTO BUTILHEIRO	4,08
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	APL ENGENHARIA EIRELI	4.451,70
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ARIADNA GESSICA DE RESENDE	314,22
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ARIANA APARECIDA DE RESENDE PINTO	314,22
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CAROLINA MOREIRA VIEIRA CARVALHO	1.535,38
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CEMIG DISTRIBUICAO S.A.	54.661,84
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CG ENGENHARIA EIRELI	71.304,83
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CLARO S.A.	4.132,76
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CONCESSIONARIA AEROPORTO INTERNACIONAL CONFINS S/A	3.770,40
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CONSPAVI CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA - EPP	32.294,26
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CONSTRAL CONSTRUTORA ARAUJO LTDA -EPP	174.509,73
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CONSTRUTORA QUEIROZ PARREIRA LTDA - EPP	42.491,08
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DERIO MARTINS PEREIRA	22,33
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DME DISTRIBUICAO S.A. - DMED	31,13
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ELIAS JORGE	1.897,00
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ENERGISA MINAS GERAIS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	5.329,13
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ENGEVISA SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI	2.250,00
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FECLAN CONSTRUTORA LTDA	65.021,85
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FERNANDES ARQUITETOS ASSOC. SOCIED. SIMPLES LTDA	460,27
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FM ENGENHARIA LTDA	171.916,83
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FRANCISCO AVELINO NETO	19,03
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	HIDROS GERENCIAMENTO PROJETOS E COMERCIO LTDA - EPP	2.156,66

2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	IVONETE DE MORAIS SILVA	1.256,91
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JEQUITIBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA	25.482,11
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JLA CASAGRANDE SERVICOS CONSULTORIA ENGENHARIA LTDA.	22.166,69
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOAQUIM EUSTAQUIO CORREA FERNANDES	142,44
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOSE ALBERTO LIMA	369,48
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARIA DE LOURDES REZENDE	628,44
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MCM EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP	130.002,12
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MITRA ARQUIDIOCESANA DE DIAMANTINA	10.642,39
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PAULO FERNANDES CAMPOS	67,71
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PILONE CONSTRUCAO E CONSERVACAO LTDA	140.820,09
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PM RIBEIRAO DAS NEVES	6.229,50
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	REALIZA INVEST LTDA	26.992,97
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	REFUGIO ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA	318,81
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	REPOL INVEST LTDA	26.992,95
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RONAN PERONI	2.217,14
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ROSILANE CASTRO CAETITE	410,57
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SAAE - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - MANTENA	592,57
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SAFRAN SANTOS & FRANCA ADVOCACIA IMOBILIARIA LTDA	1.699,13
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SET BIOS SERVICE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS LTDA -ME	5.790,00
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ALVINOPOLIS	8,91
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SOLANGE BORBA DE ALMEIDA PEREIRA	787,74
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SOLAR - ADMINISTRADORA DE BENS IMOVEIS LTDA -EPP	666,47
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	TELEMAR NORTE LESTE S/A	2.991,02
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	TENDAS ALUBAN LTDA.	5.782,14
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	TOTAL SISTEMAS CONTRA INCENDIO LTDA - ME	25.802,07
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	VICTOR HERNANE NARCIZO DE SOUZA	2.238,00
2020	4031	2091	OBRAS E GESTAO PREDIAL	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	WOLTECH EMPREENDIMENTOS ELETRICOS LTDA -EPP	986,26
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ADRIANA CALADO PAULINO	1.101,50
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	AILTON DE AQUINO ALVES	2.522,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ALAN RASCHKE JARDIM	1.080,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ALINE GOMES DOS SANTOS	2.253,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	AMAURY SILVA	3.404,50
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ANA PAULA PEZZI LUCIANO	908,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ARTHUS FERNANDES NASCIMENTO	404,00

2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	BRENDA BRAGA OLIVEIRA	858,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	BRUNO HENRIQUE OLIVEIRA	1.312,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CARLA DE FATIMA BARRETO DE SOUZA	2.682,96
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CARMEN LUCIA GOUVEIA AMARO	656,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DALMO LUIZ SILVA BUENO	216,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DANIELA FERNANDES SALES	1.110,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DANIELA TEIXEIRA DE VASCONCELOS	1.160,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DENES MARCOS VIEIRA	1.902,50
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DIANA RIBEIRO BOTELHO	656,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FABIO DOS REIS RIBEIRO MARCELO	1.160,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FERNANDA MACHADO DE MOURA LEITE	3.404,50
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FERNANDA MONTEIRO DE CASTRO BHONA	656,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FERNANDO FULGENCIO FELICISSIMO	1.902,50
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FERNANDO OLIVEIRA SILVA	1.160,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FLAVIA GENEROSO DE MATTOS	4.155,50
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GABRIELA GOMES DE ALMEIDA	1.362,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GUSTAVO OBATA TREVISAN	3.054,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JAYME DE OLIVEIRA MAIA	1.101,50
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOSE MORAES FILHO	2.270,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JULIANA SILVA DE OLIVEIRA	1.110,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JUNIA GUIMARAES SILVA	1.110,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	KELLEN CRISTINI DE SALES E SOUZA	350,50
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LEONARDO GUIMARAES MOREIRA	360,32
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LUIZA STARLING DE CARVALHO	4.525,64
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCELA ROBERTA DE SOUZA SACRAMENTO	118,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCOS ANTONIO DE SOUZA	1.362,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARIA DO ROSARIO REZENDE REIS	1.564,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARIA SOUZA LOPES VENTURA	2.160,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARIO CESAR REGO VIEIRA	2.018,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MICHELE ROCHA AVILA CATAO	656,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PAULA OZI SILVA ROSALIN DE OLIVEIRA	1.902,50
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PAULO JOSE REZENDE BORGES	1.902,50
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RAPHAELLO ALONSO GOMES CAVALCANTI	216,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	REGINALDO BRAGA VIEIRA	504,00

2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RENATA CUSTODIO DE OLIVEIRA	202,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RENATA NASCIMENTO BORGES	1.101,50
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RICARDO JORGE BITTAR FILHO	648,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RODRIGO MAAS DOS ANJOS	2.160,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RODRIGO MARTINS FARIA	1.452,00
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ROGER GALINO	2.384,50
2020	4031	2109	FORMACAO, APERF. E DESENV. CONTINUO PESSOAS	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	WALTEIR JOSE DA SILVA	2.726,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	1	DEA - OUTRAS DESPESAS	NATALIA CRAVO LAZARO MONTEIRO	0,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ADELIO ALVES DA SILVA NETO	118,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ADENICE CASTRO	118,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ADILSON DA SILVA DA CONCEICAO	648,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ADOCLECINO ROSENVAL	718,78
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	AGUINALDO SILVA SANTOS	3.360,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ALEXANDRE GEOVANNI LEAL	1.312,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ALINE DAMASCENO PEREIRA DE SENA	216,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ALINE GOMES DOS SANTOS	864,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ALISSANDRA RAMOS MACHADO DE MATOS	216,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ANA CRISTINA DE SOUZA NETO	2.860,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ANDRE LUIZ CASSEMIRO RIBEIRO	1.666,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ANGELO DE ALMEIDA	1.296,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ANTONIO AUGUSTO PAVEL TOLEDO	432,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	APARECIDA BATISTA MARTINS	1.200,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	BARBARA COLEN DINIZ	648,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	BIANCA MARIA SPINASSI	216,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	BIOPRAGAS CONTROLE VETORES PRAGAS URBANAS LTDA -ME	5.033,33
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	BRENO O. PINHEIRO CHAGAS SALES	168,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	BRUNO DINIZ DA SILVA	1.934,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	BRUNO MENDES GONCALVES VILLE	3.900,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CAMILA GONCALVES DE SOUZA VILELA	2.670,23
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CARLA DE FATIMA BARRETO DE SOUZA	698,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CARLOS APARECIDO PINHEIRO DOS SANTOS	286,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CARLOS HENRIQUE TRINDADE LOURENCO DOS SANTOS	864,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CHRISTIANO DE OLIVEIRA CESARINO	864,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CIBELE MOURAO BARROSO DE FIGUEREDO OLIVEIRA	1.421,64

2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CLAITON SANTOS TEIXEIRA	216,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CLAUDIO ALVES DE SOUZA	216,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CLAUDIO DE ANDRADE	202,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CLAUDIO HENRIQUE CARDOSO BRAS.	864,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CLEBER IZIDORO DOS SANTOS	2.016,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	CLENIA KELLY GONCALVES	168,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DALMO LUIZ SILVA BUENO	432,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DANIELE VIANA DA SILVA	432,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DANIEL TEODORO MATTOS DA SILVA	2.360,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DENES FERREIRA MENDES	1.828,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DENES MARCOS VIEIRA	873,82
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DER/MG	312,36
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DESIGN CARIMBOS LTDA - ME	383,10
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DIARIAS/REEMBOLSO DE COMBUSTIVEIS/PASSAGENS	5.357,75
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	DIOGENES SERRA AZUL ABURQUERQUE	5.900,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EDER SPINDOLA FLORIANO	3.696,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EDIBERTO BENEDITO REIS	432,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EDIVONE DE JESUS SOUZA	1.196,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EDLEUZA IZAIAS DE MEDEIROS CARVALHO FRANCO	118,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EDSON GERALDO LADEIRA	216,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EDUARDO ANTONIO CODO SANTOS	454,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EDUARDO CUNHA MANSUR	5.900,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	EDUARDO PIMENTA PEDRO	4.032,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ELAINE DE ALMEIDA LOPES	432,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ELIANE DE OLIVEIRA BARROZO CORREA	1.568,26
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ELISA MARCO ANTONIO	216,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ERNANE BARBOSA NEVES	9.317,50
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FABIANA FREITAS DE OLIVEIRA	1.200,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FABIO DE CAMARGOS VILELA	118,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FABIO GARCIA MACEDO FILHO	432,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FABIO MOREIRA ARANTES	216,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FABIO MOURA SLAIBI	127,82
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FABIO ROBERTO CARUSO DE CARVALHO	1.512,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FABRICIO SIMAO DA CUNHA ARAUJO	1.080,00

2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FERNANDO FULGENCIO FELICISSIMO	1.151,50
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FLAVIA BRAGA CORTE IMPERIAL	1.612,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FLAVIA EUNICE FERREIRA FERNANDES	2.860,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FLAVIA GENEROSO DE MATTOS	1.296,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FLAVIO MONDAINI	216,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FRANCISCO LACERDA DE FIGUEIREDO	216,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	FREDERICO VASCONCELOS DE CARVALHO	432,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GENESIO MASSAO YAMANOI	2.574,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GERALDO ANDERSEN DE QUADROS FERNANDES	3.456,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GICELIA MILENE SANTOS	1.944,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GLADSON RIBEIRO DOS SANTOS	1.312,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GUSTAVO MOURA VIEIRA	1.934,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GUSTAVO OBATA TREVISAN	5.200,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	GUSTAVO VARGAS DE MENDONCA	1.612,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	HAMILTON FIGUEIREDO DREIRE	1.934,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	HELIO MARTINS COSTA	216,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	HELTON MARINI SARAIVA	531,82
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	HUGO SILVA OLIVEIRA	3.432,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	INSTITUTO HERMES PARDINI S/A	8.724,71
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	INTERCLIP MONITORAMENTO DE NOTICIAS LTDA - EPP	4.970,89
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ISAIAS CALDEIRA VELOSO	1.396,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	IVANETE JOTA DE ALMEIDA	2.842,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	IVONE CAMPOS GUILARDUCCI CERQUEIRA	432,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	IZABEL CRISTINA SOARES	118,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JADIR HALLEY SILVA CUNHA	2.200,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JANERSON SAMUEL DE JESUS	168,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JEFFERSON VAL IWASSAKI	432,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JENIFER ROSA DE OLIVEIRA	118,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOAO BATISTA FERREIRA	404,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOAO BATISTA MENDES FILHO	648,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOAO FABIO BOMFIM MACHADO DE SIQUEIRA	4.780,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOSE ALEXANDRE MARSON GUIDI	7.016,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOSE ANTONIO MACIEL	698,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOSE DELCI DE SOUZA	656,00

2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOSE HENRIQUE MALLMANN	698,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOSE PAULO FERREIRA	808,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JOSE RICARDO DOS SANTOS DE FREITAS VERAS	134,50
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	JULIO CESAR CAMPOS	118,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	KAREN CRISTINA LAVOURA LIMA	432,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	KEPLER VIAGENS, EVENTOS E TURISMO EIRELI	3.755,50
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LEONARDO CURTY BERGAMINI	1.712,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LEONARDO GUIMARAES MOREIRA	216,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LEONARDO HONORIO RODRIGUES	454,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LEORNARDO FONSECA ROCHA	1.662,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LILIAN LICIA DE SOUZA CAETANO	3.000,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LUCIO TOMAZ DE BRITO	656,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LUDMILA LINS GRILO	3.724,74
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LUIS EDUARDO GOMES SILVA	690,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LUIS MARIO LEAL SALVADOR CAETANO	216,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LUIZ ANTONIO SAMPAIO DE ALMEIDA	3.192,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LUIZ CARLOS CARDOSO NEGRAO	1.296,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE	672,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	LUIZ OZANAM DE ALMEIDA PANZERA	2.338,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MAJOR HOLDING LTDA.	1.078,55
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MANOEL JORGE DE MATOS JUNIOR	1.878,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCELO ALEXANDRE DO VALLE THOMAZ	1.576,36
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCELO ALVES FERNANDINHO	1.312,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCELO BRUNO DUARTE E ARAUJO	864,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCIA DE SOUSA VICTORIA	648,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCIA VALERIA CALSAVARA	118,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARCOS DENILSON MARZAGAO	1.784,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARIA CRISTINA ARAUJO BRANDAO	202,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARIA DO AMOR DIVINO DA S.R.VASCONCELOS	765,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARIANA HELOIZA SANTOS SILVA	118,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARILENE DOS SANTOS REIS	2.184,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARIO PAULO DE MOURA CAMPOS MONTORO	5.202,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MARTA AMARAL ESTEVES DE SOUZA	202,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MATHEUS PINTER CARDOSO	5.398,00

2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MAXIMO PECAS & PRODUTOS LTDA -EPP	3.558,11
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MICHEL CRISTIAN DE FREITAS	698,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	MILLER FREIRE DE CARVALHO	482,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	NATALIA CRAVO LAZARO MONTEIRO	3.740,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	NELSON MISSIAS DE MORAIS	1.698,50
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	NEWTON DE MOURA MELO PARA	336,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	NILSON DE PADUA RIBEIRO JUNIOR	698,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	NUBIA SANTOS RODRIGUES	404,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ODILON SANTOS GONTIJO JUNIOR	2.910,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PM BELO HORIZONTE	234,78
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PM JUIZ DE FORA	104,12
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PM POUSO ALEGRE	156,18
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PM RIBEIRAO DAS NEVES	104,13
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PM SETE LAGOAS	104,13
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	234,77
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PONTO LIMPO SERVICOS LTDA -EPP	356,13
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	PRICILA CARVALHO DE ANDRADE	1.800,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RACHEL CRISTINA SILVA	3.058,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RAFAEL BARBOZA DA SILVA	648,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RAFAEL DRUMOND DE LIMA	914,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RAFAELLA AMARAL DE OLIVEIRA	216,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RAUL FERNANDO DE OLIVEIRA RODRIGUES	1.130,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	REGINALDO MIKIO NAKAJIMA	698,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RENATA ABRANCHES PERDIGAO	216,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RENATA CHISTINA MAGALHAES RIBEIRO	2.198,91
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RENATO POLIDO PEREIRA	432,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RICARDO BASTOS MACHADO	1.396,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RICARDO JORGE BITTAR FILHO	914,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ROBERTO CARLOS DE MENEZES	1.296,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ROBERTO TROSTER RODRIGUES ALVEZ	1.080,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ROBSON PIMENTA MARTINS	504,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RODRIGO DIAS DE CASTRO	432,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RODRIGO MARTINS FARIA	432,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RODRIGO MELO OLIVEIRA	1.512,00

2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	RONALDO RIBAS DA CRUZ	216,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ROSEMARY DORALICE SANTANA	1.934,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA	32,30
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SERGIO SANCHES AMBROGI	648,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO SAAE	773,87
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	SONIA APARECIDA SILVA JABOUR	1.262,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	TALVARO POSSAMAI	216,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	TARCISIO DE SAO JOSE	336,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	TATIANA CRISTINA MENDES LIMA	1.110,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	TATIANA DE MOURA MARINHO	6.700,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	THIAGO BREGA DE ASSIS	864,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	THYAGO DE FREITAS LIMA	2.220,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	1.263,04
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	ULISSES LEANDRO FERREIRA PINTO	1.512,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	VALERIA POSSA DORNELLAS	616,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	VERBA INDENIZATORIA DE TRANSPORTE - OFICIAIS DE JUSTICA	50.123,63
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	VIVIANE DE OLIVEIRA FIGUEIREDO	1.130,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	WALTER ZWICKER ESBAILLE JUNIOR	2.194,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	WELLINGTHON CAPUTO	168,00
2020	4031	4395	PROCESSAMENTO JUDICIARIO	92	2	DEA - OUTRAS DESPESAS	WSTANIA BARBOSA GONCALVES	2.160,00